

Anais do VIII Simpósio de Iniciação Científica da Libertas



REVISTA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA

LIBERTAS

ISSN 2238-782X

Vol. 9, N. 1, nov. 2019
<http://riclibertas.libertas.edu.br>



Revista de Iniciação Científica da Libertas - ISSN 2238-782X

A Revista de Iniciação Científica da Libertas-Faculdades Integradas é um espaço de publicação e divulgação de pesquisas realizadas em áreas correlatas aos cursos de graduação mantidos pela Instituição. Tem o propósito de demonstrar à comunidade acadêmica resultados e contribuições em âmbito de iniciação científica, proporcionando a interação entre corpo docente e discente. O corpo editorial é composto por professores da Libertas.

Periodicidade: Semestral

Cursos de graduação da Libertas - Faculdades Integradas

Mantenedora: Fundação Educacional Comunitária de São Sebastião do Paraíso (FECOM)

Endereço Postal:

Departamento de Pesquisa e Extensão
Libertas - Faculdades Integradas
Av. Wenceslau Bráz, 1018/1038 - Lagoinha
São Sebastião do Paraíso - MG CEP: 37.950-000
e-mail: pesquisaextensao@libertas.edu.br

Conselho Editorial da Revista de Iniciação Científica da Libertas:

Prof. Me. Alysson Alexander Naves Silva	alyssonasilva@libertas.edu.br
Prof. Me. André de Paiva Bonillo Fernandes	andrefernandes@libertas.edu.br
Prof. Dr. Darlan Einstein do Livramento	darlanlivramento@libertas.edu.br
Prof. Me. Olney Bruno da Silveira Junior	olneyjunior@libertas.edu.br
Profa. Esp. Stefânia Aparecida Belute Queiroz	stefaniaqueiroz@libertas.edu.br
Profa. Ma. Stephanie Duarte Esteban	stephanieesteban@libertas.edu.br

Comissão Organizadora do VIII Simpósio de Iniciação Científica:

Me. Alysson Alexander Naves Silva
Ma. Dalva Kellen Dizaró
Dr. Darlan Einstein do Livramento
Ma. Denize Alves de Almeida
Dra. Michele Cia
Ma. Vilma Vieira Miao Oliveira

Avaliadore(a)s dos trabalhos apresentados no VIII Simpósio de Iniciação Científica:

Esp. Adriana Rogeri Franco
Me. Alysson Alexander Naves Silva
Ma. Ana Carolina de Moraes Colombaroli
Ma. Ana Paula Santos Horta
Ma. Ana Silvia Fidelis Belluzzo
Me. André de Paiva Bonillo Fernandes
Me. Christopher Fonseca da Silva

Ma. Dalva Kellen Dizaró
Dr. Darlan Einstein do Livramento
Ma. Denize Alves de Almeida
Dr. Dorival Moreira Machado Junior
Esp. Edson Vander da Assunção
Me. Ely Fernando do Prado
Dra. Fabrícia Migliorato Corsi
Me. Fernando Roberto Proença
Dr. Flávio Augusto Maretti Sgrilli Siqueira
Me. Francisco Lúcio Rodrigues Silva
Me. Gilberto Pereira Salgado Júnior
Me. Humberto Luis Versola
Ma. Iácara Santos Barbosa Oliveira
Me. Júlio Cesar Naves Fernandes
Me. Julio Henrique Machado
Me. Lucas Mateus Lima
Me. Luís Alberto Teixeira
Ma. Luisa Maria Caleiro Acerbi Manfrin
Me. Luiz Fernando Pimenta Gil
Me. Marco Cesar de Carvalho
Ma. Maria do Carmo Lopes Toffanetto Rossitto Bassetto
Dra. Michele Cia
Dra. Nariman de Felicio Bortucan Lenza
Me. Olney Bruno da Silveira Junior
Dr. Pedro Lúcio Bonifácio
Me. Rafael Gonçalves Mafra
Ma. Renata Rodrigues de Oliveira
Me. Renato Marinzeck da Silva
Ma. Rita de Cássia Fanhani Meira Zanoni
Me. Sandro Donizete Caetano da Silva
Ma. Stefânia Aparecida Belute Queiroz
Ma. Stephanie Duarte Esteban
Ma. Vilma Vieira Miao Oliveira
Dra. Walisete de Almeida Godinho Rosa

APRESENTAÇÃO

É com satisfação que apresentamos aos autores, professores, pesquisadores e ao público em geral os anais em meio digital do VIII Simpósio de Iniciação Científica, evento promovido pela Libertas – Faculdades Integradas e organizado pela Coordenação de Pesquisa e Extensão. Em 2019, o simpósio aconteceu nos dias 04 e 05 de novembro de 2019. Agradecemos aos pesquisadores, professores e estudantes que contribuíram para o sucesso do evento enviando trabalhos nas diferentes áreas pertinentes aos cursos de graduação da instituição que são: Administração, Ciências Contábeis, Direito, Enfermagem, Engenharia Civil, Pedagogia e Sistemas de Informação. Entre os participantes estavam estudantes e professores da Libertas – Faculdades Integradas e da Universidade do Estado de Minas Gerais – Campus Passos. Destacamos e agradecemos a colaboração dos nossos colegas que, gentilmente, contribuíram na avaliação dos painéis apresentados no simpósio. A Libertas - Faculdades Integradas tem realizado anualmente o Simpósio de Iniciação Científica e publicado os Anais do evento com os resumos dos trabalhos apresentados na Revista de Iniciação Científica (ISSN: 2238-782X). O conteúdo aqui apresentado é de inteira responsabilidade dos autores.

São Sebastião do Paraíso, 26 de novembro de 2019.

Prof. Me. Alysson A. Naves Silva

Coordenador de Pesquisa e Extensão

Libertas – Faculdades Integradas

SUMÁRIO

A LUDICIDADE NO AUTISMO	10
A PROBLEMÁTICA DA PRODUÇÃO E DESTINAÇÃO LIXO NA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	11
ESTUDO QUANTITATIVO DO SETOR DE SANEAMENTO ATRAVÉS DA ANÁLISE DE DADOS DO SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES SOBRE SANEAMENTO EM DOIS MUNICÍPIOS DO SUDOESTE MINEIRO.....	12
CAPTAÇÃO RESIDENCIAL DA ÁGUA DA CHUVA: ESTUDO PARA AS CONDIÇÕES DE SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO, MG.....	13
A TECNOLOGIA BIM NA CONSTRUÇÃO CIVIL	14
TORRE DE MACARRÃO, UMA ABORDAGEM DIDÁTICA PARA COMPREENSÃO DE CARGAS E ESTRUTURAS	15
ESTUDO ENTRE MASSA ESPECÍFICA E RESISTÊNCIA A COMPRESSÃO DOS TIJOLOS SOLO CIMENTO COM SOLOS DE MINERAÇÃO.....	16
DESENVOLVIMENTO DE APLICATIVO MÓVEL VOLTADO AO MAPEAMENTO, AVALIAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DE RAMPAS DE ACESSIBILIDADE PARA PORTADORES DE DEFICIÊNCIA FÍSICA	17
A PERCEPÇÃO DO CAFEICULTOR QUANTO AS FERRAMENTAS CONTÁBEIS DE CONTROLE DE CUSTOS. ...	18
DESENVOLVIMENTO DE UM SISTEMA PARA CONTROLE E MONITORAMENTO DE CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS	19
ANÁLISE FINANCEIRA COMO FERRAMENTA DE GESTÃO DE UM SUPERMERCADO EM SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO - MG.....	20
ESTUDO DA QUARTA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL E SUAS NOVAS TECNOLOGIAS NO SETOR DO AGRONEGÓCIO.....	21
CRIAÇÃO DE UM MEDIDOR DE RUÍDO USANDO ARDUINO PARA SER UTILIZADO EM FABRICAS QUE POSSUI O ÍNDICE DE RUÍDO ALTO COM A EMISSÃO DE RELATÓRIOS.....	22
MERCADO FORMAL E INFORMAL DE SEMENTES FORRAGEIRAS	23
A EFICIÊNCIA DA CONTROLADORIA NO SETOR DE LOGÍSTICA: UM ESTUDO DE CASO EM UMA EMPRESA DO SETOR ALIMENTÍCIO DE SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO-MG	24
A INFLUÊNCIA DA MARCA PATROCINADORA EM RELAÇÃO AO COMPORTAMENTO DE COMPRA DOS SÓCIOS TORCEDORES DE UM CLUBE DE FUTEBOL.....	25
GESTÃO DE CUSTOS E FISCAL EM UMA EMPRESA DE PRODUTOS IMPORTADOS.....	26
REONSABILIDADE SOCIAL NA ÁREA DE GESTÃO ESTRATÉGICA DE PESSOAS	27
ESTUDO DAS ONDAS DE CONSUMO DE CAFÉ: UMA VISÃO DOS PRODUTORES NO MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO- MG.....	28
O BITCOIN COMO ATIVOS EMPRESARIAIS: UM ESTUDO ABORDANDO O CONHECIMENTO DE SEU USO NAS MAIORES EMPRESAS DE UM MUNICÍPIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS.....	29
ANÁLISE DINÂMICA DO CAPITAL DE GIRO: UM ESTUDO APLICADO NAS EMPRESAS DE AGRONEGÓCIO LISTADAS NA B3.....	30

ANÁLISE DE CORRELAÇÃO DO PREÇO DO CAFÉ COM VARIÁVEIS DA ALTA MOGIANA	31
A IMPORTÂNCIA DA ANÁLISE “DUE DILIGENCE AMBIENTAL” NAS AQUISIÇÕES OU FUSÕES DE EMPRESAS COM ATIVIDADES DE ALTO RISCO	32
ANÁLISES DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE FORMA CONSOLIDADA: UMA FERRAMENTA PARA TOMADA DE DECISÃO	33
ANÁLISE ESTRATÉGICA COMPARATIVA ENTRE DOIS EMPREENDIMENTO RURAIS DO SETOR DE PECUPÁRIA LEITEIRA	34
A RELEVÂNCIA DA CONTABILIDADE PARA DESENVOLVIMENTO DO CUSTO E AUMENTO DA PRODUÇÃO LEITEIRA EM UMA PROPRIEDADE RURAL NO SUDOESTE DE MINAS GERAIS.....	35
COMPORTAMENTO DOS INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIRO DO BANCO COOPERATIVISTA EM RELAÇÃO AOS BANCOS PRIVADOS	36
A CONTABILIDADE NA GESTÃO DAS FINAÇAS PESSOAIS: UM ESTUDO DOS ALUNOS DO E SÉTIMO PERÍODO DOS CURSOS DE ADMINISTRAÇÃO E CIENCIAS CONTABEIS DA LIBERTAS FACULDADES INTREGADAS.....	37
ESTUDO ATRAVÉS DE MODELOS MATEMÁTICOS E ESTATÍSTICOS NA VARIAÇÃO NO ESTOQUE DE PRODUTOS ACABADOS EM UMA AGROINDÚSTRIA: DECISÕES PROGRAMADAS E NÃO PROGRAMADAS.	38
A IMPORTÂNCIA DO PROFISSIONAL DA CONTABILIDADE NO DESEMPENHO E TOMADA DE DECISÕES DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS NA CIDADE DE SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO	39
STORMEE – APLICATIVO PARA GESTÃO DE SALA DE REUNIÕES.	40
A CONTABILIDADE COMO FERRAMENTA DE LIBERAÇÃO DE CRÉDITO EM UMA COOPERATIVA DE CRÉDITO- UM ESTUDO DE CASO	41
APLICAÇÃO WEB PARA AUXILIO NA APRENDIZAGEM DE BANCO DE DADOS DE FORMA VISUAL	42
AS AÇÕES DE COMUNICAÇÃO NO ENDOMARKETING EM UMA EMPRESA DE ATACADO E VAREJO EM SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO-MG.....	43
A PROFISSÃO DO CONTADOR NA VISÃO DOS ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO DAS ESCOLAS PÚBLICAS DE SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO – MG	44
ANÁLISE DE RENTABILIDADE EM UMA EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS: UM ESTUDO DE CASO.....	45
ESTUDO DA IMPLANTAÇÃO DO LEAN MANUFACTURE EM UMA EMPRESA FABRICANTE DE JEANS.....	46
ANÁLISE DOS INDICADORES FINANCEIROS DA EMPRESA PETROBRAS - REFLEXOS OCASIONADOS PELA OPERAÇÃO LAVA JATO ENTRE OS ANOS DE 2012 A 2017.	47
A IMPORTÂNCIA DO CONTADOR NA PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS PARTIDOS POLÍTICOS	48
O COMPORTAMENTO DO CONSUMIDOR DIANTE DO SELF CHECKOUT, UM NOVO MODELO DE MERCADO SEM SUPERVISÃO	49
ESTUDO DOS ASPECTOS DA NOTA FISCAL DO CONSUMIDOR ELETRÔNICA	50
LOGÍSTICA REVERSA DE MEDICAMENTOS: UMA AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE DESCARTE EM FARMÁCIAS NA CIDADE DE ITAÚ DE MINAS - MG.....	51
UTILIZAÇÃO DE REDES NEURAIIS CONVOLUCIONAIS PARA CONSTRUÇÃO DE UM CLASSIFICADOR DE FOLHAS DE SOJA.....	52

REFLEXOS DA UTILIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA DECLARAÇÃO DE DÉBITOS E CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS FEDERAIS WEB (DCTFWEB) NA VISÃO DOS CONTADORES.....	53
ESTUDO SOBRE A IMPORTÂNCIA DA ANÁLISE DO BALANÇO PARA A TOMADA DE DECISÃO DOS GESTORES.....	54
VANTAGENS E DESVANTAGENS DO SPED	55
O PROCESSO DE RESSOCIALIZAÇÃO DO INDIVÍDUO PRIVADO DE LIBERDADE OU NO CUMPRIMENTO DE MEDIDAS ALTERNATIVAS	56
O DIREITO SISTÊMICO SOB O VIÉS DA APLICAÇÃO DA PENA: UMA JUSTIÇA RESTAURATIVA DESENVOLVIDA PELAS TEORIAS DE BERT HELLINGER	57
O FEMINICÍDIO NO BRASIL E A CULTURA DA VIOLÊNCIA: O DIREITO PENAL É UMA FORMA DE COMBATE À VIOLÊNCIA DE GÊNERO?.....	59
HOLOCAUSTO BRASILEIRO	61
A RESPONSABILIDADE DO EMPRESÁRIO INDIVIDUAL.....	62
DECISÃO DE SANEAMENTO E ORGANIZAÇÃO DO PROCESSO: ASPECTOS PRÁTICOS REFERENTES À ECONOMICIDADE E CELERIDADE PROCESSUAL.....	63
FILIAÇÃO SOCIOAFETIVA E O DIREITO SUCESSÓRIO.....	64
A RESPONSABILIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS EM RAZÃO DAS FILAS SOB A ÓTICA DA TEORIA DO DESVIO PRODUTIVO	65
ASPECTOS JURÍDICOS DO USO DE DRONES FRENTE AO ESPAÇO AÉREO BRASILEIRO	66
O ENSINO DOMICILIAR NO BRASIL	67
A (IN)EFICIÊNCIA DA AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA COMO UM DIREITO ESSENCIAL PARA O PRESO.....	68
CRISE DO SISTEMA PENAL BRASILEIRO DESAFIOS DA RESSOCIALIZAÇÃO DOS CONDENADOS MARGINALIZADOS ECONOMICAMENTE.	69
LEI DA REPATRIAÇÃO (LEI Nº 13.254, DE 13 DE JANEIRO DE 2016) – ABORDAGEM HOLÍSTICA SOBRE A (IN)CONSTITUCIONALIDADE TRIBUTÁRIA.....	70
ABORDAGEM DO INSTITUTO DA USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL	71
TEORIA DO ADIMPLENTO SUBSTANCIAL APLICADA EM CONTRATOS DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA EM GARANTIA DE BENS MÓVEIS	73
ASPECTOS JURÍDICOS DOS CONTRATOS DE SEGURO D&O E SUA APLICABILIDADE FRENTE ÀS NORMAS DE COMPLIANCE	74
OS FUNDAMENTOS JUDICIAIS PARA INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA E BLOQUEIO DE APLICATIVOS DE MENSAGENS	75
CIFRA NEGRA: VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NAS RELAÇÕES INTRAFAMILIARES.	76
A PROTEÇÃO DAS FAMÍLIAS ECTOGENÉTICAS NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO	78
OFICINAS DE PARENTALIDADE E DIVÓRCIO COMO MECANISMO PARA COMBATER A ALIENAÇÃO PARENTAL.....	79
O RECONHECIMENTO EXTRAJUDICIAL DA PATERNIDADE SOCIOAFETIVA	80

O REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL E SUA MUDANÇA DO SISTEMA DE REPARTIÇÃO PARA O DE CAPITALIZAÇÃO	81
O JUÍZ E O PRINCÍPIO DA IMPARCIALIDADE NO DIREITO BRASILEIRO	84
ANÁLISE DA VIOLÊNCIA SEXUAL PRATICADA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES DO GÊNERO FEMININO EM SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO	85
A IMPORTÂNCIA DO COMBATE À CRIMINALIDADE CIBERNÉTICA E PROTEÇÃO DE DADOS	87
EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE: APONTAMENTOS E SUA APLICAÇÃO NO DIREITO BRASILEIRO	88
ESTELIONATO SENTIMENTAL	89
MÃES ENCARCERADAS: O DIREITO DE UMA VIDA NA SOCIEDADE E A MATERNIDADE POR MULHERES EM SITUAÇÃO DE PRISÃO	90
A LIMITAÇÃO DE 150 SALÁRIOS MÍNIMOS NA FALÊNCIA, DE ACORDO COM A LEI 11.101/05	91
O PROCESSO DE SINISTRO NO CONTRATO DE SEGURO EMPRESARIAL E SEUS ASPECTOS JURÍDICOS NAS CONDIÇÕES GERAIS PARTICULARES	92
A CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIREITO CIVIL E A PROPRIEDADE PRIVADA	93
APLICAÇÃO DA LEI Nº 12.318 DE 26 DE AGOSTO DE 2010 NO JUDICIÁRIO BRASILEIRO.....	94
A ASCENSÃO DA MULHER NOS QUADROS DA POLÍCIA CIVIL BRASILEIRA	95
A VISITA ÍNTIMA NA PENITENCIÁRIA FEMININA	96
O INGRESSO DE MULHERES NO TRÁFICO DE DROGAS	97
A POLÊMICA DO RESSARCIMENTO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO CONCEDIDO EM CARÁTER DE TUTELA PROVISÓRIA.....	98
ACORDO DE COLABORACAO E LAWFER	99
O BITCOIN E SEU ESTUDO JURÍDICO.....	100
A INCONSTITUCIONALIDADE DO ESTATUTO DO DESARMAMENTO.....	101
A DITADURA DA BELEZA IMPOSTA ÀS MULHERES COMO FORMA DE VIOLAÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS	102
MÉTODOS NÃO ADVERSARIAIS E A PROTelação RECURSAL COMO DESESTIMULO A CONCILIAÇÃO....	103
COMPLIANCE AMBIENTAL E SUA IMPORTÂNCIA NAS ORGANIZAÇÕES CORPORATIVAS.....	104
O TRÁFICO DE ÓRGÃOS NO BRASIL: EXPECTATIVA X REALIDADE	105
COMMERCIAL PAPERS: ALTERNATIVA À EXPANSÃO NO MERCADO DE CAPITAIS	106
AS CONSEQUÊNCIAS CÍVEIS DA ALIENAÇÃO PARENTAL E O IMPACTO PSICOLÓGICO CAUSADO NAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES.....	107
DO CABIMENTO DE PERÍCIAS COMPLEXAS NO ÂMBITO DO JUIZADO ESPECIAL	108
USO DA FITOTERAPIA NO TRATAMENTO DA OBESIDADE	109
PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DA SÍFILIS CONGÊNITA EM UM MUNICÍPIO MINEIRO DE PEQUENO PORTE ..	110
TRANSTORNO ESPECTRO AUTISTA E CUIDADOS DE ENFERMAGEM.....	111
ASPECTOS SOCIODEMOGRÁFICOS DOS PACIENTES SUBMETIDOS À CIRURGIA CARDÍACA	112

AÇÕES DE PROMOÇÃO À SAÚDE DO HOMEM DIRECIONADA AOS ALUNOS DE GRADUAÇÃO DE UMA FACULDADE NO INTERIOR DE MINAS GERAIS	113
CIRURGIA SEGURA E USO DO CHECKLIST: PERCEPÇÃO DE ENFERMEIROS	114
ALCOOLISMO FEMININO: HISTÓRIA DE VIDA DE MULHERES ATENDIDAS EM UM CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL. ÁLCOOL E DROGAS	116
TECNOLOGIA NA EDUCAÇÃO: QUAIS FERRAMENTAS METODOLÓGICAS PARA ATENDER A GERAÇÃO ALPHA?	117
DESENVOLVIMENTO DE UM JOGO DIGITAL EDUCATIVO PARA O AUXILIAR O APRENDIZADO DE MATEMÁTICA	118

A LUDICIDADE NO AUTISMO

Daiane Franciele Ferreira, daianefrancieleferreira@outlook.com

Cícero Rodarte Mião, ciceromio@libertas.edu.br

Libertas – Faculdades Integradas

RESUMO

A vivência lúdica é de inegável relevância no processo desenvolvimental da criança (ALMEIDA, 1999). Dentre as diversas possibilidades de aplicação do lúdico no processo escolar, podemos destacar a inclusão social da criança com a síndrome do autismo. Esse tipo de procedimento pode contribuir para a convivência dos alunos, com algum transtorno do espectro autista, pois eles podem apresentar dificuldades de se relacionar com as outras pessoas (BOSA, 2019). Um importante fundamento com atividades lúdicas é que a criança trabalha com o imaginário e o concreto. Isso contribui para desenvolvimento da psiquê, seja com relação à ansiedade, os conflitos, a elaboração de vários papéis cognitivos e interativos (ALMEIDA, 2019). Na ludicidade, criança cria seu papel interior e exterior, isso se dá através do prazer, pois ela explora suas emoções e fantasias. Pude observar esses elementos nas seguintes disciplinas: Seminários Tem. Ética, Estética e Ludicidade na Educação Básica, na qual discutimos e vivenciamos o conceito de ludicidade. Outra cadeira que vale ser apontada é Psicologia da Educação, onde discutimos o desenvolvimento infantil e o papel do lúdico nesse processo. As perspectivas trabalhadas no curso possibilitam um diálogo teórico com as dos autores apresentados nesse resumo. Com as brincadeiras, a criança reconhece suas potencialidades e aprende a superar seus próprios limites. Esse processo é via de aprendizado e desenvolvimentos diversos: como a motricidade, a afetividade, a atenção, além de outras habilidades, principalmente no âmbito da socialização, normalmente elemento central na discussão sobre o espectro autista. Conforme discutimos em Vigostki (2010) na disciplina de Psicologia da Educação, desde bebê, a criança já brinca e constrói com o lúdico, através das interações sociais. Essa participação gera organizações que podem ser por repetições ou mesmo variações das situações e ações. As crianças que não têm oportunidades com o brincar, poderão apresentar dificuldades ao decorrer da vida. Por isso, é de muita importância o contato com atividades lúdicas, desafiadoras, que possibilitem lidar com resoluções de problemas. Desta forma, o lúdico faz parte do nosso dia a dia, com isso é fundamental valorizar essa questão, pois é uma das principais bases da formação humana.

Palavras-chave: *Ludicidade, autismo, desenvolvimento infantil*

A PROBLEMÁTICA DA PRODUÇÃO E DESTINAÇÃO LIXO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

KAREN PEREIRA SILVA, karenmariacharmosa@gmail.com

SHEILA RUBIOLI, sheilarubioli3@gmail.com

ANA SILVIA FIDELIS BELLUZZO, anabelluzzo@libertas.edu.br

Libertas – Faculdades Integradas

RESUMO

O tema preservação do meio ambiente é um dos mais importantes e discutidos na atualidade. Aproximar as questões que envolvem esse tema das crianças, tornou se um caminho necessário e, talvez, o mais promissor para se obter êxito na conscientização da sua importância para as futuras gerações. Esse trabalho tem como objetivo criar estratégias para demonstrar às crianças da educação infantil, de forma lúdica e divertida, a importância do controle da produção e destinação do lixo doméstico, tomando como base a proposta dos 3R's (reduzir, reutilizar e reciclar). A forma mais adequada para que essas ideias e propostas cheguem as crianças é através do professor. Um professor sensibilizado e bem informado, trabalhando temas transversais para conseguir a formação do sujeito completo. Assim, serão realizados trabalhos em uma sala de aula de crianças de 4 e 5 anos, onde o professor deverá, após orientação, aplicar as formas mais adequadas e didáticas para introduzir o tema. As respostas serão analisadas de acordo com os trabalhos feitos pelas crianças.

Palavras-chave: *sustentabilidade, lixo, 3 R's*

ESTUDO QUANTITATIVO DO SETOR DE SANEAMENTO ATRAVÉS DA ANÁLISE DE DADOS DO SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES SOBRE SANEAMENTO EM DOIS MUNICÍPIOS DO SUDOESTE MINEIRO.

CLEBER ANTONIO PEREIRA, cleber@univox.com.br

LETÍCIA PRATES DE OLIVEIRA, leticiapratesssp@hotmail.com

DARLAN EINSTEIN DO LIVRAMENTO, darlanlivramento@libertas.edu.br

Libertas – Faculdades Integradas

RESUMO

A falta de saneamento pode acarretar doenças e uma das formas de evitar problemas relacionados ao tema é investir no tratamento adequado de água e esgoto, como instrumento de promoção a saúde, proporcionando assim uma vida saudável e produtiva e em harmonia com o meio ambiente. Nesse contexto o objetivo desse trabalho foi analisar os dados contidos nos Sistema Nacional De Informações Sobre Saneamento de dois municípios: um que faz a gestão própria do tratamento de água e esgoto - designado de A; e outro em que o sistema de saneamento fica sob responsabilidade de uma sociedade de economia mista brasileira - designado de B. O município A apresenta um IDH 0,756 e PIB per capita de R\$ 20.221,63, enquanto o município B apresenta um IDH 0,722 e PIB per capita de R\$ 23.236,58. Como material e métodos, a coleta de dados foi realizada no Sistema Nacional de Informações Sobre Saneamento. A base de dados utilizada para o município A, compreendeu os anos de 1998 a 2017, e para o município B entre os anos de 2002 e 2017. Os dados foram analisados através de estatística descritiva e estudos de correlação e regressão. Para o município A a quantidade de economias residenciais ativas de água (unidades) subiu 44%, enquanto que o município B teve um aumento de 30,6%. O volume micromedido nas economias ativas de água (1.000 m³/ano) aumentou 15,56%, para o município A e 15,83% para B. Na avaliação do consumo micromedido por economia (m³/mês/econ) houve uma diminuição de 36,79% para o município A e de 27,45% para o município B. O consumo médio percapita de água (lts/hab/dia) teve um aumento de 19,8% para o município A, enquanto que, para o município B o aumento foi de 17,71%. Na análise dos índices de perda estudados, para o município A, os que ocorrem na distribuição (%) e as perdas lineares (m³/dia/Km) apresentaram tendência positiva enquanto que as perdas por ligação (lts/dia/lig) a tendência dos dados foi negativa. Para o município B, todas as correlações entre as perdas analisadas foram positivas. Na análise dos componentes financeiros a receita operacional direta total (R\$/ano) houve um aumento de 85,39%, para o município A, e para o município B foi de 86,55%. Ao avaliarmos a evolução da tarifa média de água (R\$/m³), observa-se um aumento de 84,14% e 76,97%, para os municípios A e B, respectivamente. Nesse caso cabe salientar que os valores mínimos e máximos para cada município evoluíram de R\$ 0,41 a R\$ 2,27, para o município A. Para o município B os valores mínimos e máximo forma de R\$ 0,99 e R\$ 4,30, respectivamente.

Palavras-chave: *água, esgoto, estatística*

CAPTAÇÃO RESIDENCIAL DA ÁGUA DA CHUVA: ESTUDO PARA AS CONDIÇÕES DE SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO, MG

LETÍCIA PRATES DE OLIVEIRA, leticiapratesssp@hotmail.com

GUSTAVO HENRIQUE ROSA, gustavo041997@hotmail.com

DARLAN EINSTEIN DO LIVRAMENTO, darlanlivramento@libertas.edu.br

Libertas – Faculdades Integradas

RESUMO

Uma das referências mais remotas que se tem com relação ao uso da água da chuva, se encontra em uma das inscrições mais antigas do mundo, conhecida como Pedra Maobita, que foi encontrada no Oriente médio e é datada de 850 a.C, nela o rei Mescha dos Maobitas sugere que seja feita uma cisterna em cada casa para o aproveitamento da água da chuva. Além de ser um recurso insubstituível, a água é um importante fator de produção para muitas atividades, em diversos momentos de nossa rotina, seja doméstica, industrial ou agropecuária. Dentro desse contexto cerca de 97,5% do volume total de água na Terra é de água salgada, distribuída entre mares e oceanos. Apenas os 2,5% restantes são compostos por água doce. Todavia, destes 2,5%, apenas 0,007% encontra-se em locais de fácil acesso para o consumo, como lagos, rios e na atmosfera. Mesmo que o planeta ainda disponha de uma grande quantidade de água doce, os recursos hídricos já estão se tornando escassos em algumas regiões do mundo, nas quais suprir a demanda de água em função do acelerado crescimento populacional, está se tornando um problema sério. O objetivo desse trabalho em estudar como a captação de água da chuva pode contribuir para economia de água em residências populares. O trabalho consistiu em um levantamento de informações a respeito do assunto; de dados de precipitação da região através do Instituto Nacional de Meteorologia; da realização de estimativas com relação a quantidade de chuva captada em razão de uma área (m²) estipulada. Durante o levantamento de informações foram observados alguns pontos que devem ser considerados: Consumo médio diário por pessoa – 70 a 120 l/dia (200 l/dia); capacidade do reservatório de armazenamento de água da chuva; normas técnicas para elaboração do projeto de captação e reuso: NBR 13969:1997; NBR 15527:2007; filtros: remoção de folhas e materiais grosseiros; o consumo médio por residência: 166,3 litros/dia (média nacional) e a sazonalidade das demandas e das chuvas. Quanto às características observadas para São Sebastião do Paraíso, o acumulado de chuvas foi de 980 mm, entre os meses de janeiro e setembro de 2019. Nesse contexto considerando uma área de interceptação de chuva de 50 m² e um coeficiente de escoamento de 0,95 o potencial de coleta acumulado é de aproximadamente 46.000 l. Ao se estimar as informações de consumo por pessoa ano em m³ e considerando uma casa com quatro pessoas, foi observado que os aparelhos sanitários (vasos) consomem em média 35% da água de uma residência. Dessa forma considerando o uso da água das chuvas como forma de suprir a demanda, a captação através de um sistema de coleta pode proporcionar economia no volume micromedido nas residências.

Palavras-chave: *precipitação, sistema de coleta, economia de água*

A TECNOLOGIA BIM NA CONSTRUÇÃO CIVIL

ANA CAROLINA MARTINS DE PADUA, carolinamartins.1086@gmail.com

PEDRO LUCIO BONIFACIO, pedrobonifacio@libertas.edu.br

Libertas – Faculdades Integradas

RESUMO

O presente trabalho está tem como objetivo uma análise da tecnologia BIM na construção civil nos últimos anos no país. A construção civil é um dos setores que menos adota sistemas inovadores. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na média, o percentual de inovação da indústria do Brasil é de 35,7%. Mas na construção esse número limita-se a 29,6%. Ainda que seja uma grande indústria – representa 8% do PIB nacional – é considerada ineficiente quando o assunto é a incorporação de tecnologia para aumentar a produtividade. Mesmo assim, existem pontos positivos a se levar em conta. A construção civil investe, por ano, R\$ 212 bilhões em novas contratações e compras. Sendo assim, quer dizer que o setor tem evoluído em seus investimentos e em tecnologia. E por lembrar de tecnologia, vamos falar de BIM! O BIM que significa Building Information Modeling (Modelagem de Informação da Construção) nada mais é que uma maneira eficiente de reunir todas as informações de uma construção de forma integrada e organizada. Esse conjunto de informações da construção é composto desde o modelo em si da edificação até seu orçamento, por exemplo. Isto é, acompanha a obra em todo o seu ciclo de vida. Além de integrar todos os dados em um único local, o seu uso também facilita o compartilhamento do projeto entre diferentes profissionais durante o processo de construção. Esses profissionais podem inclusive trabalhar no mesmo projeto e ao mesmo tempo! Desde arquitetos, engenheiros, projetistas, fornecedores de materiais, gerentes ambientais e clientes. Assim, todos podem interagir com o projeto de um edifício, gerando maior valor agregado. Por meio das pesquisas verificou-se como vem sendo formado o perfil dessa tecnologia no mercado de trabalho e na academia. Foi feita uma adaptação nos últimos anos para relacionar melhor os dados com as referências estudadas.

Palavras-chave: *Tecnologia, Modelagem, Construção*

TORRE DE MACARRÃO, UMA ABORDAGEM DIDÁTICA PARA COMPREENSÃO DE CARGAS E ESTRUTURAS

RAPHAELA DOMINGUES, raphadomingues98@gmail.com

MARLON RENAN PARREIRA DE CARVALHO, marlonrenan00@gmail.com

PEDRO LUCIO BONIFACIO, pedrobonifacio@libertas.edu.br

Libertas – Faculdades Integradas

RESUMO

A atividade em questão está direcionada para a montagem de torres de macarrão na qual teve seus objetivos centrados na promoção de melhorias nos trabalhos em equipe, gestão de tempo, comunicação, criatividade, metodologia, lógica, flexibilidade, além de fazer um estudo detalhado sobre resistência de estruturas, mas precisamente em torres utilizando um protótipo através de uma montagem prática com o macarrão. O modelo da torre utilizado no trabalho foi do formato treliça, que por sua vez utiliza suas cargas aplicadas somente nas extremidades, ficando sujeitas apenas a esforços normais/axiais/uniaxiais (alinhados segundo o eixo da barra) de tração ou compressão. Sua altura, ou melhor, a distância entre a sua corda inferior e superior é o que a torna uma estrutura eficaz. metodologia utilizada foi adaptada com referência ao concurso de "Torre de Macarrão" organizado pela PUC-RS, no qual a sala foi dividida em dois grupos, assim cada grupo começou a construir sua torre sem ver a do outro, pois a torre que tivesse menor peso, maior resistência e com maior altura seria a vencedora. Cada grupo pesquisou e determinou o formato que suas torres. A execução desse trabalho nos ajudou a identificar as hipóteses de um projeto no que se refere a visão inicial de estruturas. Os testes e os procedimentos postos em prática, nos ajudaram a entender que em todo projeto de estrutura deve-se calcular sua resistência.

Palavras-chave: *Estruturas, Torres, Atividade didática*

ESTUDO ENTRE MASSA ESPECÍFICA E RESISTÊNCIA A COMPRESSÃO DOS TIJOLOS SOLO CIMENTO COM SOLOS DE MINERAÇÃO

JULIANE FELIPE GATTINI, jugattini@gmail.com

GIOVANNA DONATO FONSECA SIMÕES, giovannads@yahoo.com

MARIA JOSÉ REIS, mariajreiss@hotmail.com

JOÃO CARLOS REIS, joaocarlosreiss@hotmail.com

Universidade do Estado de Minas Gerais

RESUMO

O Tijolo solo-cimento é uma mistura de solo, cimento e água, que quando compactado na umidade ótima se torna um material estruturalmente resistente. A compactação do material sob umidade ótima garante a maior massa específica aparente seca, devido à redução do índice de espaços vazios, e conseqüentemente, pode configurar um produto com melhor desempenho. Desse modo, é fundamental estudar a fabricação deste artefato com os diferentes tipos de prensas (Manual e Hidráulica) e correlacionar com sua resistência. Em escavações para extração de minérios são movimentadas grandes quantidades de solos, os quais são descartados na natureza, com objetivo de reaproveitar o material firmou-se uma parceria com a mineração Morro Verde, situada em Pratápolis (MG). Para confecção dos tijolos solo cimento, o solo deve atender determinadas características conforme preconiza a NBR 10833 (ABNT, 2012), diante disso foi realizado inicialmente o ensaio de granulometria conjunta conforme a NBR 7181 (ABNT, 2017) para verificar as características do material e determinar do traço a ser utilizado. Após realização dos ensaios, o traço escolhido foi de 1:6, sendo 1 de cimento para 6 de solo, pois as porcentagens do solo foram: 1% argila, 7% silte, 80% areia e 12% pedregulho. Em seguida foi realizada a fabricação dos tijolos em prensa Hidráulica e Manual. Na prensa hidráulica e na manual os tijolos passaram pelo processo de cura por imersão e por sete dias ficaram envolvidos com lona para que não ocorresse perda brusca de umidade. Em seguida foram pesados e medidos. Posteriormente serão realizados ensaios de resistência mecânica a compressão e absorção, conforme exigências e procedimentos da norma NBR 8491 (ABNT, 2012) e finalmente a correlação da influência da compactação da mistura nas duas prensas Manual e Hidráulica e os resultados de resistência e massa específica, observando nesses últimos qual o comportamento dessas duas características, pois em alguns materiais eles apresentam similaridade de comportamento. Na prensa hidráulica os resultados de resistência a compressão aos 14 dias foram em Mpa: 1,16; 1,91; 1,06; 1,74; 1,31; 0,92; 1,2 e 1,42. Com massas específicas em kg/cm³: 1,58; 1,63; 1,59; 1,60; 1,59; 1,55; 1,58 e 1,61, demonstrando uma relação entre a resistência a compressão e a massa específica do tijolo solo cimento. Posteriormente serão efetuadas as mesmas comparações na prensa manual.

Palavras-chave: Resistência a compressão, Tijolo solo cimento, Massa específica

DESENVOLVIMENTO DE APLICATIVO MÓVEL VOLTADO AO MAPEAMENTO, AVALIAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DE RAMPAS DE ACESSIBILIDADE PARA PORTADORES DE DEFICIÊNCIA FÍSICA

REYSON TEIXEIRA TERRA, reysonteixeira@gmail.com

GABRIEL OLIVEIRA COSTA, xgabrel@hotmail.com

PAULA MAIA DE SOUZA, paula.souza@uemg.br

MARIA JOSÉ REIS,

Universidade do Estado de Minas Gerais

RESUMO

Segundo dados levantados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em 2010 cerca de 13,2 milhões de pessoas no Brasil possuem algum tipo de deficiência motora. Na busca de garantir a essas pessoas o gozo do direito de ir e vir, existe a necessidade da implantação de meios que ofereçam acessibilidade para os mesmos. Porém em dissonância a esse fato o levantamento feito pelo IBGE em 2010 mostra que apenas 4,7% das vias urbanas contam com rampas para cadeirantes, fato que é agravado se levarmos em consideração que boa parte das rampas não apresentam condições de uso e calçadas não possuem condições para locomoção contínua, contradizendo a Norma Brasileira de Acessibilidade a Edificações, Mobiliário, Espaços e Equipamentos Urbanos (NBR 9050) da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Um mapeamento e avaliação das rampas de acessibilidade em vias públicas poderiam ajudar os deficientes físicos a conhecerem melhor a situação de cada local de um determinado trajeto, possibilitando ao deficiente físico escolher um trajeto que possui rampas melhor classificadas. Diante ao exposto esse projeto teve como o objetivo principal desenvolver um aplicativo para dispositivos móveis que permita os usuários mapear rampas de acessibilidade às pessoas com deficiência física, além de avaliar e comentar situação das rampas já cadastradas. O método de pesquisa adotado foi o exploratório, na busca de obter maior conhecimento sobre o domínio da pesquisa, sobre as tecnologias e sobre as ferramentas que utilizadas no desenvolvimento do aplicativo. Até o momento foram definidos os requisitos do aplicativo, desenvolvido a modelagem e a prototipação do mesmo. Além disso já foi implementado o banco de dados do aplicativo e o servidor web para a aplicação. Atualmente o aplicativo está em fase de implementação de sua estrutura lógica e comportamental, além da realização de testes das funcionalidades implementadas. Estima-se que nas próximas semanas o aplicativo já esteja disponibilizado para a realização de testes de usabilidade pela equipe executora do projeto. A partir da disponibilização deste aplicativo espera-se que o mesmo possa contribuir positivamente para o deficiente físico, diminuindo suas dificuldades de locomoção nas vias públicas.

Palavras-chave: *Acessibilidade, Deficiência física, Desenvolvimento de aplicativo*

A PERCEPÇÃO DO CAFEICULTOR QUANTO AS FERRAMENTAS CONTÁBEIS DE CONTROLE DE CUSTOS.

CAROLINE CRISTINA DA SILVA, carolinecristina26@hotmail.com

YARA LIMA SILVEIRA, silveira_yara@hotmail.com

ROGÉRIO CARDOSO, rogercardoso@bol.com.br

Libertas – Faculdades Integradas

RESUMO

Iniciado em meados do século XVIII, o setor cafeeiro representa, desde então, um setor relevante para economia brasileira. O Café contribui para o desenvolvimento da economia em vários setores, pois a cadeia cafeeira participa impacta na produção rural, na indústria e nos serviços, ademais esta presente no mercado local e global, gerando emprego e renda. E, para alavancar esta cadeia produtiva a assegurar sua sustentabilidade é essencial a tomada de decisão, assertiva dos gestores. O produtor rural é o primeiro empresário presente na cadeia produtiva do café. Em função disso, o agricultor precisa ter bom conhecimento de seus custos desde a plantação, passando pela colheita até as vendas do café. Pretende-se com este trabalho, verificar como o cafeicultor percebe e utiliza a contabilidade de custos para a tomada de decisão e gestão de seu negócio, ou seja, a compreensão do produtor rural de café quanto aos custos no plantio, colheita e vendas, classificação e compreensão dos gastos para se produzir uma saca de café. Esta pesquisa caracteriza-se como descritiva, quanto aos meios utiliza-se de estudos bibliográficos, aplicados a um estudo de caso, os dados serão analisados de forma qualitativa. O ambiente de estudo será um produtor rural de café arábica situado na cidade de Itamogi (MG). Os resultados pretendidos refere-se ao levantamento da compreensão do cafeicultor quanto a classificação de seus custos e o levantamento das ferramentas de controle de custos utilizadas na produção do café.

Palavras-chave: *Tomada de decisão, Custos, Café arábica*

DESENVOLVIMENTO DE UM SISTEMA PARA CONTROLE E MONITORAMENTO DE CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS

LUAN MESSIAS SANTOS SILVA, luan.1408lg@gmail.com

DORIVAL MOREIRA MACHADO JUNIOR, dorivaljunior@libertas.edu.br

Libertas – Faculdades Integradas

RESUMO

O alto consumo de energia elétrica, principalmente, no setor produtivo nacional acarreta em elevações severas e constantes na sua fatura mensal de energia devido às crises energéticas e hídricas. Neste contexto o trabalho tem por objetivo desenvolver um sistema de controle e monitoramento do consumo de energia elétrica de máquinas e equipamentos industriais. O método adotado para a realização do trabalho será o desenvolvimento de um protótipo de um medidor de energia com construção de um aplicativo baseado na tecnologia Arduino. Com isto, sensores de corrente e de tensão verificam o consumo em tempo real, através do processamento e envio de dados para um aplicativo que auxiliará controle realizado pelos gestores que poderão acompanhar o consumo de energia elétrica do setor industrial em tempo real, por meio de relatórios mensais e análises da média de consumo de energia. Este trabalho justifica-se pois o monitoramento em tempo real do consumo de energia elétrica ajudará gestão, contribuindo com informações que auxiliarão na diminuição do impacto ambiental e econômico.

Palavras-chave: *Monitoramento, Telemetria, Eficiência Energética*

ANÁLISE FINANCEIRA COMO FERRAMENTA DE GESTÃO DE UM SUPERMERCADO EM SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO - MG

NATALIA SILVA DOS REIS, nataliasilvareis@outlook.com

TATIANY DO NASCIMENTO RIBEIRO, taty.rib95@gmail.com

ROGERIO CARDOSO, rogercardoso@bol.com.br

Libertas – Faculdades Integradas

RESUMO

Ao decidir pela abertura de uma empresa são necessárias informações econômicas e financeiras. Assim sendo a contabilidade representa uma fonte de informação relevante para o gestor. Neste cenário o presente estudo tem a finalidade de verificar o uso da informação fornecida pelos demonstrativos contábeis como ferramenta de gestão de um Supermercado localizado em São Sebastião do Paraíso, Minas Gerais. A presente pesquisa fundamenta-se quanto aos meios de investigação por meio da pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e entrevista. Quanto aos fins foi um estudo descritivo, já quanto aos meios caracteriza-se como estudo de caso, utilizando uma abordagem qualitativa. A coleta de dados se deu em três etapas. A primeira foi o levantamento de dados iniciais, em seguida a análise documental das demonstrações contábeis no período de 2016 a 2018. Por fim uma entrevista com a proprietária da empresa, que atua diretamente na sua administração. Os achados da pesquisa revelaram que a contabilidade da empresa possui ênfase nas obrigações fiscais, tendo em vista que a análise financeira revelou dificuldades em sua liquidez, aumento do endividamento e queda no retorno sobre o ativo. Ressalta-se que a gestora não tinha conhecimento desses resultados, nem da existência de ferramentas que auxiliam na tomada de decisão.

Palavras-chave: *Tomada de decisão, Análise Financeira, Supermercado*

ESTUDO DA QUARTA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL E SUAS NOVAS TECNOLOGIAS NO SETOR DO AGRONEGÓCIO

MARIA PAULA DE ASSIS, mariapaula.adm20@gmail.com

LETICIA BARROS DA SILVA, leticiabarros140599@gmail.com

DARLAN EINSTEIN DO LIVRAMENTO, delivramento@yahoo.com.br

Libertas – Faculdades Integradas

RESUMO

A Quarta Revolução Industrial, também conhecida como indústria 4.0 vem desenvolvendo novas tecnologias, com versatilidade, automação e computação dentro dos seus processos. No agronegócio essa tecnologia é muito importante, e pode ser utilizada na melhoria dos processos. O objetivo geral desse estudo será compreender como a 4ª revolução industrial pode tornar o ambiente do agronegócio mais competitivo e eficiente. Dessa maneira, os objetivos específicos serão: fazer uma revisão bibliográfica sobre a 4ª revolução industrial, abordar as principais novidades tecnológicas trazidas pela indústria 4.0 e, então, reconhecer as principais vantagens e desvantagens trazidas pela 4ª revolução industrial. A pesquisa será exploratória, tendo cunho qualitativo, e como método de coleta de dados será usada a entrevista com roteiro semi-estruturado com a empresa x. Espera-se, compreender melhor essas tecnologias utilizadas na empresa x, analisar os pontos fortes e fracos da mesma.

Palavras-chave: *Agronegócio, 4ª Revolução Industrial, Novas Tecnologias*

CRIAÇÃO DE UM MEDIDOR DE RUÍDO USANDO ARDUINO PARA SER UTILIZADO EM FABRICAS QUE POSSUI O ÍNDICE DE RUÍDO ALTO COM A EMISSÃO DE RELATÓRIOS.

LUCAS SANTOS SILVA, zike1236@gmail.com

ELY FERREIRA DO PRADO, elyfprado@gmail.com

Libertas – Faculdades Integradas

RESUMO

A construção de um medidor de ruídos tem sido motivada pelo o aumento de pessoas que cada vez mais, apresentam problemas de audição oriundas de seu respectivo trabalho. Esse problema, então fomenta o desenvolvimento de novas tecnologias para melhorar a vistorias dentro dessas áreas. Neste sentido, propõe-se o desenvolvimento de um medidor através do Arduino que seja capaz de enviar um relatório para um sistema web mostrando os picos de ruídos em várias horas do dia e assim auxiliando gestores de empresas a solucionar uma dificuldade crescente em nosso meio. Esperando-se que este trabalho transforme a rotina de várias fábricas e gestores envolvidos nessa atividade que precisam dessa tecnologia para auxiliá-los.

Palavras-chave: *Arduino, medidor de ruídos, web*

MERCADO FORMAL E INFORMAL DE SEMENTES FORRAGEIRAS

LUANA DE SOUZA SILVA, luanasouzasilva4@gmail.com

DARLAN EINSTEIN DO LIVRAMENTO, delivramento@yahoo.com.br

Libertas – Faculdades Integradas

RESUMO

O sistema de produção de sementes pode ser dividido em dois sistemas, formal e informal. O sistema informal de produção de sementes envolve as atividades sem certificação e sem reconhecimento oficial. O sistema formal de produção de sementes segue as normas e regulamentos oficiais e é responsável pela produção e comercialização de sementes certificadas ou controladas. Objetivo geral desse trabalho é estudar o mercado de sementes forrageiras e identificar os possíveis problemas que podem acontecer nesse importante segmento. Dessa maneira os objetivos específicos serão: compreender o comércio de sementes, apresentar a situação do mercado atual, entender como os sistemas de sementes têm sido conceitualizados e caracterizados no mercado. A metodologia utilizada neste estudo será qualitativa, do qual se realizou por meio descritivo com foco em entender e descrever práticas relacionadas ao funcionamento dos sistemas de comercialização. O método de pesquisa será utilizado o levantamento para a obtenção de dados sobre os sistemas formais e informais. Os resultados esperados irão identificar o sistema de controle no mercado de sementes forrageiras.

Palavras-chave: *Sementes Forrageiras, Sementes Certificadas, Comercialização*

A EFICIÊNCIA DA CONTROLADORIA NO SETOR DE LOGÍSTICA: UM ESTUDO DE CASO EM UMA EMPRESA DO SETOR ALIMENTÍCIO DE SÃO SEBASTIÃO DO PARAISO-MG

DAIANI SILVA ALCÂNTARA LARA, daianialcantara@hotmail.com

MARINILDA APARECIDA DE OLIVEIRA, marinilda1176@gmail.com

LUCAS MATEUS LIMA, lucaslima@libertas.edu.br

Libertas – Faculdades Integradas

RESUMO

No processo de gestão, as etapas das decisões demandam informações fidedignas e tempestivas. Assim, a controladoria deve atuar como um departamento estratégico de apoio aos gestores para que possa promover dados coerentes e suficientes para as tomadas de decisões. Uma das áreas abrangidas pela controladoria é a logística. Dessa maneira, o presente estudo vislumbra analisar a participação da controladoria na apuração e no fornecimento de informações dessa natureza. O objetivo geral desta pesquisa consiste em examinar se os relatórios gerados pela controladoria auxiliam a gestão sobre os custos do setor de logística, para um melhoramento da distribuição dos produtos, promovendo a possibilidade de avaliar cenários dentro do processo decisório. Trata-se de um estudo de caso, pesquisa exploratória, com abordagem e tratamento qualitativo. Os dados serão coletados através de entrevistas abertas com funcionários de uma empresa do setor alimentício. Espera-se que este estudo contribua com a área acadêmica, possibilitando uma análise de um estudo de caso, evidenciando dados práticos comparados com a literatura da área de negócios, também, proporcionar diretamente para a empresa o posicionamento ativo da controladoria em suas atividades.

Palavras-chave: *Controladoria, Logística, Custos logísticos*

A INFLUÊNCIA DA MARCA PATROCINADORA EM RELAÇÃO AO COMPORTAMENTO DE COMPRA DOS SÓCIOS TORCEDORES DE UM CLUBE DE FUTEBOL

GABRIEL RODRIGO BORGES, gabriel-borgess@outlook.com

STEPHANIE DUARTE ESTÉBAN, ste_duarte@hotmail.com

Libertas – Faculdades Integradas

RESUMO

Com o crescimento dos eventos esportivos, o futebol vem se destacando, pois proporciona uma grande visibilidade pelo país. Decorrente disto, o marketing esportivo tornou-se carro-chefe preferido das grandes corporações para criar estratégias de divulgação da sua marca. Para iniciar o estudo foi proposto como objetivo geral compreender de que forma uma marca patrocinadora pode influenciar no comportamento de compra dos sócios torcedores de um determinado clube de futebol. Dessa maneira, os objetivos específicos são: entender o conceito de Marketing Esportivo relacionado aos clubes de futebol, analisar o comportamento de compra dos sócios torcedores de um clube de futebol com a sua marca patrocinadora e, então determinar a influência da marca patrocinadora no comportamento de compra de sócios torcedores. A pesquisa será descritiva e exploratória, tendo cunho quantitativo. A metodologia a ser utilizada é o levantamento (survey), com aplicação de questionário, e como método de coleta de dados será percentil e correlação de posto. A partir dos resultados, será possível entender se a influência da marca patrocinadora de um clube interfere no comportamento dos seus sócios torcedores.

Palavras-chave: *Marketing esportivo, Patrocínio Esportivo, Comportamento de Compra*

GESTÃO DE CUSTOS E FISCAL EM UMA EMPRESA DE PRODUTOS IMPORTADOS.

JOÃO PEDRO RIBAS DE FARIA, jprfssp@hotmail.com

STEPHANIE DUARTE ESTEBAN, stephanieesteban@libertas.edu.br

Libertas – Faculdades Integradas

RESUMO

A gestão de empresas brasileiras focadas na revenda de produtos importados requer uma atenção especial no que diz respeito à carga tributária, advinda do protecionismo econômico, e das flutuações cambiais. Dito isso, é importante analisar de que forma empresas neste ramo de importação realizam a gestão contábil e fiscal, pois elas possuem particularidades típicas do setor em que atuam. Neste caso, o presente estudo tem a finalidade de compreender de que forma é realizada a gestão de custos e fiscal em uma empresa de produtos importados de São Sebastião do Paraíso - MG. Para tanto, os objetivos específicos serão: estudar a gestão fiscal em empresas importadoras; entender a gestão de custos em empresas importadoras; e, averiguar em uma empresa de produtos importados de que forma é realizada a gestão de custos e fiscal. Como procedimentos metodológicos, a pesquisa terá cunho qualitativo e exploratório, o método será o estudo de caso, e a coleta será feita por meio de entrevista semiestruturada com o gestor da empresa analisada e análise documental dos demonstrativos da mesma. Os dados serão analisados por meio de análise de conteúdo, e análise contábil e fiscal. Espera-se que seja possível compreender as distinções de empresas importadoras para um melhor controle gerencial.

Palavras-chave: *Gestão contábil e fiscal, Flutuações cambiais, Produtos importados*

REONSABILIDADE SOCIAL NA ÁREA DE GESTÃO ESTRATÉGICA DE PESSOAS

MARIA CLARA DEL BEL MONTANHINI, clarinhadelbel@hotmail.com

OLNEY BRUNO DA SILVEIRA JUNIOR, olney@observatorioconsultoria.com.br

Libertas – Faculdades Integradas

RESUMO

A responsabilidade social se tornou assunto relevante e diferencial para as organizações atuais. Conceitualmente entende-se que é a preocupação das empresas com o desenvolvimento sustentável, sociedade, ética, meio ambiente, com a inclusão social, o consumo consciente e a transparência. Mas, com o mercado envolto por aberturas e restrições econômicas, as organizações necessitam desenvolver estratégias competitivas, lucrativas, e que obtenham resultados significativos. A ciência da administração está relacionada em manter níveis operacionais de eficiência, garantia de eficácia e conquistar a efetividade. O objetivo geral desse estudo será identificar no contexto social das práticas de gestão estratégica de pessoas a aplicação do conceito de responsabilidade social. Dessa forma, os objetivos específicos serão: definir qual é o conceito de responsabilidade social que se enquadra nas práticas de gestão estratégica de pessoas, e então, levantar junto a essas práticas, evidências de responsabilidade social. A pesquisa será bibliográfica descritiva, com cunho qualitativo, e como método de coleta será utilizado um formulário de entrevista aplicado a gestores estratégicos de pessoas com o objetivo de projetar a análise do conteúdo. A partir dos resultados, será possível identificar o impacto na gestão empresarial quanto a inclusão da área responsabilidade social ligada as demandas dos stakeholders e estratégias direcionadas ao tema.

Palavras-chave: *Responsabilidade Social, Gestão, Estratégia*

ESTUDO DAS ONDAS DE CONSUMO DE CAFÉ: UMA VISÃO DOS PRODUTORES NO MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO- MG

LARISSA PASCHOALINO DOS REIS, larissapaschoalinotics@gmail.com

LAVINIA CARDOSO DA SILVEIRA, lavinia.loris_@hotmail.com

DARLAN EINSTEIN DO LIVRAMENTO, delivramento@yahoo.com.br

Libertas – Faculdades Integradas

RESUMO

Com as novas exigências dos consumidores, o consumo do café vem passando por mudanças. Podemos entender essas mudanças pelas ondas de consumo, ao qual são movimentos que tem uma grande influência no mercado e no consumo mundial de café, onde cada uma possui suas características, prioridades e filosofias, levando ao consumidor diferentes experiências. O objetivo geral desse estudo será compreender as ondas de consumo de café e suas influências em pequenos produtores no município de São Sebastião do Paraíso. Com isso, os objetivos específicos serão: estudar os conceitos das ondas de consumo de café, levantar dados dos produtores, classificando-os em qual onda se enquadram e analisar de que forma as ondas de consumo os influenciam. Para realizar a pesquisa será utilizada uma abordagem qualitativa, de caráter descritivo e exploratório, o método utilizado será estudo de caso, e a técnica utilizada para a coleta de dados será usada a entrevista com roteiro semi- estruturado com produtores no município de São Sebastião do Paraíso. Com esse estudo esperamos uma melhor compreensão das ondas de consumo e como elas podem influenciar tanto os consumidores como os produtores de café.

Palavras-chave: *Café, Ondas de consumo, Qualidade*

O BITCOIN COMO ATIVOS EMPRESARIAIS: UM ESTUDO ABORDANDO O CONHECIMENTO DE SEU USO NAS MAIORES EMPRESAS DE UM MUNICÍPIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

LORRANA CRISTINA DOS REIS, lorranaeis@outlook.com

BRENDA MARIANA DE MELO, brendamelosp@gmail.com

LUCAS MATEUS LIMA, lucaslima@libertas.edu.br

Libertas – Faculdades Integradas

RESUMO

Atualmente, cada vez mais pessoas estão investindo em uma nova forma de armazenamento de capital, as criptomoedas ou moedas virtuais. Assim como a tecnologia evoluiu, as moedas também se desenvolveram com o passar dos anos. Graças a esses avanços surgiram novas alternativas de uso e a moeda começa a se desmaterializar, o contato físico passa a ser cada vez mais escasso, passando a ser através de meios digitais. Dentre as criptomoedas destacam-se os Bitcoins, que trazem consigo grandes debates. Nesse sentido, o objetivo geral do estudo foi analisar os benefícios, oportunidades e limitações do uso desta criptomoeda nas operações das empresas. Portanto, os objetivos específicos foram: compreender o uso dessa criptomoeda, verificar quais são as vantagens e as desvantagens do uso dos Bitcoins, e apurar a prática de criptomoedas por empresas de grande porte de um município mineiro, estudadas através de questionários que foram aplicados. Para realizar o estudo, como procedimento metodológico foi utilizada a abordagem quantitativa, através da pesquisa descritiva, cuja coleta de dados foi feito por meio um levantamento, pela qual foi aplicado um questionário. A partir dos resultados, foi possível entender prática dos Bitcoins pelas empresas abordadas, demonstrando que há um nível considerável de desconhecimento, falta de informação sobre criptomoedas, sendo assim, o maior limitador de sua utilização.

Palavras-chave: *Criptomoeda, Moedas Virtuais, Bitcoin*

ANÁLISE DINÂMICA DO CAPITAL DE GIRO: UM ESTUDO APLICADO NAS EMPRESAS DE AGRONEGÓCIO LISTADAS NA B3

KARIME DIB, karime_dib@yahoo.com.br

DALILA DA SILVA VILAS BOAS, dalilavb@yahoo.com.br

JULIO HENRIQUE MACHADO, juliomachado@libertas.edu.br

Libertas – Faculdades Integradas

RESUMO

No Brasil o setor agrícola é de grande importância na economia, com forte influência no PIB, em 2017 esta participação foi de 21,6% representando 299,5 bilhões de reais segundo o IBGE. Considerando a relevância do tema o artigo tem como objetivo efetuar análise dinâmica do capital de giro nas empresas do setor agrícola. Para tanto faz-se necessário, levantar os dados das empresas listadas na Bovespa, aplicar os índices do modelo dinâmico e grau de endividamento, tabelar os resultados e discorrer sobre o conceito e qual a necessidade de capital de giro e endividamento das empresas. Realiza-se um estudo, baseado em pesquisa documental e descritiva, caracteriza-se como quantitativa. Compreende a análise das demonstrações contábeis no período de 2016 a 2018, de 6 empresas do setor agrícola. A partir das análises, espera-se averiguar se as empresas são capazes de gerar recursos necessário para financiar seu capital de giro, gerando folga financeira.

Palavras-chave: *Modelo Fleuriet, Modelo dinâmico, Capital*

ANÁLISE DE CORRELAÇÃO DO PREÇO DO CAFÉ COM VARIÁVEIS DA ALTA MOGIANA

EDUARDO CEZARINO SILVA BAHIA, eduardocezarinosp@gmail.com

ELY FERNANDO PRADO, elyfprado@gmail.com

Libertas – Faculdades Integradas

RESUMO

O café está dentre os principais geradores de renda na região da Alta Mogiana movimentando uma quantidade monetária significativa. Porém o produto do café sofre variações de preço, podendo impactar na lucratividade de forma abrupta na vida do produtor rural e outros agentes do mercado de café. Portanto é importante que sejam avaliadas as condições que podem influenciar nessa variação de preço. Este trabalho tem como objetivo o desenvolvimento de um software de análise em mineração de dados com intuito de conectar as variáveis sobre o clima, preço, produção do café e outros fatores na região Alta Mogiana. Esta análise visa melhorar a tomada de decisões de agentes relacionados ao café, avaliando a correlação entre os índices e apontando possíveis acontecimentos que promovem uma variação do preço do café ao longo do tempo.

Palavras-chave: *café, análise, mineração de dados*

A IMPORTÂNCIA DA ANÁLISE “DUE DILIGENCE AMBIENTAL” NAS AQUISIÇÕES OU FUSÕES DE EMPRESAS COM ATIVIDADES DE ALTO RISCO

GUILHERME HENRIQUE DE PÁDUA NEVES, guilhermeneves2020@hotmail.com

RENATO MARINZECK DA SILVA, marinzeck2006@hotmail.com

Libertas – Faculdades Integradas

RESUMO

A due diligence ambiental, ainda pouco difundida no universo jurídico empresarial brasileiro, objetiva a mitigação de eventuais passivos, sendo formada por equipe multidisciplinar integrada por diversos especialistas, tais como advogados, engenheiros, contadores, administradores, objetivando a formulação de parecer técnico da real situação do ente empresarial em seus diversos prismas jurídico, financeiro e notadamente ambiental. Neste sentido, a due diligence ambiental é realizada por fases tendentes à análise de aspectos como a disposição de resíduos perigosos, histórico de acidentes ambientais, licenciamento ambiental, multas e exigências formais, uso e efetividade de equipamentos de controle ambiental, armazenamento e rede de distribuição de produtos perigosos, laudo de qualidade das águas, emissão de efluentes industriais, destacamento e monitoramento de áreas de preservação permanente e reservas legais, passivos inscritos ou ocultos no tocante aos órgãos de preservação ambiental e Ministério Público. O presente trabalho destaca a importância da realização da “due diligence” como ideário preventivo, resguardando as partes a ocorrência de possível litígio pós ou anteriormente a aquisição ou fusão de empresas, em questões ambientais, cuja responsabilização impacta diretamente na atividade produtiva, afigurada a potencialidade e extensão dos danos perpetrados pelas aludidas atividades, sendo fundamental ao adquirente do ente empresarial, uma visão ampla e irrestrita de eventuais danos e responsabilizações, bem como, a determinação dos mesmos para eventual oferta de valor real, bem como, os custos envolvendo referida transação de ordem empresarial. Em fim, a pesquisa ressalta a extrema importância do estudo referente a real aplicação e implementação no tocante à due diligence ambiental oriunda de eventuais aquisições ou fusões de empresas com atividades de alto risco.

Palavras-chave: *due diligence ambiental, atividades de alto risco, aquisições ou fusões de empresas*

ANÁLISES DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE FORMA CONSOLIDADA: UMA FERRAMENTA PARA TOMADA DE DECISÃO

FABIO FERREIRA DE SOUZA, impactonlife@outlook.com

VILMA VIEIRA MIÃO OLIVEIRA, vilmamiao@hotmail.com

Libertas – Faculdades Integradas

RESUMO

O presente estudo objetiva levantar a importância da apuração e análise de indicadores contábeis e financeiros de forma consolidada, afim de identificar problemas, oportunidades e pontos de melhoria e embasar tomadas de decisões. No entanto, a maioria das empresas não possuem um sistema de gerenciamento, controle e análise de balanço estruturado e consolidado, falta de acompanhamento da evolução patrimonial, desconhecendo indicadores que podem ser extremamente importantes para mitigar riscos e contribuir para a continuidade das atividades empresárias. Visando esclarecer e analisar as reais influências dos indicadores contábeis e financeiros para tomada de decisões, o objetivo deste trabalho propõe a exposição, finalidade, elaboração de um sistema de análise dos indicadores e aplicar na empresa Vale S.A nos últimos cinco anos, como validação deste processo, afim de identificar o timing correto de tomada de decisões, conhecer a evolução e desenvolvimento da empresa, reconhecer pontos críticos e de melhoria bem como o entendimento real da situação econômica financeira da mesma. A pesquisa será descritiva, bibliográfica e documental, de cunho qualitativa e aplicada. Com o resultado, a presente pesquisa contribui para o entendimento da importância da análise de indicadores contábeis de forma consolidada, como uma ferramenta para embasar decisões de investimentos, concessão de crédito, negociações, etc.

Palavras-chave: *Evolução Patrimonial, Indicadores Contábeis, Ferramentas de Gestão*

ANÁLISE ESTRATÉGICA COMPARATIVA ENTRE DOIS EMPREENDIMENTO RURAIS DO SETOR DE PECUPÁRIA LEITEIRA

RODRIGO CAETANO PRATA, rodrigocatetanoprata@gmail.com

LUIZ ALBERTO BUENO, betobueno@gmail.com

DARLAN EINSTEIN DO LIVRAMENTO, darlanlivramento@libertas.edu.br

Libertas – Faculdades Integradas

RESUMO

Os produtores da pecuária leiteira, nestes últimos tempos, têm buscado novas alternativas para obter melhorias e qualidade em seu processo produtivo. Assim, seu planejamento também funciona semelhantemente aos das empresas do meio urbano. As diferenças se encontram nas peculiaridades do setor, o que o torna de previsibilidade mais difícil. Uma das alternativas para obter melhorias na pecuária leiteira é fazer uma análise estratégica de seu negócio, que permita ao produtor ter conhecimento de suas oportunidades e ameaças presentes no ambiente externo, junto as suas forças e fraquezas encontradas no ambiente interno das propriedades. O objetivo geral deste estudo foi realizar uma análise estratégica, em duas fazendas produtoras de leite em São Sebastião do Paraíso- MG, considerando que esta análise vem com o intuito de fazer comparações entre as fazendas. Os objetivos específicos foram: entender o ambiente interno das fazendas, identificando forças e fraquezas; compreender no ambiente externo, identificando oportunidades e ameaças; comparar forças, fraquezas, oportunidades e ameaças entre as duas fazendas. A metodologia utilizada foi exploratória, de caráter qualitativo, sendo um método de estudo de caso comparativo, de forma que a coleta de dados ocorreu por meio de entrevista com roteiro semi-estruturado, com os administradores das propriedades, fazendas que apresentam níveis iguais de produção. Na análise dos dados foi utilizada a técnica de análise de conteúdo. O estudo revela que as propriedades não estão em níveis satisfatórios, se tratando de estratégia e estrutura organizacional. Mas a pesquisa aponta que a propriedade 1 apresenta maior índice estratégico em suas atividades e também demonstra melhor estruturação em nível organizacional. Já a propriedade 2, se encontra com índices inferiores tanto em níveis estratégicos quanto em estruturas organizacionais.

Palavras-chave: *Pecuária de leite, Análise SWOT, Administração rural*

A RELEVÂNCIA DA CONTABILIDADE PARA DESENVOLVIMENTO DO CUSTO E AUMENTO DA PRODUÇÃO LEITEIRA EM UMA PROPRIEDADE RURAL NO SUDOESTE DE MINAS GERAIS

ADRIANA LUIZA DA SILVA, adrianaluzajacui@hotmail.com

BRUNA DA SILVA CASTRO, brunasscastro@hotmail.com

MARCO AURÉLIO PIERI ZEFERINO, marcoadv8@hotmail.com

Libertas – Faculdades Integradas

RESUMO

O presente estudo destinou-se a análise dos custos, fixos e variáveis e do acompanhamento da produção leiteira e do preço do leite em um pequeno retiro localizado no sudoeste de Minas Gerais. Em virtude de perdas atreladas à ausência de planejamento adequado é imprescindível a discussão e demonstração da importância do saneamento e da sanidade animal aliada à adoção da contabilidade voltada ao controle do custo frente ao desenvolvimento da atividade leiteira. Para isto, levantou-se como objetivo geral o desenvolvimento da contabilidade com o produtor de forma a mostrar a importância do controle dos custos para o gerenciamento de seu negócio, permeando os objetivos específicos pela aplicação da contabilidade de modo que o produtor atentou-se à sua necessidade para controle financeiro de custos; à identificação de uma visão ampla e futura na continuidade da atividade leiteira, objetivando o aumento da produtividade sem grandes percalços. Este estudo caracteriza-se como estudo de caso via pesquisa exploratória, com natureza dos dados qualitativa, sendo realizada uma análise documental e entrevista. Os dados foram coletados através de planilhas e documentos com o controle dos custos e da produção mensalmente, no período de junho de 2018 até junho de 2019, juntamente com uma entrevista realizada com o funcionário do local. Através disso foi possível identificar que precisaria de um controle com seus custos e a produção. Conclui-se que com a melhora do saneamento e cuidados com a sanidade animal, o preço da produção aumentou de R\$0,44 centavos para R\$ 1,99, sendo que para tanto, justifica-se que a produção tem se mantido nos últimos meses, porém a qualidade está muito melhor e os seus custos fixos e variáveis têm se mantido durante o período.

Palavras-chave: *Contabilidade de custos, Custo Fixo, Custos variáveis*

COMPORTAMENTO DOS INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIRO DO BANCO COOPERATIVISTA EM RELAÇÃO AOS BANCOS PRIVADOS

RENAN DA SILVA, renansilvajacui@hotmail.com

VILMA VIEIRA MIÃO OLIVEIRA, vilmaoliveira@libertas.edu.br

Libertas – Faculdades Integradas

RESUMO

O presente estudo teve como objetivo geral analisar se os indicadores de liquidez, rentabilidade e endividamento do sistema cooperativo acompanham as grandes instituições financeiras privadas. Hoje as cooperativas estão presentes em todos os países e setores da economia, isto demonstra que é praticável em qualquer regime político, econômico e em qualquer cultura. Os objetivos específicos foram: Revisar literatura pertinente ao sistema cooperativista; pesquisar sobre os indicadores financeiros de liquidez e endividamento e rentabilidade; conhecer os indicadores dos bancos privados e comparar com os indicadores do banco cooperativista. A metodologia aplicada foi de cunho qualitativo, descritivo, por meio de estudo documental e bibliográfico. A Coleta de dados foi feita a partir de relatórios contábeis disponíveis nos sítios de cada instituição financeira (BANCOOB, BRADESCO, ITAU e SANTANDER) dos anos de 2014 a 2018. A partir desses dados foram levantados os indicadores propostos com os seguintes resultados: os indicadores de liquidez, endividamento e rentabilidade do sistema cooperativo apresenta situação inferior em relação às instituições privadas, porém apresenta um crescimento ano a ano bem superior aos mesmos.

Palavras-chave: *Indicadores, Sistema Cooperativo, Bancos Privados*

A CONTABILIDADE NA GESTÃO DAS FINAÇAS PESSOAIS: UM ESTUDO DOS ALUNOS DO E SÉTIMO PERÍODO DOS CURSOS DE ADMINISTRAÇÃO E CIENCIAS CONTABEIS DA LIBERTAS FACULDADES INTREGADAS

MICHELE CARVALHO, michely_ssp@hotmail.com

LUCAS MATEUS LIMA, lucaslima@libertas.edu.br

Libertas – Faculdades Integradas

RESUMO

A Contabilidade atua como um meio de gestão em qualquer ramo de atividade, tendo como estudo o controle do patrimônio, tanto para pessoas físicas como jurídicas. O presente estudo tem como objetivo analisar a aplicação dos conhecimentos contábeis na vida financeira dos acadêmicos dos cursos de Administração e Ciências Contábeis da Libertas - Faculdades Integradas. O trabalho consiste em uma pesquisa descritiva, com abordagem qualitativa, onde foi aplicado um questionário manual onde 56 alunos responderam. Dessa forma, espera-se que demonstrar como os alunos utilizam as ferramentas financeiras para controlar e registrar suas receitas e despesas e como utilizam os conhecimentos contábeis para analisar o orçamento pessoal. A escolha desse tema se justifica pelo crescente índice de endividamento dos jovens universitários e como eles compreendem a contabilidade como instrumento de suporte para a gestão do patrimônio pessoal.

Palavras-chave: *Orçamento, finanças, Ferramentas financeiras*

ESTUDO ATRAVÉS DE MODELOS MATEMÁTICOS E ESTATÍSTICOS NA VARIAÇÃO NO ESTOQUE DE PRODUTOS ACABADOS EM UMA AGROINDÚSTRIA: DECISÕES PROGRAMADAS E NÃO PROGRAMADAS.

JOSÉ LUIZ BONACINI, zeluz1424@gmail.com

GABRIEL ANDRÉ LEÃO, gabriel99_ssp@hotmail.com

DARLAN EINSTEIN DO LIVRAMENTO, delivramento@yahoo.com.br

Libertas – Faculdades Integradas

RESUMO

Com o crescimento do mercado e o aumento da concorrência o monitoramento e o planejamento de estoques da empresa são de grande importância para sua sobrevivência, e entender como é seu funcionamento e sua eficiência é imprescindível no processo de tomada de decisões com objetivo de maior eficiência produtiva e sempre atender seus clientes. Sendo assim o objetivo geral é estudar por meio de modelos matemáticos e estatísticos a variação no estoque de produtos acabados em uma agroindústria e sua influência em decisões programadas e não programadas. Como objetivos específicos: levantar os dados da variação do estoque de produtos acabados e verificar a influência destes dados por meio de métodos matemáticos e estatísticos nas tomadas de decisões. Para realizar esta pesquisa será utilizada uma abordagem quantitativa, de caráter descritivo, o método de pesquisa utilizado será um estudo de caso, e a técnica utilizada para a coleta de dados será o levantamento. Com base nesse estudo espera-se compreender como o estoque de produtos acabados pode influenciar em decisões na agroindústria.

Palavras-chave: *Estoque, Estoque de Produtos Acabados, Tomada de Decisões*

A IMPORTÂNCIA DO PROFISSIONAL DA CONTABILIDADE NO DESEMPENHO E TOMADA DE DECISÕES DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS NA CIDADE DE SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO

JANAINA DE OLIVEIRA FERREIRA, janainaoliferreira@gmail.com

VILMA VIEIRA MIÃO OLIVEIRA, vilmamiao@hotmail.com

Libertas – Faculdades Integradas

RESUMO

As mudanças crescentes no ambiente comercial têm levado as empresas a utilizarem do desenvolvimento de informações, que são aplicadas como ferramentas de apoio aos processos de controle e tomada de decisões. No cenário contábil brasileiro as Pequenas e Médias Empresas também foram alcançadas pelas normas internacionais de contabilidade trazendo qualidade nas informações aos seus usuários. Diante destas turbulências e oscilações fiscais levantou-se a seguinte pergunta de pesquisa: O Contador participa nas tomadas de decisões das Pequenas e Micro Empresas no município de São Sebastião do Paraíso? Tendo como objetivo geral: identificar se o contador participa nas tomadas de decisões das Micro e Pequenas Empresas na cidade de São Sebastião do Paraíso, e os objetivos específicos: Levantar como a participação do profissional contábil pode refletir nos resultados financeiros e fiscais das Micro e Pequenas Empresas e comparar a desenvoltura das empresas pesquisadas em que o contador é atuante em relação às empresas que o mesmo não participa efetivamente nas decisões. A metodologia será uma pesquisa descritiva, de campo e qualitativa com aplicação de um questionário. O resultado esperado é que o contador como profissional faça diferença com as suas assessorias para as Micro e Pequenas Empresas.

Palavras-chave: *Micro Empresa, Pequenas Empresas, Contabilidade*

STORMEE – APLICATIVO PARA GESTÃO DE SALA DE REUNIÕES.

TIAGO CARDOSO CAMILO DUTRA, tiagocardoso011@gmail.com

FRANCISCO LÚCIO RODRIGUES SILVA, francisco@agely.com.br

Libertas – Faculdades Integradas

RESUMO

As empresas, sejam elas de pequeno, médio ou grande porte, têm uma enorme dificuldade em mensurar os gastos em reuniões. Tanto na questão de organização de horários, informar os envolvidos, até na obtenção de resultados das mesmas, impactando no custeamento da empresa. Saber mensurar se determinadas reuniões estão trazendo resultados positivos é de extrema importância, visto que há um custo enorme que poderia ser evitado (folha de pagamento dos envolvidos e provisões, etc). Esta pesquisa destina-se a desenvolver uma ferramenta (um aplicativo mobile) para conseguir reunir os dados necessários para o gestor tomar decisões adequadas. Para poder avaliar se está investindo recursos em algo produtivo, ou em algo inviável. Para isso o aplicativo pegará os dados de folha de pagamento dos envolvidos, e os custos extras que forem informados, e calcular o valor gasto em cada reunião. Ao final de cada reunião todos os envolvidos classificaram a reunião em uma métrica de 0 a 5 estrelas, podendo classificar detalhadamente cada aspecto da reunião. O que irá gerar relatórios que possibilitaram ajudar o gestor a verificar o retorno sobre cada reunião. Espera-se como resultado do trabalho que o gestor ou dono da empresa tenha um painel de controle, onde poderá visualizar todos os custos ocultos de cada assembleia.

Palavras-chave: *Aplicativo gerencial, Aplicativo para reuniões, Relatorios de retorno em reuniões*

A CONTABILIDADE COMO FERRAMENTA DE LIBERAÇÃO DE CRÉDITO EM UMA COOPERATIVA DE CRÉDITO- UM ESTUDO DE CASO

ALESSANDRA SIRLENE DA SILVA, alesirlene@outlook.com.br

DIEGO APARECIDO DE PAULA MARQUES, diegoapmarques1@gmail.com

VILMA VIEIRA MIÃO OLIVEIRA, vilmamiao@hotmail.com

Libertas – Faculdades Integradas

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo geral identificar como a contabilidade pode auxiliar a análise de crédito nas tomadas de decisões para liberações de recursos aos associados em uma Cooperativa de Crédito. No cenário atual e diante de um ambiente extremamente competitivo, as Cooperativas de Créditos vêm se apresentando como melhor alternativa de acesso ao crédito. Portanto as cooperativas ficam vulneráveis aos riscos financeiros de uma instituição financeira clássica. Para atender o objetivo geral será necessário os objetivos específicos: verificar a influência de documentos de cadastro e sua relevância e demonstrar métodos de política de crédito. As metodologias utilizadas para a realização deste trabalho serão: estudo de caso, documental, descritiva e qualitativa. Tem-se como perspectivas alcançar como resultados que a contabilidade através do fornecimento de informações patrimoniais juntamente com as políticas de crédito e cobrança são de grande importância e relevância no momento das tomadas de decisões em relação às deliberações de crédito.

Palavras-chave: *Cooperativa de Crédito, Política de Crédito, Informações Patrimoniais*

APLICAÇÃO WEB PARA AUXÍLIO NA APRENDIZAGEM DE BANCO DE DADOS DE FORMA VISUAL

JULIA HELENA SILVA, juliahelena46@gmail.com

RENATA RODRIGUES DE OLIVEIRA, professoraxrenata@gmail.com

Libertas – Faculdades Integradas

RESUMO

Dentre tantas disciplinas estudadas por alunos da área da computação, banco de dados é uma delas. Compreender e aplicar os conceitos de banco de dados é uma das dificuldades que se nota nos alunos dos períodos iniciais. Dessa forma o presente trabalho, apresenta a proposta de uma ferramenta web que tem o objetivo de auxiliar os alunos do curso de Sistemas de Informação a entender os conteúdos ministrados na disciplina de Banco de dados I. Com isso, foi desenvolvido uma aplicação web com o objetivo de auxiliar os alunos a aprenderem os conceitos da disciplina de bancos de dados, utilizando recursos visuais, com intuito de apresentar aos estudantes um forma diferente de aprendizado. A aplicação web apresenta animações e figuras, que usa algumas referências do cotidiano dos alunos, como por exemplo o PAC MAN que aparece em um dos módulos para mostrar aos alunos os conceitos de cardinalidades. Todas as animações e figuras feitas na aplicação foram feitas com a utilização apenas de CSS. Durante o desenvolvimento foi utilizado a metodologia de pesquisa exploratória com a ideia de comprovar que uma ferramenta visual pode auxiliar professores e ajudar no melhor entendimento do conteúdo aos alunos. Também foi feito um estudo de caso com os alunos, no qual, foram convidados a participar de forma voluntária no projeto, os alunos que aceitaram esse convite assinaram um termo de livre consentimento, tendo ciência que não teriam nenhum benefício além do aprendizado. Além disso, usou-se a pesquisa descritiva tendo o intuito de colher as informações dos participantes. Para isso foram aplicados diversos questionários durante as fases do projeto. E para acompanhar o andamento da disciplina com o conteúdo apresentado aos alunos durante os encontros, usou-se o método de visibilidade e reconhecimento e também através das aplicações que por sua vez tem a intenção de primeiro mostrar como funciona e depois explicar do que se trata. No decorrer do desenvolvimento do projeto, foram feitos encontros com os alunos aos sábados, no qual, eles tinham acesso à aplicação web e após a utilização da ferramenta era respondido o questionário.

Palavras-chave: Banco de dados, Auxílio a aprendizagem, Alunos

AS AÇÕES DE COMUNICAÇÃO NO ENDOMARKETING EM UMA EMPRESA DE ATACADO E VAREJO EM SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO-MG

EDSON JUNIOR SILVA, edson.jrsilva99@gmail.com

MURILO RUBENS DE SÁ ALMEIDA SANTOS, murilo.rubens.sa@gmail.com

STEPHANIE DUARTE ESTÉBAN, stephanieesteban@libertas.edu.br

Libertas – Faculdades Integradas

RESUMO

Com a constante competitividade e concorrência no mercado de trabalho, é de extrema importância que uma organização mantenha os seus funcionários motivados e valorizados, evitando a rotatividade, além de atrair novos colaboradores. Com isso, o endomarketing tem como finalidade mobilizar o público interno, relacionando os objetivos da empresa com os empregados. E para que os objetivos estejam alinhados, é necessário que se tenha uma comunicação eficiente entre os colaboradores e o setor de marketing. Para realizar o estudo, foi proposto como objetivo geral compreender como são realizadas as ações de comunicação no endomarketing em uma empresa de atacado e varejo em São Sebastião do Paraíso-MG. Já os objetivos específicos: entender os conceitos e possíveis ações de comunicação; averiguar com os gestores quais seriam as ações de comunicação em termos de endomarketing; levantar com os colaboradores quais as ações de comunicação de endomarketing são efetivamente realizadas; analisar a eficácia da comunicação na empresa. A pesquisa será exploratória, de cunho qualitativo e quantitativo. O método será o estudo de caso com duas fases de coleta de dados: na primeira será realizada uma entrevista com os gestores e análise documental, e na segunda, questionário com os colaboradores. A análise de dados será por meio de análise de conteúdo, percentil e correlação de posto. Com os resultados esperados será possível verificar a eficácia da comunicação na empresa estudada.

Palavras-chave: *Endomarketing, Comunicação empresarial, Público interno*

A PROFISSÃO DO CONTADOR NA VISÃO DOS ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO DAS ESCOLAS PÚBLICAS DE SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO – MG

FERNANDA MARQUES SILVA, fermarques25@hotmail.com

JULIA DE CARVALHO ROGERI, jujurogeri@gmail.com

VILMA VIEIRA MIÃO OLIVEIRA, vilmamiao@hotmail.com

Libertas – Faculdades Integradas

RESUMO

Este estudo tem como objetivo geral analisar o interesse dos estudantes do ensino médio das escolas de rede pública de São Sebastião do Paraíso-MG, sobre a profissão contábil e sua importância no mercado de trabalho, pois a contabilidade tende a ser uma das áreas promissoras da atualidade por várias razões, dentre elas, a burocracia e a carga tributária do país que são complexas, exigindo um profissional mais preparado e com notoriedade nas empresas. Por estas nuances, despertou-se a curiosidade de identificar qual o interesse dos alunos de ensino médio em cursar Ciências Contábeis, e qual sua noção sobre as diversas áreas de atuação e função do contador. Sendo assim, os seguintes objetivos específicos foram levantados: identificar a visão dos estudantes sobre a rotina do contabilista, compreender sua real noção sobre as áreas de atuação e verificar se há o interesse dos alunos em cursar Ciências Contábeis. O estudo foi realizado através de uma pesquisa de cunho descritivo, bibliográfica, documental, de campo, levantamento e quantitativa. Para a coleta de dados aplicou-se um questionário fechado, com amostra de 404 alunos, e os dados foram analisados através da análise de gráficos. Os resultados apresentaram que há pouco interesse dos alunos em cursar Ciências Contábeis, e a maioria desconhece a área de atuação do contador.

Palavras-chave: *Profissão, Ciências Contábeis, Estudantes*

ANÁLISE DE RENTABILIDADE EM UMA EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS: UM ESTUDO DE CASO

LUIZ PAULO GIACCHERO, lpgiacchero@outlook.com

JULIO HENRIQUE MACHADO, cursojhm@bol.com.br

Libertas – Faculdades Integradas

RESUMO

Atualmente, uma empresa prestadora de serviços, assim como as demais, requer da organização melhor custo benefício e eficiência no momento de uma contratação. Isso exige raciocínio lógico e analítico dos administradores para analisar os dados gerados em seu dia a dia, os quais estabelecerão toda a trajetória a ser percorrida pela empresa e definirão quais as possíveis vantagens perante os concorrentes. Neste âmbito, o objetivo geral da pesquisa é a obtenção de todas as informações das taxas de retorno sobre investimentos, alavancagem financeira e outros relatórios de maneira que possam ser estudados, pois a análise de sua rentabilidade é, também, o principal relatório em que dirigentes de empresas se baseiam para tomada de decisões. Dessa forma, o presente estudo possui como objetivo específico consultar a literatura, levantar dados e colocá-los em condições de análise. A pesquisa será descritiva, com caráter quantitativo a partir de um estudo de caso. Sendo assim, espera-se como resultados que este trabalho defina como é formada a rentabilidade em uma empresa prestadora de serviços.

Palavras-chave: *Rentabilidade, Taxas de retorno, Alavancagem financeira*

ESTUDO DA IMPLANTAÇÃO DO LEAN MANUFACTURE EM UMA EMPRESA FABRICANTE DE JEANS

MÔNICA PEREIRA, monicaraap@hotmail.com

STEFÂNIA APARECIDA BELUTE QUEIROZ, stefaniaqueiroz@libertas.edu.br

Libertas – Faculdades Integradas

RESUMO

O Lean Manufacture ou produção enxuta tem como filosofia a produção enxuta, que busca eliminar os desperdícios de modo a desenvolver uma operação mais e eficiente buscando fabricar produtos com qualidade. Nesse contexto, surgiu o seguinte problema de pesquisa: Como o sistema de produção enxuta pode ser implantado em uma fábrica de jeans? Para responder o problema de pesquisa tem-se como objetivo geral: verificar como o sistema de produção enxuta pode ser implementado em uma fábrica de jeans. Para alcançar o objetivo geral, definiu-se os seguintes objetivos específicos: a) estudar as características do sistema de produção enxuta; b) verificar o tipo de processo de produção atual da fábrica; c) testar a implantação do sistema de produção enxuta na fábrica e d) levantar os benefícios gerados com a implantação do sistema de produção enxuta. Para desenvolver a pesquisa será utilizada uma abordagem qualitativa, o tipo de pesquisa será experimental e descritiva, o método utilizado será a pesquisa-ação. Esta pesquisa justifica-se devido sua importância em relação à identificação das perdas dentro processo produtivo, gerando informações para melhoria do processo e também diminuir o impacto ambiental em relação aos resíduos gerados, além da melhoria da qualidade do produto e retorno financeiro. Espera-se com os resultados do projeto a melhoria do processo produtivo da fábrica de Jeans.

Palavras-chave: *Lean Manufacture, Produção enxuta, Desperdício*

ANÁLISE DOS INDICADORES FINANCEIROS DA EMPRESA PETROBRAS - REFLEXOS OCACIONADOS PELA OPERAÇÃO LAVA JATO ENTRE OS ANOS DE 2012 A 2017.

THALES TERLONE DE OLIVEIRA, thalesterlone@gmail.com

DANIEL CARDOSO DA SILVEIRA, danieljapinha@outlook.com

VILMA VIEIRA MIÃO OLIVEIRA, vilmaoliveira@libertas.edu.br

Libertas – Faculdades Integradas

RESUMO

A Contabilidade é um importante instrumento de comunicação da empresa para com os investidores, credores e sociedade em geral. Para tanto, é necessário que as informações fornecidas pela Contabilidade representem de forma fidedigna a realidade da empresa. Em 2014, a Polícia Federal Brasileira, por meio de investigações, identificou na estatal de economia mista “Petrobras”, desvios de verbas destinadas à empresa, que deu início a chamada Operação Lava Jato. Devido à importância da Petrobras para o país, uma vez que é uma das maiores distribuidoras de combustíveis no mundo, surgiu o interesse de conhecer quais foram os Reflexos da Operação Lava Jato nos indicadores econômicos e financeiros da entidade. Para isto, levantou-se o seguinte objetivo geral: Analisar e comparar a situação da empresa Petrobras, antes e durante a Operação Lava Jato. Os objetivos específicos foram: Compreender a diferença nos Indicadores Financeiros conforme o avanço da operação e Analisar e comparar a variabilidade do Patrimônio Líquido da empresa. É um estudo caracterizado como descritivo e a pesquisa foi bibliográfica e documental, com natureza dos dados qualitativa. A coleta de dados foi realizada através das Demonstrações Financeiras publicada, no site da BM&FBOVESPA no período de 2012 a 2017. Foi possível identificar que existiu influência da Operação Lava Jato nos índices patrimoniais da entidade, bem como oscilações, principalmente no período em que concentrou a operação. Conclui-se que, a empresa sofreu uma diminuição de patrimônio e de capital, aumentou as obrigações, porém os indicadores financeiros mostram que a Petrobras vem se recuperando ao longo dos anos posteriores à operação.

Palavras-chave: *Indicadores Financeiros, Petrobras, Operação Lava Jato*

A IMPORTÂNCIA DO CONTADOR NA PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS PARTIDOS POLÍTICOS

BRUNA SILVA, bruna@hotmail.com

DANIELY SOUZA, danielyaaaline@gmail.com

STEFÂNIA APARECIDA BELUTE QUEIROZ, stefaniaqueiroz@libertas.edu.br

Libertas – Faculdades Integradas

RESUMO

A contabilidade dos partidos políticos, por se envolverem com dinheiro público, é essencial que sua movimentação seja feita de acordo com projetos e controle regulamentados em leis, e que a forma como são apresentadas essas movimentações ou demonstrativos contábeis também sejam feitas respeitando tais preceitos. Diante deste contexto, surgiu o seguinte problema de pesquisa: Qual a importância do contador na prestação de contas dos partidos políticos? Para responder ao problema de pesquisa, tem-se como objetivo geral estudar a importância do contador na prestação de contas dos partidos políticos. Esta pesquisa tem uma abordagem qualitativa e trata-se de uma pesquisa descritiva e bibliográfica mediante o levantamento dos artigos publicados sobre o tema. Este trabalho justifica-se devido sua importância, uma vez que a função de realizar a contabilidade dentro dos partidos políticos deve ser dada a uma pessoa qualificada e que esteja portanto registrado no CRC, com o intuito de realizar os lançamentos contábeis para se ter controle da aplicação de recursos de forma legal. Por meio dos resultados levantados percebeu-se que é importante a presença de um contador para prestação de contas dos partidos para ser averiguado qualquer irregularidade. O contador é o profissional capaz de demonstrar a transparência na prestação de contas dos partidos políticos, encontrando lançamentos que não estão de acordo com as leis ou caso o candidato esteja agindo de forma ilícita. Também percebeu-se que a prestação de contas dos partidos políticos se torna responsabilidade somente do contador e os laudos periciais são encaminhados pelos peritos contábeis. Portanto foi extinguido a obrigatoriedade da assinatura de um advogado, na apresentação do trabalho do contador. Ficou evidenciado que a atuação do contador é uma peça chave no contínuo fluxo desse processo. Foi verificado, então, que o profissional da contabilidade tem como atribuição proceder à escrituração contábil pautada nas normas estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e na legislação. Logo, este profissional deve ser detentor da matéria específica pertinente a legislação eleitoral.

Palavras-chave: *Contabilidade, Partidos políticos, Contador*

O COMPORTAMENTO DO CONSUMIDOR DIANTE DO SELF CHECKOUT, UM NOVO MODELO DE MERCADO SEM SUPERVISÃO

LETICIA ALMEIDA TORRES, contato.leticiaalmeida@outlook.com

SABRINA MONTEIRO DE SOUZA, contato.leticiaalmeida@outlook.com

STEFÂNIA APARECIDA BELUTE QUEIROZ, stefaniaqueiroz@libertas.edu.br

Libertas – Faculdades Integradas

RESUMO

A atual dinâmica de concorrência do mundo contemporâneo somada às diversas tecnologias trouxe muitos desafios para as organizações. Com a escassez de tempo, os sistemas de autoatendimento tem-se tornado comum em diversos modelos de organizações, como por exemplo, as redes de fastfoods, a fim de otimizar o tempo de atendimento e satisfazer a necessidade do consumidor. Diante do exposto surgiu o seguinte problema de pesquisa: Como é o comportamento do consumidor diante de um novo modelo de mercado? O objetivo geral desta pesquisa é analisar o comportamento do cliente diante de um novo modelo de mercado sem supervisão. Para alcançar o objetivo geral, foram definidos os objetivos específicos são: a) propor uma nova forma de compra; b) analisar a opinião dos consumidores sobre esta nova de comprar; c) observar o comportamento dos consumidores. A pesquisa será exploratória e explicativa de cunho qualitativo, o método será a observação não participante. A partir dos resultados espera-se entender o comportamento do consumidor diante dos sistemas de autoatendimento.

Palavras-chave: *Auto-atendimento, Comportamento do consumidor, elf checkout*

ESTUDO DOS ASPECTOS DA NOTA FISCAL DO CONSUMIDOR ELETRÔNICA

FELIPE DE LIMA PESSONI, felipepessoni26@gmail.com

STEFÂNIA APARECIDA BELUTE QUEIROZ, stefaniaqueiroz@libertas.edu.br

Libertas – Faculdades Integradas

RESUMO

A Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica, vem para oferecer uma alternativa mais tecnológica para os documentos fiscais (Emissão de Cupom Fiscal - ECF e Nota Fiscal modelo 2) para uma melhor gestão do setor público tributário (SEFAZ – MG, 2018). Esse projeto propõe ao consumidor uma melhor autenticidade do documento fiscal emitido pelos estabelecimentos. A NFC-e mantém um padrão técnico baseado na NF-e (NFC-e, 2018). Com base nesse contexto, surgiu seguinte problema de pesquisa: Como a nota Fiscal do Consumidor Eletrônica vai auxiliar na praticidade das práticas fiscais entre consumidor e contribuinte? Para responder essa questão, tem-se como objetivo geral verificar conceitos fiscais da NFC e seus benefícios na percepção dos contadores e dos comerciantes. A justificativa para dessa pesquisa está pautada na apresentação dos novos conceitos relacionados à NFC levantando informações relevantes tanto para o mercado como para a área acadêmica. O presente estudo possui uma abordagem qualitativa e quantitativa. Trata-se de uma pesquisa descritiva. Os dados foram coletados por meio de entrevista com os contadores e questionário para os consumidores no período de setembro de 2019. Percebeu-se, por meio dos resultados levantados que a praticidade e o uso da tecnologia durante a emissão da NFC-e auxilia no controle dos processos de compra do consumidor.

Palavras-chave: *Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica, Tecnologia, Processos de compra*

LOGÍSTICA REVERSA DE MEDICAMENTOS: UMA AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE DESCARTE EM FARMÁCIAS NA CIDADE DE ITAÚ DE MINAS - MG

ELIZABETH MARIA MALAGUTTI, betimalagutti@hotmail.com

LO-RUANA KAREN AMORIM FREIRE SANJULIÃO, loruanna@yahoo.com.br

Universidade do Estado de Minas Gerais

RESUMO

A indústria farmacêutica, existente desde o final do século XIX, é responsável por produzir medicamentos que serão utilizados pela população, logo, tem grande importância na sociedade. Diariamente, são produzidas toneladas de medicamentos com diversas funções para serem comercializados. A logística reversa contribui para a manutenção da sustentabilidade, fazendo com que os resíduos de produtos comercializados por determinada empresa voltem para a mesma, além de diminuir o impacto causado pelo descarte incorreto desses medicamentos quando vencidos e/ou inutilizáveis. O estudo está na fase de coleta de dados em farmácias do sudoeste de Minas Gerais, na cidade Itaú de Minas a partir de visitas aos estabelecimentos e aplicação de questionários direcionados aos proprietários, tem como objetivo analisar o descarte de medicamentos em farmácias. Posteriormente será analisados os dados por meio da realização de gráficos para estimativa de resultados e por fim elaboração de uma proposta de logística reversa, implementando melhorias para um descarte correto e sustentável.

Palavras-chave: *Logística, Logística Reversa, Fármacos*

UTILIZAÇÃO DE REDES NEURAS CONVOLUCIONAIS PARA CONSTRUÇÃO DE UM CLASSIFICADOR DE FOLHAS DE SOJA

EDUARDO ELIAS BARBOSA CINTRA, educin15@hotmail.com

ALYSSON ALEXANDER NAVES SILVA, alyssonsilva@libertas.edu.br

Libertas – Faculdades Integradas

RESUMO

O uso das técnicas de Deep Learning está cada vez mais frequente e tem redefinido o estado da arte em diversas áreas como: visão computacional, na segmentação e classificação de imagens, reconhecimento de fala, aplicações industriais, medicina, agricultura dentre outras. Na agricultura há aplicações como o monitoramento de culturas por imagens aéreas, sensores para captura de informações do solo, água e planta, classificação de grãos, sementes e folhas, são tarefas importantes para garantir principalmente a qualidade do produto e otimização na aplicação de insumos. Com base nisto, surge a importância de desenvolver um sistema capaz de classificar automaticamente folhas de soja sem um especialista humano, que possa definir o sintoma de determinada folha. Assim, este trabalho propõe o uso de Deep Learning com as redes neurais convolucionais para classificar automaticamente a saúde de folhas de soja. Os dados experimentais utilizados neste trabalho são de uma base de dados de um especialista na área agrícola e serviu como ponto de partida para o entendimento das técnicas de Deep Learning. A precisão do modelo foi de 90% mostrando sua capacidade de classificação na área agrícola sem a presença do especialista humano.

Palavras-chave: *Deep Learning, Classificação, Soja*

REFLEXOS DA UTILIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA DECLARAÇÃO DE DÉBITOS E CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS FEDERAIS WEB (DCTFWEB) NA VISÃO DOS CONTADORES

LETÍCIA BRAGHINI SILVA, leehbraghini@outlook.com

STEFÂNIA APARECIDA BELUTE QUEIROZ, stefaniaqueiroz@libertas.edu.br

Libertas – Faculdades Integradas

RESUMO

A Receita Federal do Brasil instruiu como obrigatoriedade a DCTFWeb através da Instrução Normativa RFB nº 1.787, de 2018, foi o meio pelo qual o governo buscou de modernizar a transmissão de informações referentes a débitos de contribuições previdenciárias e de contribuições destinadas a terceiros, que hoje é declarado através da Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social (GFIP). Para atender essa necessidade, foi necessário ser criado mais duas escriturações digitais nos quais são o Sistema Público De Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial) e a Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais (EFD-Reinf). A partir desse conteúdo, surgiu seguinte problema de pesquisa: Quais são os reflexos oriundos da utilização e funcionamento da obrigação fiscal DCTFWeb na percepção dos contadores? Para responder este problema de pesquisa tem-se o seguinte objetivo geral: analisar os reflexos da utilização e funcionamento da obrigação fiscal DCTFWeb na visão dos contadores. Para alcançar o objetivo geral definiu-se os seguintes objetivos específicos: verificar as vantagens e desvantagens para as empresas á obrigação, analisar a simplificação no pagamento da DARF emitida. Esta pesquisa utilizou-se como procedimentos metodológicos, a abordagem quantitativa, do tipo exploratória, usou método de levantamento, através da técnica de questionário. Como justificativa teórica, conforme Pereira (2018) a nova declaração que substituirá a GFIP e o SEFIP se dá em conjunto com escriturações digitais EFD-Reinf e eSocial, tem-se caráter declaratório, ou seja, constituem confissão de dívida. Estima-se que o instrumento seja hábil e suficiente para a exigência das contribuições não recolhidas. O formato da plataforma web pelo o qual o governo utilizou, facilita-se na hora de preencher a declaração excluindo a possibilidade de erros. O presente estudo justifica-se por se tratar de uma nova declaração onde foi instruída a menos de um ano pelo governo federal, onde os colaboradores da área contábil terão uma certa dificuldade na sua transmissão e adaptação. Por isso busca -se entender os benefícios e a simplificação da mesma. Espera-se por meio dos resultados levantados identificar os reflexos da utilização e funcionamento da obrigação fiscal DCTFWeb na percepção dos contadores.

Palavras-chave: *DCTFWeb, EFD-Reinf, eSocial*

ESTUDO SOBRE A IMPORTÂNCIA DA ANÁLISE DO BALANÇO PARA A TOMADA DE DECISÃO DOS GESTORES

SAMUEL COIMBRA, samuelvilasboas00@gmail.com

STEFÂNIA APARECIDA BELUTE QUEIROZ, stefaniaqueiroz@libertas.edu.br

Libertas – Faculdades Integradas

RESUMO

A análise do Balanço Patrimonial permite aos gestores identificar as informações e características que os auxiliam na tomada de decisão. Com base no exposto surgiu o seguinte problema de pesquisa: Qual a importância da Análise do Balanço Patrimonial como ferramenta para tomada de decisão para os gestores? Tem-se por objetivo geral demonstrar as vantagens da utilização da análise do balanço e os pontos fundamentais providos dela. Mediante esta grande importância que provém da análise do Balanço Patrimonial, surgiu a necessidade da compreensão destas informações, permitindo aos tomadores de decisão e investidores uma maior certeza dos rumos que a empresa deve tomar. Senso assim, este artigo se justifica pelo fato de pretender demonstrar os pontos considerados chave para a compreensão de um balanço patrimonial, pois é por meio da análise e compreensão das informações geradas pela contabilidade que os gestores podem tomar decisões. Este trabalho tem uma abordagem quantitativa, tem-se uma pesquisa descritiva e o método para a coleta de dados foi o levantamento por meio do questionário. Espera-se com os resultados levantados apresentar a importância do Balanço Patrimonial na tomada de decisão dos gestores.

Palavras-chave: *Balanço Patrimonial, Tomada de Decisão, Gestão empresarial*

VANTAGENS E DESVANTAGENS DO SPED

FERNANDO FRANCISCO BACH NETO, bachnetofermando@gmail.com

STEFÂNIA APARECIDA BELUTE QUEIROZ, stefaniaqueiroz@libertas.edu.br

Libertas – Faculdades Integradas

RESUMO

Este artigo traz informações referente as vantagens e desvantagens do SPED que é um sistema que foi criado com a intenção de facilitar a entrega das obrigações acessórias pelas empresas, modernizando e facilitando a fiscalização tributária. É constituído por três Nota Fiscal Eletrônica, Escrituração Fiscal Digital e Escrituração Contábil Digital. Cada grupo desses tem uma função que é que é a unificação das informações enviadas ao fisco. Com base no exposto, este artigo tem por objetivo analisar as vantagens e desvantagens do SPED. Para alcançar o objetivo geral, foram definidos os seguintes objetivos específicos: a) identificar quais são os principais objetivos da implantação do SPED; b) verificar as vantagens e as desvantagens do Sped e c) estudar a importância da Escrituração Contábil Digital - ECA para o SPED. A justificativa dessa pesquisa é apresentar as vantagens dessa nova ferramenta de trabalho aos contadores e estudantes de contabilidade. A pesquisa tem uma abordagem qualitativa, a pesquisa é descritiva e bibliográfica, pois foi realizado um levantamento de artigos que abordavam o tema e foi feita uma análise de conteúdo nos artigos levantados. Percebeu-se por meio dos resultados que as principais vantagens do Sped são: análise em tempo real dos dados enviados em tempo real o que permite diminuir a margem de erro em relação a sonegação de impostos; redução de custos como por exemplo, impressão de documentos e gerenciamento eletrônico. As principais desvantagens verificadas foram: insegurança das empresas ao enviarem as informações a RFB e um investimento maior em treinamento do pessoal para que pudessem lidar com o sistema.

Palavras-chave: *Escrituração Contábil Digital, SPED, ECA*

O PROCESSO DE RESSOCIALIZAÇÃO DO INDIVÍDUO PRIVADO DE LIBERDADE OU NO CUMPRIMENTO DE MEDIDAS ALTERNATIVAS

CARLA LUIZA DA SILVA, aspcarlasilva@gmail.com

ANA CAROLINA DE MORAIS COLOMBAROLI, c.colombaroli@gmail.com

Libertas – Faculdades Integradas

RESUMO

O trabalho partiu de uma análise da evolução histórica das penalidades e sua transformação ao longo dos tempos, quando instituíram a alma como novo objeto de punição. Finalmente, chegou-se ao século XXI, em um momento em que a pena deixa de ter caráter meramente punitivo para adquirir uma função ressocializadora, com vista à reinserção social. No entanto, esta reinserção social tão preconizada, na prática encontra sérias dificuldades para se concretizar. A Lei de Execução Penal (LEP), garante tanto os direitos dos presos, quanto estabelece os seus deveres. Nela estão contidas todas as penas aplicadas aos infratores, assim como as políticas sociais que os beneficiam. Diante desse cenário, o trabalho objetivou analisar as propostas de ressocialização dos condenados contidas na LEP, assim como dificuldades da reinserção deste indivíduo na sociedade. O Estado tem o dever de prover a ressocialização adequada aos presos e reintegração social aos egressos, e a sociedade, por sua vez, deverá atuar na conscientização de que a não aceitação dos egressos no mercado de trabalho, no convívio social e o preconceito social dessa classe, só acarretarão mais índices delitivos. Através desta conduta preconceituosa da sociedade, perdem-se os egressos, suas famílias, bem como, a própria sociedade em geral, pois vive-se diante de uma total insegurança. Pela análise da real situação dos cárceres brasileiros e da execução penal, ressalta-se que a reinserção social de presos e egressos do sistema prisional atual constitui uma falácia. Diante desse quadro, surge o método Associação de Proteção e Assistência ao Condenado (APAC) é revolucionário e eficiente no modo de execução da pena, pois cria condições para que o condenado possa se recuperar e ressocializar-se e assim se inserir na vida social novamente, com dignidade e prosperar-se, sem esquecer da lei de execução penal.

Palavras-chave: *Ressocialização, Penas, APAC*

O DIREITO SISTÊMICO SOB O VIÉS DA APLICAÇÃO DA PENA: UMA JUSTIÇA RESTAURATIVA DESENVOLVIDA PELAS TEORIAS DE BERT HELLINGER

ANA FLÁVIA DA SILVA SOUZA, annafsouza@outlook.com

MICHELE CIA, michele.cia@gmail.com

Libertas – Faculdades Integradas

RESUMO

O presente trabalho analisa os meios de promover uma política de pacificação social, através da inserção dos métodos sistêmicos dentro da estrutura jurídico-penal. Ao longo da desenvoltura deste trabalho, pretende-se analisar a aplicação das penas sob o prisma familiar, a conduta social, a personalidade do agente e as circunstâncias e conseqüências do crime, através dos elementos intrínsecos que visam prevenir novas práticas dentro deste mesmo arrazoado, a partir das teorias de Bert Hellinger. Dessa forma, visa apontar para a ideia de que, formular um conceito de culpabilidade não levando em consideração a situação individual do autor, fere um dos princípios basilares da Constituição Federal, que é o da dignidade humana. Assim, a proposta é sugerir a construção de um direito penal mínimo garantidor dos direitos fundamentais e pretende-se demonstrar que as teorias sistêmicas podem ser aplicadas sem mesmo ferir as normas legais, assim como já existem atos normativos os quais dispõem de sua utilização. É neste âmbito que se pretende superar a cultura do litígio processual, e para tanto, as constelações sistêmicas, propõe resultados positivos na consecução de acordos e na retomada do diálogo, além do autoconhecimento do agente praticador do delito, buscando analisar a existência de emaranhados sistêmicos que perpetua em determinadas condutas transgressoras. Para uma singela conclusão a respeito dos fins da pena nos dias atuais, o presente estudo busca questionar a aplicação do art. 59 do Código Penal, e estudar as razões que implicam na reincidência dos crimes e como os métodos de constelações sistêmicas podem contribuir para uma Justiça Restaurativa. Dado o exposto, busca-se associar tais questões à pesquisa bibliográfica, através de um trabalho analítico dedutivo, que terá como base também a pesquisa exploratória e qualitativa, com a finalidade de apresentar ao final um posicionamento quanto à eficácia da aplicação do Direito Sistêmico dentro das Varas Criminais. Pretende-se adentrar ao tema, por meio dos estudos através de materiais publicados em revistas jurídicas, artigos, dissertações e teses, além das Resoluções do Conselho Nacional de Justiça que tratam acerca do assunto.

Referências:

SCHMIDT, Cândice C; NIS, Cristiane Pan; PASSOS, Lizandra dos. Justiça Sistêmica: um novo olhar do judiciário sobre as dinâmicas familiares e a resolução de conflitos. São Paulo: Portal Periódicos, 2017.

SOUZA, Fernando Aparecido, ELIAS, Mateus Antônio Oliveira, CIA, Michele. A reincidência Penal e o Princípio da Culpabilidade. São Sebastião do Paraíso – MG: Revista Jurídica, Libertas Faculdades Integradas, 2013.

STORCH, Sami. Constelação Familiar e Judiciário: reflexões positivas. São Paulo: Jornal Carta Forense, 2018.

Palavras-chave: *Direito, Estado, Sociedade*

O FEMINICÍDIO NO BRASIL E A CULTURA DA VIOLÊNCIA: O DIREITO PENAL É UMA FORMA DE COMBATE À VIOLÊNCIA DE GÊNERO?

PATRÍCIA FERREIRA DE SOUZA, patriciaferreirasouza18@gmail.com

ANA CAROLINA DE MORAIS COLOMBAROLI, c.colombaroli@gmail.com

Libertas – Faculdades Integradas

RESUMO

O crime feminicídio foi incorporado na legislação penal brasileira com a Lei 13.104 de 9 de março de 2015, que alterou o artigo 121 do Código Penal, incluindo como circunstância qualificadora de crime hediondo o tipo penal referido. A hipotética discutida neste trabalho assevera acerca da cultura da violência contra a mulher, tão vivida hodiernamente. A partir dessa premissa questiona-se se o direito penal seria um instrumento capaz de amparar e solucionar todo o problema. O direito penal tem a função de combater eficazmente a recorrente incidência da violência, mas por vezes isso não ocorre. Diante de tamanha incidência da violência, mesmo com o advento da lei supramencionada o tema merece uma abordagem mais profunda e pormenorizada, o que se fará neste trabalho. Assim, conforme o Código Penal, feminicídio é “o assassinato de uma mulher cometido por razões da condição de sexo feminino”, ou seja, quando o crime envolve: “violência doméstica e familiar e/ou menosprezo ou discriminação à condição de mulher”. A punição tipificada para o homicídio qualificado é de reclusão de 12 a 30 anos. A problemática a ser discutida gira em torno da cultura da violência contra a mulher que se vive hodiernamente, sendo neste cenário o direito penal um instrumento a ser questionado. O direito penal tem o papel de combater eficazmente a recorrente incidência da violência, mas por vezes isso não ocorre. Brevemente se faz necessário entender o conceito do feminicídio, que está intimamente ligado ao conceito da violência de gênero. O feminicídio é a externalização máxima dos diversos tipos de violência que uma mulher sofre em uma sociedade marcada pela desigualdade de poder entre gêneros masculino e feminino, bem como pela construção histórica, econômica, cultural, política e social, discriminatórias. O conceito de feminicídio surgiu por volta dos anos 1970, quando houve grande incidência de movimentos que buscavam a igualdade de direito para as mulheres. Durante as 4 décadas que se passaram, o conceito foi ganhando força entre ativistas, pesquisadoras e organismos internacionais, entretanto somente recentemente ganhou força legal perante a legislação brasileira. Nesse cenário de dominação masculina a violência contra a mulher se mostra quase que comum, passando a ser vista por muitos homens como algo lícito. Muitos homens se julgam no direito de cometer qualquer tipo de agressão, por terem poder aquisitivo e manter a casa. Outros entendem que a mulher é somente um instrumento para fazer suas vontades, cuidar da casa e dos filhos. De fato, a história da humanidade quase sempre levou os homens a dominação as mulheres, e ainda hoje, mesmo com tantas mudanças esse costume/cultura é visto. Neste contexto de constante violação dos direitos das mulheres questionar a eficácia das legislação penal voltadas à proteção de mulheres, sendo esta neste trabalho a Lei 13.104 de 9 de março de 2015, que alterou o artigo 121 do Código Penal, é basilar para toda a sociedade, principalmente para quem atua no campo

do Direito. O Brasil é o 5º de 83 países que mais mata mulheres por feminicídio (WAISELFISZ, 2015, p. 28). Diante da violação constante do direito à vida, à dignidade, à liberdade das mulheres, é de fundamental importância a discussão do presente trabalho. É urgente uma análise, sobre a questão da violência de gênero, voltada para o direito penal como seu principal combatente.

Referências:

INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO. *Feminicídio: #InvisibilidadeMata*. 1ª edição. Fundação Rosa Luxemburg. São Paulo, 2017. Disponível em : < https://agenciapatriciagalvao.org.br/wp-content/uploads/2017/03/LivroFeminicidio_InvisibilidadeMata.pdf > Acesso em: 28/03/2019

WAISELFISZ, Julio Jacobo. *Mapa da Violência 2015 – Homicídio de mulheres no Brasil*. 1ª edição. Brasília – DF, 2015. Disponível em: http://agenciapatriciagalvao.org.br/wp-content/uploads/2015/11/MapaViolencia_2015_homicidiodemulheres.pdf. Acesso em: Acesso em 28/08/2018.

Palavras-chave: *feminicídio, violência, vulnerabilidade*

HOLOCAUSTO BRASILEIRO

JOSELI DOS REIS ANASTÁCIO, josy.pedagoga@hormail.com

TATIANE MORIGE PIMENTEL, tatianepity.morige@gmail.com

MICHELE CIA, michele.cia@gmail.com

LUIS ALBERTO TEIXEIRA, luisalbertoteixeira@yahoo.com

Libertas – Faculdades Integradas

RESUMO

A história do Hospital Colônia foi narrada através de reportagens produzidas pela jornalista Daniela Arbex, para o jornal Tribuna de Minas Gerais. Fundado em 1903, o Hospital Colônia de Barbacena passou a ser referência nacional em tratamento psiquiátrico. Os pacientes chegavam de todos os lados do Brasil, tinha como principal meio de transporte que uma locomotiva que os levava, no qual recebeu o nome de “Trem de doido”, por levar pessoas desajustadas até o local. Por se tratar não somente de doentes mentais, haviam também, prostitutas, homossexuais, opositores políticos, mendigos, moças grávidas antes do casamento, crianças indesejadas, entre outros. Estima-se que somente trinta por cento do total eram pessoas com transtorno mental, sendo os setenta por cento restante, somente escórias da sociedade. Neste ambiente, viviam de forma desumana, sem ter refeições dignas, saneamento básico, onde bebiam água de esgoto, juntamente com ratos mortos, suas camas eram feitas de amontoados de palha, onde as dividiam com animais, insetos e corpos já em estados de putrefação, eram torturados e espancados de forma violenta. O hospital de forma ilícita, vendia corpos para serem estudados nas universidades de medicina, e já em 1980, após 77 anos de sua abertura, contabilizou-se mais de 60.000 (sessenta mil) mortos. Foram ouvidos moradores da cidade, ex colaboradores e pacientes, todos alegando de forma convicta que o Brasil realmente passou por um grande holocausto, pois o Colônia foi um local de grandes dores e tamanhas tristezas. A falta de humanidade com que eram tratados era vista por todos, fixando ainda mais a certeza que passamos por um período muito sombrio em relação à psiquiatria no Brasil. Após seu fechamento, alguns de seus pacientes passaram a receber auxílio do Estado, para enfim buscarem por melhores condições de vida e quem sabe assim amenizar um pouco da tristeza e tortura das quais passaram dentro desse ambiente hostil, podendo construir uma nova realidade, digna e feliz de ser vivida.

Palavras-chave: *Hospital, doente mental, Brasil*

A RESPONSABILIDADE DO EMPRESÁRIO INDIVIDUAL

JÉSSICA CRISTINA NOGIMO BORGES, jessicanogimoborges@gmail.com

LUANA MARIA SILVA, luanamaria2017@bol.com.br

MARCO AURÉLIO PIERI ZEFERINO, marcoadv08@hotmail.com

LUIZ FERNANDO PIMENTA GIL, luizgil@libertas.edu.br

Libertas – Faculdades Integradas

RESUMO

O empresário individual, anteriormente chamado de firma individual, é aquele que exerce em nome próprio uma atividade empresarial. É a pessoa física (natural) titular da empresa. O patrimônio da pessoa natural e o do empresário individual são os mesmos, logo o titular responderá de forma ilimitada pelas dívidas, este possui a responsabilidade de seu estabelecimento comercial, pelo seus atos decorrendo manifestar a possibilidade de seus próprios bens pessoais assumir nos processos administrativos e judiciais. Existindo o caso de redirecionamento dos processos, não será necessário já que seus patrimônios se confundem. Contudo, quando o empresário individual for de responsabilidade limitada-EIRELI, o atingimento de seus bens estará condicionado a observância das regras de desconsideração da pessoa jurídica. Desse modo, é mais vantajoso ao empreendedor que for se aventurar em uma atividade econômica de forma individual, que siga pela forma de EIRELI, pois essa modalidade permite ao empresário individual evitar o risco para o seu patrimônio pessoal, já que, nesse tipo de empresa, como nas sociedades limitadas, os recursos da empresa e do titular são separados e desde que consiga cumprir as regras previstas para essa nova modalidade de pessoa jurídica prevista no Código Civil. Contudo, para aqueles empresários individuais que não se adequaram a Lei n. 12.441, de 11 de julho de 2011, prevalece ainda pela confusão patrimonial. Para fins, tanto nos casos de processos administrativos como de processos judiciais, na hipótese de uma futura responsabilização, fazendo com que viabiliza-se o prosseguimento da execução do empresário individual a partir do número de seu CPF, atingindo diretamente seu patrimônio pessoal. Nessas situações, no curso de processos administrativos, verificando se tratar de empresário individual, pode-se notificar o empresário em seu próprio CPF para se manifestar nos autos, caso haja extinção da firma individual. Sento possível em execução fiscal ou mesmo na execução pelo rito do Código de Processo Civil, requerer sejam penhorados os bens pessoais do empresário, para garantirem o processo executivo. Não se atender a desconsideração da personalidade jurídica, conforme art. 50 do Código Civil ou art. 592, II, do Código de Processo Civil, porquanto na desconsideração se pressupõe a existência da pessoa jurídica, que “é um instrumento técnico-jurídico desenvolvido para facilitar a organização da atividade econômica”, o que, como visto acima, não é o caso, já que o empresário individual permanece sendo pessoa física. De tal maneira, não será o caso de redirecionamento da execução, porquanto o redirecionamento, também pressupõe a existência de pessoa jurídica.

Palavras-chave: *Empresário, Individual, Juridico*

DECISÃO DE SANEAMENTO E ORGANIZAÇÃO DO PROCESSO: ASPECTOS PRÁTICOS REFERENTES À ECONOMICIDADE E CELERIDADE PROCESSUAL

CAIO PHILIPPE BUENO PERES, caiobueno2010@gmail.com

MARCO CESAR DE CARVALHO, marcocesar_cdo@hotmail.com

Libertas – Faculdades Integradas

RESUMO

O presente trabalho visa demonstrar a teoria aplicada no aspecto prático da decisão de saneamento no processo civil, especialmente no que tange às consequências advindas de sua utilização/não utilização. Mister faz-se destacar que, apesar de tal ato processual ser previsto no direito brasileiro há considerável tempo (despacho saneador), o Código de Processo Civil – CPC de 2015 engenhou o mecanismo ao demonstrar no texto legal as hipóteses específicas de julgamento antecipado parcial do processo, não somente em relação à preliminares mas também ao mérito. Não obstante a dedicação do legislador em tentar promover o instituto, dirimindo-se controvérsias e solucionando as causas que lhe fossem afetas com eficiência, o que temos no âmbito prático destoa da vontade aqui explanada. As preliminares continuam, em grande parcela, a serem apreciadas somente por ocasião da análise de mérito. É passível de reflexão, até mesmo em termos de logística nos Tribunais, a adoção de triagens com maior afinco, buscando solucionar o imbróglio em menor prazo. A volumosa gama de processos ajuizados nos últimos anos e a crescente complexidade para regular as relações humanas, são motivos para a seleção do tema. Não há alternativa senão a busca de soluções para “aliviar”, “desafogar” o Judiciário. Como o próprio legislador vem incentivando de maneira perspicaz a busca pela autocomposição, devemos enquadrar o trâmite legal na mesma ideia estatal, fazendo cumprir o previsto em dispositivos.

Palavras-chave: *Saneamento, Organização, Celeridade*

FILIAÇÃO SOCIOAFETIVA E O DIREITO SUCESSÓRIO

JÉSSICA MACHADO DE OLIVEIRA, jessicamachadosp@gmail.com

LUIZ FERNANDO PIMENTA GIL, fernandopgil@uol.com.br

Libertas – Faculdades Integradas

RESUMO

O direito é uma ferramenta mutável, que se molda conforme as condições e evolução da sociedade. Nesse sentido o Direito Civil, principalmente com relação ao direito de família, evoluiu muito. As relações familiares mudaram com o tempo, o conceito de família é bem mais amplo e flexível atualmente, e o direito teve de acompanhar essas mudanças. As famílias atualmente possuem uma diversidade de componentes que não se via antigamente. Muitas famílias possuem filhos biológicos, adotados e também filhos afetivos. Quando se fala em família o que de fato importa é o princípio da afetividade, que inclusive está previsto na Constituição Federal de 1988. Em que pese a evolução dessas mudanças na família tradicional, ainda há muitos nichos que se discutir com relação a aplicação do direito na prática. Este trabalho tem por objetivo estudar a questão dos direitos sucessórios dos filhos socioafetivos, já que não existe ainda no âmbito do direito entendimento consolidado.

Palavras-chave: *Direito sucessório, filiação, socioafetivo*

A RESPONSABILIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS EM RAZÃO DAS FILAS SOB A ÓTICA DA TEORIA DO DESVIO PRODUTIVO

ERLON CEZAR BRAGHINI, ebraghini@hotmail.com

MARCO AURÉLIO PIERI ZEFERINO, marcoadv8@hotmail.com

Libertas – Faculdades Integradas

RESUMO

As instituições financeiras estão submetidas ao Código de Defesa do Consumidor desde a introdução no ordenamento Jurídico brasileiro, da lei 8.078/90. A Constituição Federal de 1988, já em seu Art. 1º, inciso III, salienta como fundamento de sua forma “a dignidade da pessoa humana”. Ao passo, que, em seu Art. 170 cuida dos princípios gerais da atividade econômica, se destacando o inciso V “a defesa do consumidor” e inciso VI “defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação”. Verifica-se que existiu uma preocupação do legislador em se proteger tanto o cidadão quanto a atividade econômica, visando um equilíbrio social. A fila bancária objeto de preocupação tanto das instituições financeiras quanto de seus próprios clientes. Uma vez que são esses os mais atingidos e prejudicados pela demora, muitas vezes injustificada, em seu atendimento ocasionados por uma prestação de serviços inadequada pelos fornecedores. A teoria do desvio produtivo surgiu como algo novo, a lançar um diferente olhar sobre a problemática existente. Busca-se ao invés de ficar no lugar comum do mero aborrecimento, tentar equacionar o prejuízo do tempo perdido com a alteração da vida do cidadão. Se o dano moral liga-se diretamente ao sentir da pessoa, o dano existencial acaba surgindo em momento posterior, trazendo muitas vezes consequências não previsíveis de imediato. Dessa forma, não se pode concordar que as instituições bancárias, como prestadoras de serviços, sujeitas ao Código de Defesa do Consumidor, em virtude de serviço falho ou insuficiente, devam sair ilesas dessa situação. A apreciação do judiciário, tendo em vista o desvio produtivo do consumidor, tende a arrefecer a situação de fragilidade e novamente estabelecer o equilíbrio entre as partes na relação econômica.

Referências

DESSAUNE, Marcos. Teoria aprofundada do desvio produtivo do consumidor: o prejuízo do tempo desperdiçado e da vida alterada. – 2. ed. rev., e ampl. – Vitória: Edição Especial do Autor, 2018.

FILOMENO, José Geraldo Brito. Direitos do consumidor. – 15. ed. rev., atual. e ref. – São Paulo: Atlas, 2018

SCHONBLUM, Paulo Maximilian W. Mendlowicz. Contratos Bancários. . 4. ed. rev., atual. e ampl. - Rio de Janeiro: Forense, 2015.

Palavras-chave: *Filas, Bancos, Consumidor*

ASPECTOS JURÍDICOS DO USO DE DRONES FRENTE AO ESPAÇO AÉREO BRASILEIRO

NATAN COSTA, natanlopes@live.com

MARCO AURÉLIO PIERI ZEFERINO, marcoadv8@hotmail.com

Libertas – Faculdades Integradas

RESUMO

Atualmente, o Brasil perpassa pela expansão significativa no crescimento de usuários de drones e seus modelos diversificados, sendo que aludidas aeronaves não tripuladas, as quais conduzidas por meio remoto, vem sendo utilizadas para os mais variados fins tais como a fiscalização de propriedades privadas, a demarcação de glebas, fiscalização ambiental, monitoramento de estradas e rodovias, filmagens aéreas em festas, eventos e no patrulhamento fronteiro pela polícia federal, dentre outras finalidades. Popularmente esse objeto é conhecido no meio civil pelo nome de drone, que no inglês quer dizer (ZANGÃO). Mas segundo o entendimento do comando da aeronáutica Brasileira, a nomenclatura correta para aeronave remotamente pilotada, é RPAS (Remotely Piloted Aircraft System). Essa determinação para a nomenclatura citada foi dada pela portaria do DECEA (Departamento de Controle do Espaço Aéreo), nº 282 de 02/02/2017, que aprovou e publicou o ICA 100-40 (Instrução de Controle da Aeronáutica), que determinou o uso da nomenclatura adota internacionalmente, RPAS (Remotely Piloted Aircraft System). Nesse sentido, nos deparamos com a necessidade de uma regulamentação a nível federal para determinar os aspectos jurídicos da utilização dos drones no espaço aéreo brasileiro em caráter principal e compulsório, relegando ao prisma secundário e complementar a utilização de disposições regulamentares da ANAC (Agência Nacional de Aviação Civil), DECEA (Departamento de Controle do Espaço Aéreo) e ANATEL (Agência Nacional de Telecomunicações), e outros órgãos que auxiliam nessa fiscalização, criando-se desta forma um microsistema de tutela inerente à problemática, instituindo instrumentos de persecução as sanções cabíveis aos seus infratores, sejam elas cíveis, administrativas ou penais.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 17/10/2019

DEPARTAMENTO DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO. Disponível em: <https://www.decea.gov.br/> Acesso em: 15/10/2019

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL. Disponível em: <https://www.anac.gov.br/> Acesso em: 10/10/2019

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES. Disponível em: <https://www.anatel.gov.br/institucional/> Acesso em: 10/10/2019

Palavras-chave: *regulamentação federal, drone, espaço aéreo*

O ENSINO DOMICILIAR NO BRASIL

JULIO CESAR DANIEL BARBOSA, juliocesardanielbarbosa@gmail.com

MARIA DO CARMO LOPES TOFFANETTO ROSSITTO BASSETTO,
m.toffanetto@gmail.com

Libertas – Faculdades Integradas

RESUMO

A chamada educação domiciliar consiste na assunção dos pais ou responsáveis pelo controle dos processos instrucionais das crianças e adolescentes. Sendo deslocado da instituição escolar para o ambiente domiciliar. (MOREIRA, 2017, p. 57). O presente artigo visa salientar a importância do ensino domiciliar e os motivos que levam as famílias a adotarem esta nova forma de ensino, perante a compulsoriedade do ensino escolar atualmente, e a falta de regulamentação no âmbito brasileiro. Reconhecida e regulamentada em mais de 60 países, tem sua origem nos Estados Unidos onde se tem o maior número de adeptos, cerca de 1,6 a 2,0 milhões de crianças estão sendo educadas em casa pelos pais. Segundo a Associação Nacional de Educação Domiciliar (ANED, 2019) cerca de 7.500 famílias brasileiras praticam a educação domiciliar, com um aumento de cerca de 55% ao ano. O ensino domiciliar é realidade no Brasil, mas, diferentemente dos outros países, não há lei que estabeleça as diretrizes básicas para o seu exercício. Desta forma, as famílias que optam por este tipo de aprendizagem são denunciadas e condenadas a matricular seus filhos na escola. A compulsoriedade da educação escolar vem restringindo o direito de liberdade de escolha das famílias, leis como a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente - e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, regulam ideias contrárias à aplicação do ensino domiciliar no Brasil. Em contra partida, tem-se que a Declaração Universal dos Direitos Humanos da qual o Brasil é signatário, em seu Art. 26 – 3, refere-se à prioridade de escolha dos pais no gênero de instrução ministrada a seus filhos, já a Convenção sobre os Direitos da Criança nada fala sobre a compulsoriedade da educação escolar. Na Constituição Federal, os artigos 205, 206, 208, 210, 214 e 229 dão plenos direitos à liberdade de ensino ao pluralismo de ideias e autonomia familiar. São diversos os motivos que levam estas famílias a buscarem uma alternativa à escola tradicional, sendo um desses motivos a má qualidade oferecida pelas escolas, não abrangendo o aluno como um indivíduo, mas sim pelo coletivo, visando à aplicação do planejamento estabelecido pelo Ministério da Educação, limitando assim o educador a praticar novas formas de ensino individuais. Outro ponto negativo visto pelos adeptos da educação domiciliar é a violência enfrentada pelos alunos dentro de sala de aula, o bullying cometido por alunos, e questões como os padrões impostos pelos grupos sociais, gerando diversos problemas dentre os quais se notam: uma evidente baixa autoestima, atitudes passivas, transtornos emocionais, problemas psicossomáticos, depressão, ansiedade, pensamentos suicidas.

Palavras-chave: *Ensino Domiciliar, Direito à educação, liberdade de escolha*

A (IN)EFICIÊNCIA DA AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA COMO UM DIREITO ESSENCIAL PARA O PRESO

ROSÂNGELA GONÇALVES DO PRADO COSTA,
rosangela_goncalves_prado@hotmail.com

ANA CAROLINA DE MORAIS COLOMBAROLI, c.colombaroli@gmail.com

ANDRE DE PAIVA BONILLO FERNANDES, andrefernandes@libertas.edu.br

Libertas – Faculdades Integradas

RESUMO

A audiência de custódia é um instituto relativamente novo que vem ganhando espaço a passos lentos no Brasil, sendo ela essencial para a manutenção da liberdade do acusado e para combater o encarceramento desnecessário. Este instituto surge no Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos (art. 9) e, mais tarde, aparece também no Pacto San José da Costa Rica (art. 7, item 5). No Brasil, é a resolução N° 213 que regula a audiência de custódia. Trata-se, portanto, de uma ferramenta de natureza pré-processual, que admite o contraditório e que faz valer as disposições legais presentes nos tratados internacionais que ditam que toda pessoa presa deve ser levada à presença de uma autoridade judicial para que a legalidade e a necessidade da prisão sejam avaliadas, bem como a integridade física e psicológica do preso. No entanto, a utilização da audiência de custódia não ocorre conforme dispõem os tratados internacionais e a Resolução N° 213 do CNJ. Há uma forte resistência entre os magistrados em aplicar tal direito a pessoa do preso, fazendo com que este instituto seja mais aplicado no estado de São Paulo que em qualquer outro proporcionalmente, principalmente pela atuação do Instituto de Defesa do Direito de Defesa (IDDD). Conforme o IDDD, 42% dos presos no país são presos provisórios, e a utilização da audiência de custódia poderia vir a reduzir o número desses presos, sendo, acarretando, conseqüentemente, a redução de gastos públicos. Além disso, a utilização da audiência de custódia reforça o papel do juiz como um fiador dos direitos fundamentais, pois a averiguação imediata do ato da prisão pode evitar maus tratos e torturas contra a pessoa do preso, exercendo assim o papel de garantidor da justiça que o Estado tem. Portanto, a audiência de custódia é muito positiva para o direito processual penal brasileiro, impedindo que hajam injustiças nos atos das prisões e privação de liberdade sem necessidade.

Palavras-chave: *Audiência de custódia, Processo Penal, Vítimas do sistema penal*

CRISE DO SISTEMA PENAL BRASILEIRO DESAFIOS DA RESSOCIALIZAÇÃO DOS
CONDENADOS MARGINALIZADOS ECONOMICAMENTE.

RULLIAN SILVA SANTOS, rulliantatoo@gmail.com

EDSON VANDER DA ASSUNÇÃO, edsonvanderassuncao@yahoo.com.br

Libertas – Faculdades Integradas

RESUMO

O direito penal é o ramo do direito que positiva as regras da execução penal. A execução penal brasileira é regida pela lei nº 7.210 de 11 de julho de 1984, apelidada de LEP. A LEP não traz somente regras de cumprimento dos regimes de prisão, além disso trata da ressocialização do condenado. Atualmente existe grande discussão acerca do sistema penal brasileiro ressocializar ou não o condenado. Arelado a isso o que mais se tem visto é a grande crise que o sistema carcerário brasileiro enfrenta. As prisões que em tese deveriam colocar o indivíduo na sociedade reformado, parece que somente contribuem para a piora daqueles. Outro fato a ser verificado são as condições sociais dos condenados brasileiros, quanto a sua classe social e econômica. O lugar que o condenado ocupa na sociedade é um fator a ser questionado quando o tema é a crise no sistema penal brasileiro. Este trabalho tem por objetivo discutir o atual cenário do sistema de cumprimento de pena no Brasil, abordando a questão social e econômica do condenado brasileiro.

Palavras-chave: *penal, condenado, sistema, cárcere*

LEI DA REPATRIAÇÃO (LEI Nº 13.254, DE 13 DE JANEIRO DE 2016) – ABORDAGEM HOLÍSTICA SOBRE A (IN)CONSTITUCIONALIDADE TRIBUTÁRIA.

CRASSOS CAIO DE OLIVEIRA, cc.deoliveira@yahoo.com.br

MARCO AURÉLIO PIERI ZEFERINO, marcozeferino@libertas.edu.br

Libertas – Faculdades Integradas

RESUMO

A Lei da Repatriação surgiu em 2016, advinda de uma proposta do Poder Executivo ao qual permeou alguns campos do Direito que trouxeram controvérsias e indagações jurídicas quanto ao benefício tributário gerado para aqueles que com seus recursos, bens ou direitos de origem lícita, não declarados ou declarados incorretamente, remetidos, mantidos no exterior ou repatriados, tiveram a mão leve do Estado devido à uma suposta falta de isonomia aos contribuintes. Desse modo, o trabalho contemplará: ASPECTOS INTERDISCIPLINARES ACERCA DA REPATRIAÇÃO (Apanhado do Contexto Econômico-Político Nacional e Sucinto Contexto Internacional e o Papel da OCDE). PRINCÍPIOS TRIBUTÁRIOS CONSTITUCIONAIS EXPLÍCITOS E IMPLÍCITOS (Progressividade, Capacidade Contributiva, Isonomia, Universalidade, Uniformidade, Generalidade, Legalidade, Justiça Tributária, Redistribuição de Renda, Dever de Todos Sustentar o Estado). LEI DA REPATRIAÇÃO NO BRASIL E SEUS ASPECTOS JURÍDICOS TRIBUTÁRIOS (Análises da Lei da Repatriação conforme os princípios tributários constitucionais e Breve Averiguação da ADI 5496 e o Parecer do MP) REPATRIAÇÃO NA LEGISLAÇÃO COMPARADA – O CASO DE INCONSTITUCIONALIDADE DO SUPREMO TRIBUNAL ESPANHOL.

Palavras-chave: *Lei da Repatriação, Direito Tributário, Princípios*

ABORDAGEM DO INSTITUTO DA USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL

MARIANA DUARTE MAFRA, marianad.mafra@gmail.com

LEONARDO CASTRO NUNES, leonardocastro36@gmail.com

LUIS ALBERTO TEIXEIRA, luizalbertoteixeira@yahoo.com

MARIA DO CARMO LOPES TOFFANETTO ROSSITTO BASSETTO,
mariabassetto@libertas.edu.com.br

Libertas – Faculdades Integradas

RESUMO

O Novo Código de Processo Civil, em seu artigo 1.071, acrescentou o artigo 216-A à Lei 6.015 (Lei de Registros Públicos), disciplinando a possibilidade de Usucapião Extrajudicial. Ao introduzir o art. 216-A na Lei 6.015/1973 (Lei de Registros Públicos), criou o procedimento administrativo que possibilita o reconhecimento da usucapião sem necessidade de processo judicial. A desjudicialização configura a evidente crise do judiciário, a busca por meios alternativos para solução de conflito que possam garantir o acesso à Justiça é medida que se impõe e apresenta como importante forma de promover este acesso. Diante deste, facilitando o acesso à Justiça e proporcionando mais segurança e agilidade na prestação jurisdicional. No caso concreto, a introdução da usucapião extrajudicial no ordenamento jurídico parece representar uma dessas tentativas louváveis de simplificar procedimentos e desburocratizar o acesso a direitos. O que há de novo, contudo, é a generalização do procedimento a qualquer suporte fático de usucapião em que haja consenso, ampliando sensivelmente o âmbito de aplicação do instituto. Com base no artigo 1.071, a Lei de Registros Públicos (Lei 6.015/73) passa a ser acrescida do artigo 216-A, que regula procedimento do usucapião a ser requerido por via administrativa percorrido no Registro de Imóveis da circunscrição do imóvel objeto, cujo o fenômeno da desjudicialização ou extrajudicialização do direito, está configurado pelo deslocamento de competências do Poder Judiciário para órgãos extrajudiciais, como as serventias notariais e registrais. Com a simplificação do procedimento o possuidor passará a ter maior facilidade a aquisição da propriedade imobiliária fundamentada na posse prolongada, sendo o mesmo representado por um advogado e com o requerimento instruído com ata notarial, planta e memorial descritivo do imóvel, certidões negativas e demais documentos necessários, podendo o usucapiante apresentar o pedido ao Registro de Imóveis onde o imóvel objeto está localizado, onde os documentos serão protocolados e a partir dos mesmos tomadas as devidas providências necessária ao reconhecimento da posse aquisitiva da propriedade imobiliária e o efetivo registro no nome do possuidor. OBJETIVO: Regularizar vários imóveis que se encontram. Comparar os procedimentos da usucapião judicial e da extrajudicial no novo Código de Processo Civil. Atribuir aos notários e registradores a solução de questões em que há consenso e disponibilidade de direitos envolvidos. METODOLOGIA: O presente estudo será realizado através do método analítico-dedutivo, pelo procedimento comparativo e pela técnica de pesquisa documental e bibliográfica

REFERÊNCIAS

O usucapião extrajudicial no novo Código de Processo Civil. Disponível em :< <http://www.conjur.com.br/2015-mai-18/direito-civil-atual-usucapiao-extrajudicial-codigo-processo-civil> >. Acesso em: 20.jul.2017.

IRIB. Usucapião Extrajudicial. Disponível em: < <http://irib.org.br/files/palestra/35-regional-02.pdf> >. Acesso em: 20.jul.2017.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6015compilada.htm

Palavras-chave: *USUCAPIAO EXTRAJUDICIAL, DIREITO CIVIL, DIREITO PROCESSUAL CIVIL*

TEORIA DO ADIMPLEMENTO SUBSTANCIAL APLICADA EM CONTRATOS DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA EM GARANTIA DE BENS MÓVEIS

ELIZANGELA VARA, elizangelaap2009@hotmail.com

MARIA DO CARMO LOPES TOFFANETTO ROSSITTO BASSETTO, toffanetto@globo.com

Libertas – Faculdades Integradas

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo estudar o instituto do contrato de alienação fiduciária em garantia de bens móveis da Lei n. 13.043/14, seu conceito e evolução ao longo da história, seu surgimento e origens, especificações, natureza e elementos jurídicos, e características. Este instrumento jurídico se dá através de compra e venda de um bem entre devedor fiduciante e credor fiduciário, de forma que a posse direta seja transferida ao devedor e a posse indireta ao credor, para que haja o cumprimento das obrigações aquisitivas. Atualmente, há uma enorme facilidade de crédito no mercado no que se refere à aquisição de bens móveis, e conseqüentemente, um maior número de contratos de alienação fiduciária. Este aumento dos pactos fiduciários faz com que o número de contratantes em situações inadimplentes também cresça, causando um rompimento nas obrigações contratuais, e desse modo, o bem negociado pode ser cobrado ou reavido com o devedor através da instituição financeira. A prática do instituto da alienação fiduciária estabelece-se através do Decreto-Lei n. 911/69 e é aplicado amplamente em relações consumeristas que envolvem acordos de financiamento. Surge então a busca e apreensão de bens móveis. Conforme estabelecido pela referida norma, quando houver mora comprovada por parte do devedor, o credor pode requerer medida liminar e apreensão do bem alienado. Apesar das conseqüências que decorrem da insatisfação absoluta da dívida contraída nos acordos sejam claras, há alguns momentos em que a extinção contratual acarrete abuso de direito, confrontando os princípios da boa-fé objetiva e função social dos contratos, devido a grande monta de débito já ter sido paga, de forma que reste apenas parcela insignificante concretizada em mora solvendi justificável. A teoria do adimplemento substancial pretende assegurar a suspensão da busca e apreensão diante do adimplemento de maior parcela do contrato. Ela assegura a vedação da resolução do contrato visando os princípios que o fundamentam, quando a obrigação não é cumprida pelo devedor de forma plena, porém, aproxima-se deste resultado final.

Palavras-chave: *alienação fiduciária, Decreto 911/69, princípio da boa-fé contratual*

ASPECTOS JURÍDICOS DOS CONTRATOS DE SEGURO D&O E SUA APLICABILIDADE FRENTE ÀS NORMAS DE COMPLIANCE

MARIA ANTÔNIA COSTA SANTOS, mariaacia6@gmail.com

MARCO AURÉLIO PIERI ZEFERINO, marcoadv8@hotmail.com

Libertas – Faculdades Integradas

RESUMO

O seguro D&O (directors and officers) é uma modalidade de seguro de responsabilidade civil, realizado por meio de um contrato entre a empresa tomadora, com a seguradora, em benefício de seu administrador, e tem por finalidade proteger o patrimônio pessoal dos executivos que possam ser responsabilizados judicialmente ou administrativamente por danos causados a terceiros pelos atos de sua gestão. Compliance deriva do termo inglês “comply” e pode ser definido como um conjunto de normas e regras que visam evitar violações a leis e regulamentos internos e externos com a finalidade de atingir uma transparência não só dentro da própria empresa, mas também entre grupos concorrenciais, administração pública e sociedade. Nesse mister, a complexidade nos atos de gestão oriundos dos administradores de empresas vem aumentando, tendo em vista a necessidade de obter resultados frente à grande concorrência, seguindo ao mesmo tempo a legalidade em seus atos e as normas de compliance inseridas no âmbito de gestão, e a questão aqui analisada trata-se da cobertura pelo seguro D&O quando da ocorrência do fato danoso gerado com o descumprimento das normas de compliance, haja vista que a Circular 553/2017 da SUSEP (Superintendência de Seguros Privados) trouxe à sua aplicação diversas regras quanto à exclusão de cobertura pelo seguro aqui tratado em determinadas situações, limitando suas cláusulas de modo a vedar o ressarcimento no caso de danos que advêm de atos ilícitos, dolosos ou com culpa grave. Neste sentido, o presente trabalho demonstra como se dará a aplicação de referido ramo de seguro frente as normas de compliance, tendo em vista que não há regulamentação e nem entendimento jurisprudencial, bem como que tais disposições se depreendem de deveres fiduciários de lealdade e diligência, mas não são obrigatórios legalmente, e sim de caráter preventivo, porém facultativo, e assim sendo, não estariam na esfera deliberativa do executivo, no que se refere à liberdade nos seus atos de gestão. Tais atos que não estão em conformidade com as regras de compliance, podem se assemelhar ou se enquadrar como atos intencionais dolosos ou mesmo com culpa grave, aqui equiparáveis ao dolo, e dispensados da obrigatoriedade de indenização por parte da seguradora, já que a maioria das indenizações do seguro D&O no Brasil são relativas a questões tributárias ou fiscais e até mesmo pelo descumprimento por parte do administrador de normas baixadas pela CVM (Comissão de Valores Mobiliários) e BC (Banco Central), e uma das exclusões expressas é o dolo quanto à sonegação fiscal e crimes contra à ordem tributária.

Palavras-chave: *Seguro D&O, compliance, boa-fé contratual*

OS FUNDAMENTOS JUDICIAIS PARA INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA E BLOQUEIO DE APLICATIVOS DE MENSAGENS

INGRID NAVES TEIXEIRA MORAES, ingridmoraes1996@hotmail.com

FLÁVIO AUGUSTO MARETTI SGRILLI SIQUEIRA, flavioaugustos@yahoo.com.br

Libertas – Faculdades Integradas

RESUMO

A Constituição Federal prevê algumas garantias que são consideradas invioláveis, como é o caso do direito a privacidade, vida privada, intimidade, garantindo também o sigilo a correspondência, de dados e comunicação telefônica. Sendo assim, no que se refere ao sigilo das comunicações telefônicas, a Carta Maior estabelece uma exceção, quando se tratar de assuntos relacionados a área penal. Todavia, essa questão da inviolabilidade gera uma grande discussão por parte dos juristas, os quais argumentam que não existe direito absoluto, pois se assim fosse, inúmeros criminosos iriam utilizar dessa inviolabilidade para praticar condutas delituosas. Principalmente no que se refere a interceptação telefônica, além da imprescindibilidade de uma decisão fundamentada por parte do juiz competente para a ação principal, o mesmo deve se atentar para os requisitos previstos em lei, sendo que um deles se refere a imprescindibilidade de realizar tal meio de prova, ou seja, somente será possível analisar o cometimento de determinado crime por meio da interceptação telefônica. Portanto, mesmo que haja violação a intimidade e a vida privada do interceptado, sendo de interesse público, é necessária a realização da interceptação, com intuito de proteger na maioria das vezes direitos que pertencem a toda a coletividade. Um outro ponto de grande relevância se refere a uma decisão que determinou o bloqueio do aplicativo Whatsapp em todo o território nacional, colocando em discussão o fato de que milhares de pessoas utilizam de tal aplicativo para se comunicar e também para trabalhar, violando o princípio da liberdade de expressão, mas como não existe direito absoluto e tendo em vista o interesse público do Estado em garantir a segurança a toda a população, foi determinado a realização de tal bloqueio. Tal medida foi justificada pelo juiz competente como sendo proporcional e que a Constituição deve ser interpretada de modo a garantir a justiça e que nenhum direito seja violado, sendo que em tal caso, foi imprescindível para ter provas da autoria e materialidade de um crime. Além do mais, há precedentes do STJ que sustentam que se tais direitos fossem considerados absolutos, os criminosos utilizariam da internet e da tecnologia para a prática de delitos e faria com que predominasse a sensação de impunidade.

Palavras-chave: *direitos fundamentais, interceptação telefônica, bloqueio de aplicativos*

CIFRA NEGRA: VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NAS RELAÇÕES INTRAFAMILIARES.

CAMILA SOUZA DE PAULA, souzacamila1998@gmail.com

MICHELE CIA, michele.cia@gmail.com

MARIA DO CARMO LOPES TOFFANETTO ROSSITTO BASSETTO,
m.toffanetto@gmail.com

Libertas – Faculdades Integradas

RESUMO

Hodiernamente, muito se discute em como a violência sofrida pela mulher dentro de seu próprio lar tem tomado tanta repercussão nos últimos anos. No Brasil, o movimento feminista estruturou-se nas décadas de 1980 e 1990. A partir de então, muitas mulheres trouxeram a público sua relação intrafamiliar, ficando explícitos assim, os abusos sofridos em casa por parte de seus cônjuges e por outros familiares. Desse modo, iniciou-se uma ampla discussão sobre a violência doméstica, e muitos casos passaram a ser notificados às autoridades. Notório se faz observar, que a violência doméstica é vinda de um problema estrutural, é vista desde a colonização, através da cultura patriarcal, patrimonialista e escravocrata, e que por muito tempo fora um crime em “Cifra Negra”. A nomenclatura “Cifra Negra”, é utilizada para se dirigir aos crimes que permanecem ocultos e que não chegam até as autoridades competentes para sua resolução e punibilidade. A violência doméstica contra a mulher, como assunto destaque do presente artigo, muitas vezes não é denunciada, permanecendo-se assim, um crime oculto dentro do ambiente familiar. Segundo um estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (Ipea) e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em 2017 mais de 221 mil mulheres dirigiram-se às delegacias para registrar agressões sofridas. No ano de 2018, segundo um balanço divulgado pela Central de Atendimento à Mulher (Disque 180) em 06 de agosto de 2019, ocorreram aproximadamente 92.663 casos de violência. Já nos primeiros seis meses de 2019, apenas, o canal recebeu 46.540 denúncias. Tais dados de 2019 foram registrados pela Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos. Dentre todos estes casos denunciados, a grande maioria ocorre dentro do lar familiar, seja por marido, companheiro, namorado, pai ou parente, notando-se que a violência é, em regra, vinda de um conhecido, que a mulher e filhos sempre respeitaram e tiveram convívio, consolidando-se assim a violência intrafamiliar. Em contrapartida, estima-se que os números de violências sofridas pelas mulheres em Cifra Negra, possam ser alarmantes. As mulheres têm medo de denunciar, insegurança e muitos outros fatores, e muitas vezes há a ausência de um lugar específico para que estas mulheres sintam-se seguras em denunciar, em serem ouvidas. Dessa forma, necessário se faz a criação de mais políticas públicas para que se alcance o fim deste sofrimento, pois apenas a legislação vigente não tem sido suficiente. Porém, para que haja a produção de políticas públicas, imprescindível se faz que todos façam sua parte, como também, as mulheres devem tomar consciência do quanto importante é denunciar, pois será a partir de dados mais próximos da realidade que projetos e resoluções serão formulados e implementados. O Estado tem o dever de promover políticas que

visem à proteção dos direitos inerentes às meninas e mulheres brasileiras, que sofrem cotidianamente com tal mal impregnado na sociedade, em que necessitam de pleno respeito, sem importar raça, cor, etnia ou preferências. Objetivos: - Apresentar a nomenclatura “Cifra Negra”, ainda desconhecida por muitos, e sua associação aos casos de violência contra a mulher; - Fazer menção em como a violência ocorre no ambiente intrafamiliar; - Apresentar dados de casos de violência contra a mulher desde 2017, denunciados, mencionando que inúmeros casos permanecem omissos; - Mencionar que este artigo será o ponto de partida para um estudo de campo mais aprofundado para um Trabalho de Conclusão, que será realizado em um Município em específico, através de colhimento de notícia criminis em órgãos públicos como o Ministério Público e Polícia Militar, como também, de forma sigilosa, pelo depoimento de mulheres em locais de atendimento à saúde e assistência social. Serão realizadas também, entrevistas com um determinado número de mulheres que já sofreram ou presenciaram episódios de violência doméstica intrafamiliar, para, por fim, analisar os resultados obtidos, ressaltando-se a estimativa de casos que permanecem em Cifra Negra, evidenciando a importância da produção de políticas públicas sobre a matéria tratada. Metodologia: O presente estudo será realizado através do método dialético, de pesquisa exploratória, bibliográfica, documental, qualitativa e quantitativa.

Referências

ZAFFARONI, Eugenio Raul et al. Derecho penal: parte general. 2. ed. Buenos Aires: EDIAR, 2002.

Altas da Violência 2019 – Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/>

Atlas da Violência 2019 - Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/190605_atlas/a_violencia_2019.pdf>. Acesso em: 12 de set. 2019.

Balanco Anual: Ligue 180 Recebe Mais de 92 Mil Denúncias de Violações Contra Mulheres. Disponível em: <<https://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2019/agosto/balanco-anual-ligue-180-recebe-mais-de-92-mil-denuncias-de-violacoes-contra-mulheres>>. Acesso em: 12 de set. 2019.

NOVELINO, Maria Salet Ferreira. Movimento Feminista no Brasil no Século XX. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Maria_Salet_Novellino/publication/330764686_MOVIMENTO_FEMINISTA_NO_BRASIL_NO_SECULO_XX/links/5c5350a9a6fdccd6b5d76cae/MOVIMENTO-FEMINISTA-NO-BRASIL-NO-SECULO-XX.pdf>. Acesso em: 08 de out. 2019.

Palavras-chave: *Criminologia, Cifra Negra, Violência Contra a Mulher*

A PROTEÇÃO DAS FAMÍLIAS ECTOGENÉTICAS NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

THAYNNARA MARQUES NAVES DE SOUSA, thaynnaranaves@hotmail.com

MARIA DO CARMO LOPES TOFFANETTO ROSSITTO BASSETTO, toffanetto@globo.com

Libertas – Faculdades Integradas

RESUMO

O trabalho versará sobre as famílias ectogenéticas, que são aquelas formadas por meio de técnicas de reprodução assistida, englobando a fertilização in vitro, inseminação artificial e gestação de substituição (barriga de aluguel), tendo como principal objetivo analisar quais as proteções jurídicas, legais e infra legais, existentes sobre o tema no ordenamento jurídico brasileiro. Até pouco tempo, somente era aceito no mundo jurídico e até mesmo na sociedade, a família denominada tradicional, formada pelo casamento civil de homem e mulher e dos filhos provenientes desta união. Porém com o passar dos anos, foram se formando novos tipos de arranjos familiares, incluindo as compostas com filhos nascidos de fertilização in vitro, que é uma das técnicas de Reprodução Assistida – RA. O assunto é relevante pois existem muitas famílias que encontram dificuldades para tê-los pelos métodos biologicamente naturais, devido a problemas de saúde, à infertilidade, à postergação da maternidade por parte das mulheres, tornando a gravidez arriscada entre outros fatores, como, por exemplo, os casais homoafetivos, que não desejam adotar e sim ter um filho que tenha o mesmo DNA que eles, sendo, portanto, fundamental a utilização das técnicas de RA para que possam conseguir realizar esse desejo. A problemática em relação a este tema reside no fato de que, no Brasil, não há uma legislação específica sobre o assunto que se mostre adequada para regulamentar os limites e formas corretas de utilização desses procedimentos, assim como uma proteção jurídica para essas famílias, antes e após o nascimentos dos filhos. Existem em tramitação vários projetos de lei sobre o assunto, porém nenhum deles encontra-se em fase final de aprovação. Atualmente, a Resolução 2.168/2017 do Conselho Federal de Medicina e o Provimento 63/2017 do Conselho Nacional de Justiça são as normas infralegais que determinam as regras dos procedimentos em questão, sendo os principais fundamentos norteadores para que se determinem os limites a serem observados na utilização dessas técnicas e, conseqüentemente, garantido alguns direitos para esse novo arranjo familiar. Pretende-se com a pesquisa, verificar, por meio da revisão bibliográfica sobre o tema e da análise da legislação e jurisprudência vigentes, se as normas existentes no Brasil são adequadas e suficientes para promover a adequada proteção jurídica a essas famílias.

Palavras-chave: *famílias ectogenéticas, proteção jurídica, biodireito*

OFICINAS DE PARENTALIDADE E DIVÓRCIO COMO MECANISMO PARA COMBATER A ALIENAÇÃO PARENTAL

TATIANE ALVES DAMACENO, tatdamaceno@gmail.com

MARIA DO CARMO LOPES TOFFANETTO ROSSITTO BASSETTO,
m.toffanetto@gmail.com

Libertas – Faculdades Integradas

RESUMO

O presente trabalho faz uma análise acerca das oficinas de parentalidade e divórcio, programas recentes, fomentados pelo Conselho Nacional de Justiça, que têm por objetivo auxiliar famílias em situação de ruptura conjugal. As oficinas propõem o fortalecimento da relação parental, através de práticas que auxiliam os genitores a enfrentarem os conflitos advindos da separação conjugal, promovendo uma reflexão sobre o papel deles na vida dos filhos, de forma a minimizar os impactos negativos da separação e coibir, sobretudo, a prática da alienação parental. O estudo parte da análise da problemática familiar conhecida como alienação parental, prática grave promovida principalmente por genitores e que acomete crianças e adolescentes em situação de disputa de guarda. As campanhas de desmoralização de um genitor contra o outro, que têm por objetivo afastar o filho da convivência com o genitor alienado, acabam por minar toda a relação entre pai/mãe e filho, cujas consequências desastrosas podem não se ater apenas durante a infância e juventude, mas se estender por toda a vida. O tema mostra-se relevante tendo em vista o despreparo das pessoas para lidar com o término das relações conjugais, fato que pode trazer como consequências os atos de alienação parental, ocasionando, em um estágio avançado, a Síndrome de Alienação Parental (SAP) e o desgaste das relações familiares, chegando ao abandono material e/ou afetivo dos filhos. As crianças e adolescentes envolvidos não têm como defender seus direitos, necessitando da intervenção do Estado, principalmente com a instituição de políticas públicas no sentido de prevenir tais violações às crianças e adolescentes. Nesse contexto, as oficinas de parentalidade e divórcio apresentam-se como alternativas na prevenção e resolução dos conflitos familiares, que como citado, podem trazer graves consequências emocionais, afetivas e psicológicas para os filhos. Com o objetivo de analisar o papel dessas oficinas no combate à alienação parental, bem como seus resultados, utilizar-se-á o método de pesquisa qualitativo, com pesquisa bibliográfica por meio de doutrina, artigos científicos, legislação e jurisprudência. Pretende-se, com a presente pesquisa, demonstrar que a prevenção, por meio da preparação dos pais, para o convívio respeitoso e saudável após o término da relação afetiva, surge como meio efetivo de evitar e combater os atos de alienação parental e suas consequências para os filhos.

Palavras-chave: *Família, Alienação Parental, Oficinas de Parentalidade e Divórcio*

O RECONHECIMENTO EXTRAJUDICIAL DA PATERNIDADE SOCIOAFETIVA

BEATRIZ DA SILVA BATISTA RODRIGUES, bea-rodrigues18@hotmail.com

MARIA DO CARMO LOPES TOFFANETTO ROSSITTO BASSETTO, toffanetto@globo.com

Libertas – Faculdades Integradas

RESUMO

A paternidade socioafetiva é concebida e formada pela relação de afeto entre as pessoas que convivem e dessa relação surge os efeitos exercidos de pai, mãe e filho mesmo sem possuírem laço sanguíneo entre si. De acordo com o artigo 10 do Provimento nº 83, de 14 de agosto de 2019, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que alterou o texto do Provimento nº 63, também do CNJ, “O reconhecimento voluntário da paternidade ou da maternidade socioafetiva de pessoas acima de 12 anos será autorizado perante os oficiais de registro civil das pessoas naturais”, desde que atendidos os requisitos constantes no provimento. Anteriormente, o artigo 10 do Provimento nº 63 previa que o reconhecimento voluntário da paternidade ou da maternidade socioafetiva de pessoa de qualquer idade fosse autorizado perante os oficiais de registro civil das pessoas naturais”, fato que trazia certa insegurança, pois o processo de registro de filiação socioafetiva é irrevogável, tal como a adoção, que tem critérios legais mais rígidos. No entanto, o reconhecimento da paternidade socioafetiva não exclui a paternidade biológica, conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF) no Recurso Extraordinário nº 898.060/SC, no qual foi fixada a tese de que: “A paternidade socioafetiva, declarada ou não em registro público, não impede o reconhecimento do vínculo de filiação concomitante baseado na origem biológica, com todas as suas consequências patrimoniais e extrapatrimoniais”. Atualmente no Direito de família o afeto vem sendo representado pelo princípio da afetividade e reafirmado no artigo 1.593 do Código Civil e, cada vez mais presentes da constituição das famílias brasileiras. Os pais ou mães afetivos cumprem e zelam pelos mesmos direitos e deveres e efeitos dos pais consanguíneos, biológicos. Pretende-se, com a presente pesquisa, por meio da revisão bibliográfica sobre o tema, demonstrar que o registro extrajudicial da paternidade/maternidade socioafetiva é, atualmente no Brasil, o meio mais simples, rápido e efetivo de garantir aos filhos socioafetivos todos os direitos decorrentes da filiação, inclusive os patrimoniais.

Palavras-chave: *Socioafetividade, família, direitos patrimoniais*

O REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL E SUA MUDANÇA DO SISTEMA DE REPARTIÇÃO PARA O DE CAPITALIZAÇÃO

ÁQUILA DO LAGO NOGUEIRA, aquila_do_lago@hotmail.com

MARCO CÉSAR DE CARVALHO, marcoesar_cdo@hotmail.com

Libertas – Faculdades Integradas

RESUMO

Como objetivo geral, tem-se analisar e fazer um comparativo sobre a reforma do sistema previdenciário, face a necessidade que se faz presente do estudo em meio tal matéria, mostrando os prós e contras de um sistema (Repartição) para outro (Capitalização), de acordo com a PEC 06/2019 que é a que foi proposta pelo Governo, e as respectivas correntes, e essa análise sempre procurando ser balizada na Constituição Federal de 1988. Apontando assim a sua necessidade e qual a melhor ou mais viável na atual conjuntura. E como objetivos específicos: a) Pretende-se fazer um estudo analítico/comparativo dos dois sistemas, a fim de conhecê-los, o de repartição e o de capitalização, identificando problemas pontuais existentes e a necessidade de correção; b) Analisar a evolução do sistema existente até os dias atuais e do sistema futuro; c) Apresentar números e resultados, a fim de obter uma resposta sobre a assertividade ou não na referida mudança do sistema; Para que possamos entender melhor o sistema previdenciário brasileiro, em específico a Previdência social, se faz necessário fazer uma análise desde o início, conhecendo toda sua evolução, até os dias atuais, pois do seu início até hoje já houve várias alterações/mudanças, e estudo este não somente no Brasil, mas uma visão geral pelo mundo. “Contudo, em 1601, na Inglaterra, é que surgiu a primeira lei previdenciária do mundo. Trata-se a chamada Lei dos Pobres, editada pela rainha Isabel I, estabelecendo uma contribuição obrigatória” (AGUIAR, 2017, p. 32). Segundo Leonardo Aguiar (2017, p. 32-33) em 1883, na Alemanha é que realmente surge o primeiro sistema previdenciário, criado pelo chanceler Otto Von Bismark, com o objetivo principal de impedir movimentos socialistas fortalecidos com a crise industrial. Segundo Darcy Francisco de Carvalho dos Santos (2009, p. 31) no Brasil em 1888 foi editado o Decreto n 9912-A, sobre aposentadoria de servidores dos Correios, mas que somente a partir de 1920 as instituições previdenciárias deixam de ser tão limitadas. A previdência é um instituto que no mundo todo tem sofrido mudanças, em praticamente todos os países, pois no tocante somente de um fator, o da densidade demográfica, a qual dá mostras agora que o mundo vem envelhecendo, e com isso n (ene) fatores acabam influenciando na necessidade de mudança no sistema previdenciário. Muito se tem falado e discutido da previdência no Brasil, e um dos pontos mais debatidos é se ela é ou não é realmente superavitária ou deficitária. E este é um dos grandes dilemas na atualidade, pois nas duas vertentes existem defensores, os quais defendem piamente e com números, e aí está a grande dificuldade na análise, em até que ponto estes números são ou não fidedignos, e aí vai depender muito também da forma que eles são empregados nas respectivas análises. Uma delas é conforme diz que a Seguridade Social é superavitária, que em dados encontrados recentemente, em estudos pela Associação Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal

do Brasil (ANFIP) e da Fundação ANFIP, dizem que em 2014, os valores que a Seguridade Social arrecadou somaram mais ou menos R\$ 686 bilhões, e que foram gastos R\$ 394 bilhões com benefícios previdenciários (aposentadorias, pensões, auxílio-doença, salário-maternidade). Somando-se ainda 94 bilhões com serviços, ações e programas de saúde, 26 bilhões com benefícios de transferência de renda (Bolsa-Família), 38 bilhões com benefícios assistenciais administrados pelo INSS, abrangidos pelo LOAS, 50 bilhões com ações do FAT e mais 10 bilhões com ações da Seguridade Social, com hospitais universitários e saneamento básico. Somando assim 632 bilhões (dados estes retirados do sítio da Anfip em 31 de janeiro de 2016), e que o restante, quase 54 bilhões foram desvinculados pela DRU Desvinculação das Receitas da União (RUBIN, 2016, p. 27-28). Uma outra vertente defendida, ainda diz de outra forma, até conforme Darcy Francisco de Carvalho dos Santos (contador e economista, também autor de várias obras). Detalha em números e gráficos que ela somente foi superavitária de 2009 a 2015, devido ao maior crescimento do PIB nesse período, mas crescimento este devido ao boom das commodities, que conseqüentemente gerou e ocasionou aumento da arrecadação. Mostra a dissonância do déficit dos segurados do INSS para com os servidores federais (SANTOS, 2016, 2). Pretende-se ainda verificar a viabilidade da mudança de um sistema para o outro, pois este trabalho pode refletir em outros ainda por vir, apontando assim outros caminhos que podem ser seguidos a partir desta análise, mostrando prós e contras, pois atualmente o sistema adotado já dá sinais de que necessita de mudanças, e que sejam feitas de forma robusta, promovendo uma melhor manutenibilidade. Déficit ou superávit da previdência social? Certamente esse é um dos debates mais acirrados existentes no meio previdenciário brasileiro atual, Ambos os lados apresentam casos estudados e pareceres para fundamentarem suas conclusões. Tal Fato já revela que alguém não está sendo totalmente verdadeiro, ou mesmo ambas as partes. Falta transparência nesse debate, ocorrendo a chamada ausência de sustentabilidade. Antes é preciso adentrar no debate propriamente dito, é preciso explicar que o caixa da Previdência social brasileira foi vítima de vários desvios ao longo da história, sendo sido utilizado para diversos fins que não os previdenciários, o que certamente afetou seu equilíbrio econômico e atuarial (FRANCO, 2019, p. 129-130). Diante do exposto, infundáveis são as dúvidas que assolam cada um da população, pois alguma coisa tem que ser feita, e agora é colocada na mesa uma proposta visando mudanças para que o sistema não entre em colapso. De modo a buscar o equilíbrio financeiro atuarial, a previdência social, no que diz respeito ao seu financiamento, encontra algumas técnicas básicas. De modo elementar, a repartição simples e a capitalização. No regime de repartição, os segurados contribuem, em regra, para um fundo único, responsável pelo pagamento de todos os beneficiários do sistema, dentro deste regime, há o conhecido pacto intergeracional, isto é, os trabalhadores de hoje custeiam os benefícios dos aposentados atuais dentro do mesmo exercício. No regime de capitalização, os recursos arrecadados com contribuições são investidos pelos administradores do fundo, tendo em vista o atendimento das prestações devidas aos segurados futuramente, ou seja, os valores pagos no futuro variação de acordo com as taxas de juros obtidas e a partir das opções de investimentos dos administradores. Aqui, não há o financiamento entre gerações, ao menos diretamente (IBRAHIM, 2011, p. 172). Vamos lembrar ainda de um instituto importantíssimo a ser estudado, o da DRU – Desvinculação das Receitas da União, que é uma das chaves para se entender o falado déficit da previdência, que a princípio foi instituída provisoriamente, e que autoriza que se retire até 20% dos valores dos cofres da seguridade social para utilização em outras áreas

(RUBIN, 2016, p. 28-29). Este estudo busca ainda além do conhecimento e compreensão dos 2 sistemas, uma comparação com outros sistemas adotados em outros países, que sejam iguais ou diferentes. E assim, após pesquisar sobre os 2 sistemas, poderemos definir sobre a assertividade ou não do sistema escolhido. O objeto de estudo no caso será os dois sistemas de previdência, o atual e o proposto, sendo que é necessário um estudo aprofundado para o conhecimento de ambos e consequentemente sua análise comparativa. O propósito é conseguirmos chegar a um resultado ou entendimento do porque seria ou é o mais viável na atualidade, ou ainda se não seria a melhor das opções. Será feita uma abordagem quali-quantitativa, ou seja tanto quantitativa quanto qualitativa, pois será necessário tanto dados/números referenciais que comprovem determinados resultados, quanto aspectos que serão analisados para fins de conclusão de resultados. Será uma pesquisa de classe descritiva, onde não é um assunto recente, e nem novo, mas sim de alta complexidade face as tantas variáveis que podem influenciar das mais variadas formas, não se tratando como por exemplo de uma ciência exata, que apesar de haver números ou frações que poderiam caracterizar assim, sofrem influências das mais diversas formas. O método dedutivo será o utilizado, pois analisaremos informações que nos levarão a uma conclusão sobre o que se deseja.

REFERÊNCIAS:

AGUIAR, Leonardo. Direito previdenciário: curso completo. Juiz de Fora: iLM, 2017.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da república federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado federal. Centro gráfico, 1988, 292 p.

FRANCO, Alex Pereira. Reforma da previdência social: o estado contemporâneo e a reconfiguração do sistema previdenciário. Curitiba: Juruá, 2019.

IBRAHIM, Fábio Zambite. A previdência social no estado contemporâneo: fundamentos, financiamento e regulação. Niterói, RJ: Impetus, 2011.

RUBIN, Fernando. Introdução geral à previdência social: dos conceitos teóricos, institutos fundamentais e rede de benefícios do regime previdenciário brasileiro. São Paulo: LTr, 2016.

SANTOS, Darcy Francisco Carvalho dos. A previdência social no Brasil: 1923-2009: uma visão econômica. Porto Alegre-RS; AGE, 2009.

Palavras-chave: *Previdência, Repartição, Capitalização*

O JUÍZ E O PRINCÍPIO DA IMPARCIALIDADE NO DIREITO BRASIEIRO

JUVENAL BENEDITO DE MORAES, comprasjuvenalmoraes@gmail.com

ANDRE DE PAIVA BONILLO FERNANDES, andre.unifeg@yahoo.com

Libertas – Faculdades Integradas

RESUMO

Por meio deste, pretende-se abordar a imparcialidade do juiz no processo, visto que uma decisão judicial correta e justa mostra-se essencial à pacificação social para todos os operadores do direito e mais especificamente para o juiz. Veremos que em um Estado Democrático de Direito, o cerne de qualquer processo idôneo e justo, reside no princípio da imparcialidade do juiz, pois o mesmo deve adotar uma postura indiferente e distante estando investido no poder de jurisdição em relação ao que está sendo discutido e às partes. No entanto como um ser humano, o juiz tem seus ideais, sua ética pessoal, seus próprios princípios como qualquer outra pessoa. Dentro do processo o juiz deve garantir que as partes sejam tratadas de formas iguais, e as decisões sempre deverão ser embasadas nas provas contidas no processo devendo ser fundamentadas na legislação. Sendo assim, o juiz imparcial, não deve obter de forma alguma interesse em relação as partes do processos, devendo se preocupar somente em proferir decisões corretas e justas, considerando que o mesmo pode reconhecer que existe diferenças sociais, econômicas e culturais entre as pessoas que compõem a relação jurídica. Vejamos que a função do juiz está em restabelecer a igualdade rompida pelas partes, pois buscará através do estudo do caso e baseado na legislação, a solução para o conflito que ali se estabelecera pelas partes e sendo imparcial o juiz não tem que ter interesse no objeto do processo e nem querer favorecer uma das partes. Assim o juiz imparcial não é aquele que deve se manter indiferente ao que ocorre no processo, mais sim aquele que usa de seus poderes instrutórios que o ordenamento lhe oferece, empregando-os de maneira imparcial para atingir os conhecimentos fáticos, que lhe darão maior embasamento para que profira uma decisão justa. Diante disso decorre a importância de que haja por parte do juiz uma atitude efetiva dentro do processo, agindo sempre de maneira imparcial para atingir um resultado justo e correto do processo garantindo que os direitos e garantias fundamentais sejam devidamente obedecidas. Assim o juiz não é um mero expectador, e sim, um garantidor de que as partes sejam tratadas de formas iguais, e de que seu julgamento será realmente baseado nas provas contidas no processo e sua decisão será devidamente fundamentada na forma da lei, e não em opiniões públicas ou pressões políticas.

Palavras-chave: *Juíz, Imparcialidade, Decisão*

ANÁLISE DA VIOLÊNCIA SEXUAL PRATICADA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES DO GÊNERO FEMININO EM SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO

PAMELLA CRISTINA SILVA PEREIRA,, PCRISTINASP@GMAIL.COM

MICHELE CIA, michelecia@gmail.com

Libertas – Faculdades Integradas

RESUMO

A violência sexual representa uma grande violação aos direitos humanos que atinge grande parte das crianças e adolescentes em todo o mundo, mostrando ser um assunto de grande relevância social, visto que as crianças e adolescentes são o futuro de nosso país. O presente estudo tem como objetivo principal analisar os casos de violência sexual contra crianças e adolescentes do gênero feminino em São Sebastião do Paraíso MG, identificando quais seriam as soluções mais viáveis para resolver os problemas relacionados à violência sexual do gênero feminino que se mostra recorrente. Buscará também apresentar o cenário brasileiro da violência contra crianças e adolescentes, estudando especificamente os crimes cometidos contra crianças e adolescentes do gênero feminino, analisando os instrumentos de proteção disponíveis no ordenamento jurídico brasileiro, com ênfase no ECA, bem como os documentos internacionais sobre proteção de crianças e adolescentes a que o Brasil aderiu, com ênfase na convenção sobre os direitos da criança de 1989. Analisar quais são os impactos da violência sexual no desenvolvimento da criança e adolescente, e a incidência da cifra negra nos delitos sexuais contra crianças e adolescentes, descobrir quais estratégias processuais, assim como quais políticas públicas, na visão da Polícia Civil pode minimizar a violência doméstica contra crianças e adolescentes do gênero feminino em São Sebastião do Paraíso. Requer-se com estudo do tema proposto efetuar uma análise quali-quantitativa, explorando a ocorrência dos casos de violência sexual contra crianças e adolescente do gênero feminino em São Sebastião do Paraíso, tendo como base de dados inquéritos policiais da Delegacia de Polícia Civil. O trabalho será composto de pesquisas bibliográficas, que contribuirá para a exposição e entendimento acerca dos impactos causados pela violência sexual no desenvolvimento da criança e do adolescente, mostrando a eficácia das políticas públicas e como elas contribuem para a redução dos crimes. Este estudo se utiliza do método dialético que contribuirá para uma análise eficaz com relação aos casos de violência sexual. A violência causa grandes problemas na vida das crianças e adolescentes comprometendo seu desenvolvimento, causando problemas emocionais e físicos gerando também ansiedade, depressão e baixo desenvolvimento nas atividades do dia a dia e da escola.

Referências:

BRASIL. Decreto Nº 99.710. Convenção sobre os Direitos da Crianças. 21 nov. 1990. Diário Oficial da União. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d99710.htm. Acesso em: 15 out. 2019.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Vade Mecum Acadêmico de Direito Rideel. 29. ed. São Paulo: Rideel, 2019.

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Impacto da violência na saúde das crianças e adolescentes. MS. Brasília. 2009. 19 p. Disponível em: http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/ms/cartilha_impacto_violencia.pdf. Acesso em: 17 out. 2019.

BRASIL, Ministério dos Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Proteção dos Direitos da Criança e Adolescente. Violência contra Crianças e Adolescentes: Análise de Cenários e Propostas de Políticas Públicas. Documento eletrônico. Brasília. 2018. 494 p. Disponível em: <https://www.mdh.gov.br/biblioteca/crianca-e-adolescente/violencia-contra-criancas-e-adolescentes-analise-de-cenarios-e-propostas-de-politicas-publicas-2.pdf>. Acesso em: 17 out. 2019

SANTOS, Benedito Rodrigues dos. Guia de referência: construindo uma cultura de prevenção à violência sexual. São Paulo : Childhood, Instituto WCF Brasil Prefeitura da Cidade de São Paulo.

Secretaria de Educação, 2009. 155 p. Disponível em: <https://www.childhood.org.br/childhood/publicacao/Childhood-Guia-de-Refer%C3%Aancia-Atualizado-2016.pdf>. Acesso em: 15 out. 2019.

Palavras-chave: *Violência Sexual, Gênero feminino, Crianças e adolescentes*

A IMPORTÂNCIA DO COMBATE À CRIMINALIDADE CIBERNÉTICA E PROTEÇÃO DE DADOS

JULIANA SOUSA RODRIGUES, julianasrodrigues.direito@gmail.com

CAMILA CRISTINA SABI, camilinhacristinasabi19@gmail.com

ANDRE DE PAIVA BONILLO FERNANDES, andre.unifeg@yahoo.com

Libertas – Faculdades Integradas

RESUMO

Com o desenvolvimento rápido e constante de novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) surgiram também novas preocupações resultantes de novas ameaças que podem afetar qualquer usuário, além dos riscos decorrentes do uso inadequado dos meios eletrônicos pelos quais o usuário pode vir a responder judicialmente. Pedofilia, estelionato, crimes contra o sistema financeiro, ameaça, apologia ao crime, interceptação do fluxo de dados em tráfego, violação de direito autoral, pirataria, fraude, golpes, difamação, calúnia, injúria e tráfico de substâncias são alguns exemplos dos crimes mais praticados no meio online, e a utilização da Deep Web possibilita ao usuário navegar anonimamente sem ter o IP rastreado. Assim, é crucial que as leis acompanhem a evolução tecnológica a fim de proporcionar a garantia da tutela dos direitos dos cidadãos. Diante dos avanços tecnológicos é necessário prover segurança dos usuários durante a utilização das TICs, visto que não existem leis adequadas para resguardar esse direito. Nesse contexto, é preciso investigar como adequar às leis existentes para proporcionar a segurança e privacidade dos usuários, além de uma propositura construtivista para que o legislador, juntamente com os profissionais da área da computação, analise os problemas reais decorrentes da falta de normas. Com estas considerações, pretende-se responder a seguinte questão: Como assegurar a proteção jurídica do direito à privacidade, crimes e dados as pessoas durante a utilização das TICs? Por meio da pesquisa bibliográfica e do método dedutivo, chegou-se ao resultado da elaboração de uma propositura que permita uma navegação mais segura para as pessoas e contribua para a diminuição de crimes virtuais, ante a necessária investigação dos problemas enfrentados pelos usuários diante da ausência de legislação específica para a proteção de dados e navegação segura.

Palavras-chave: *crimes cibernéticos, proteção de dados, tecnologia*

EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE: APONTAMENTOS E SUA APLICAÇÃO NO DIREITO BRASILEIRO

AMANDA ROCHA LAVEZ, amanda.lavez@gmail.com

VIVIAN CAMPOS REZENDE, vivicr30@gmail.com

MARCO CÉSAR DE CARVALHO, marcocesar_cdo@hotmail.com

Libertas – Faculdades Integradas

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo salientar este meio de defesa do devedor diante de um processo de execução, conforme as reformas do novo Código de Processo Civil, abordando referências jurisprudenciais e doutrinárias para alcançar o objetivo de elucidar esta técnica para, tão somente, cumprir com o devido processo legal diante do Código de Processo Civil e não permitir a execução de um título nulo. Em suma, a exceção de pré executividade consiste na alegação do devedor de nulidade absoluta, que pode ser acolhida de ofício pelo juiz, com o procedimento semelhante à impugnação, conforme explicitado no artigo 803 NCPC, o qual tem como natureza jurídica como sendo um incidente processual, porém arguível em simples petição. Vale ressaltar, que a exceção de pré-executividade possui previsão legal específica, ou seja, o artigo 803 formula seu conceito e impõe limites para a utilização da mesma. Ademais, referido instrumento não depende de penhora nem caução e é vinculada através de uma petição incidental simples. Assim, a súmula 393 STJ diz: “A exceção de pré-executividade é admissível na execução fiscal relativamente às matérias conhecíveis de ofício que não demandem dilação probatória”. Nota-se que esse instrumento processual não admite produção de provas, sendo necessário apenas um vício anterior ao pedido de execução, podendo ser usada pelo executado e por terceiros, apontando uma matéria conhecida de ofício pelo juiz e de ordem pública. Se a exceção não for acolhida o processo de execução continuará, sendo impugnável pelo recurso de agravo de instrumento. Entretanto, se for acolhida à execução é extinta com condenação de honorários advocatícios, onde esta decisão será impugnável pelo recurso de apelação. Esse instituto é caracterizado pela desnecessidade de dilação probatória e visa impedir a penhora, arrematação e adjudicação em uma execução que não preenche os requisitos legais. Logo, não estão sujeitas a preclusão, a qual poderá ser alegada em qualquer momento até a extinção da execução. Neste sentido, portanto, a exceção de pré-executividade visa evitar a execução injusta, demonstrada com provas documentais pré-produzidas, objetivando uma aplicação coesa do devido processo legal.

Palavras-chave: *pré executividade, nulidade, incidente*

ESTELIONATO SENTIMENTAL

LUANA DE MATTOS FORTE, luanaforte_@hotmail.com

FLÁVIO AUGUSTO MARETTI SGRILLI SIQUEIRA, flavioaugustos@yahoo.com.br

Libertas – Faculdades Integradas

RESUMO

Introdução: Pode ser encontrado no artigo 171 do Código Penal Brasileiro, o qual, descreve o crime de estelionato como sendo: “obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento”. A presente nomenclatura (estelionato sentimental) passou a ser utilizada no ano de 2015, após condenação do ex-namorado em ressarcir a autora, na 7ª Vara Cível em Brasília. Este tipo de crime é caracterizado principalmente quando, uma das partes, expressa determinado interesse em induzir uma falsa concepção a fim de adquirir benefícios ilícitos. O estelionato sentimental é identificado em relações onde existe uma confiança amorosa, de modo que uma das partes use de meios ardilosos baseando-se na confiança do sentimento para obter benefícios, agindo muitas das vezes de forma premeditada. **Objetivos:** Este trabalho apresenta como objetivo, apontar a responsabilidade cível e penal que o crime pode ser enquadrado, já que o estelionato sentimental infringe também a Lei Maria da Penha. A violência patrimonial é um forma invisível de violência doméstica, pois viola não somente a violência física e a sexual, mas também a violência psicológica, patrimonial e moral. **Metodologia:** Foi utilizado neste trabalho diversas fontes de pesquisa como: artigo do site Estadão, conceitos do site Conteúdo Jurídico de doutrinadores como Maria Helena Diniz e Carlos Roberto Gonçalves, em matérias de direito civil, e Rogério Greco em matéria de direito penal. Bem como, conteúdos do site Consultor Jurídico, principalmente no artigo do professor e advogado, Mário Luiz Delgado. E ainda, jurisprudências sobre o assunto nos tribunais do Brasil. **Resultados:** Como resultado da pesquisa foi possível comprovar que o tema em questão está sendo atualmente bem discutido e utilizado nos tribunais do Brasil, de modo, que passa a ser de interesse público o crime também existente por trás da normativa do artigo 171, do CP. **Conclusões:** A terminologia estelionato sentimental é recente e é utilizada desde 2015, para caracterizar fraudes que envolvam relacionamentos amorosos, que cause o prejuízo alheio. Ainda, de acordo com jurisprudências, o crime pode ser punido tanto na esfera cível como na penal, dependendo do fato concreto, e do bem atingido.

Palavras-chave: *Estelionato Sentimental, Maria da Penha, Responsabilidade cível*

MÃES ENCARCERADAS: O DIREITO DE UMA VIDA NA SOCIEDADE E A MATERNIDADE POR MULHERES EM SITUAÇÃO DE PRISÃO

MARLIZA NUBIA CAETANO, marlizanubia_caetano@hotmail.com

ANA CAROLINA DE MORAIS COLOMBAROLI, c.colombaroli@gmail.com

Libertas – Faculdades Integradas

RESUMO

O aumento de mulheres encarceradas está em um crescimento constante, e temos a obrigação de mostrar para a sociedade as prisões femininas que continuam escassas, principalmente quando se fala a respeito das mulheres presas e que ficam permanentemente com seus filhos nos cubículos ou alojamentos carcerários. Para que o crime seja consumado por essas mulheres, podemos verificar que os crimes na maioria praticados são por mulheres que não tem um estudo adequado ao seu perfil ou vem de famílias que foram mal estruturadas, e viram na criminalidade uma forma de conseguir ter uma vida melhor para o seu sustento. O objetivo deste estudo é descrever sobre essas mulheres que são ao mesmo tempo mãe e está encarcerada e juntamente com os seus filhos que ficam presas numa instituição, tentar mostrar como esses estabelecimentos abrigam as presas juntos com seus filhos no Brasil. Se for verificado muitas mães tem grandes perdas com os seus filhos e estando dentro de uma prisão nos momentos que a criança mais necessita de alimento materno e muitas dessas prisões não possui um ambiente adequado como berçário, lugar para amamentação ou creche para o cuidado das crianças dentro das penitenciárias. São raras instituições que possuem um local adequado para tal fim, pela lei atual essas mulheres têm o direito de ter uma vida digna para seus filhos e muitas vezes esses filhos dividem as mesmas celas da prisão onde estão contidas, sem a adequada condição para cuidar de seus filhos. Geralmente na prisão brasileira, podemos notar que há exclusão social para as mulheres encarceradas que muitas vezes nestas unidades encontramos violações dos seus direitos de forma geral. Especialmente o aprisionamento feminino traz uma questão importantíssima, que deve ser preocupação central das gestoras do sistema e idealizadoras de políticas prisionais: a população invisível que habita o nosso sistema prisional, as filhas e filhos de presas que vivem nas mais diversas e adversas condições nas prisões brasileiras. A sobrevivência, com dignidade, de uma criança depende de alimentação, cuidados, assistência material e afetiva. Para tanto, é necessário, com a máxima urgência, elaborar e programar políticas que tratem da permanência do bebê com a mãe, que privilegiem o desencarceramento e, em casos de manutenção da prisão, que esta convivência se dê em ambiente confortável e salubre para ambas as partes, com recursos e suporte para a garantia dos direitos dessas mulheres e crianças.

Referências:

MAES-DO-CARCERE-OS-DIREITOS-DAS-MULHERES-E-A-CONVIVENCIA-FAMILIAR-EM-SITUACOES-DE-PRIVACAO-DE-LIBERDADE.pdf

SOARES, B. M.; ILGENFRITZ, I.; Prisioneiras: Vida e violência atrás das grades. Riode janeiro: Garamond, 2002.

Palavras-chave: MATERNIDADE, CÁRCERE, MULHER GESTANTE

A LIMITAÇÃO DE 150 SALÁRIOS MÍNIMOS NA FALÊNCIA, DE ACORDO COM A LEI 11.101/05

THAINÁ MARIANA DE SOUZA, thainasouza62@gmail.com

SIMONE ALVES DE ARAÚJO, simonearaujo2003@hotmail.com

MARCO AURÉLIO PIERI ZEFERINO, marcoadv8@hotmail.com

Libertas – Faculdades Integradas

RESUMO

A lei 11.101/05 reduziu para 150 salários mínimos as ações trabalhistas de falência, onde o credor terá direito de receber somente estes. O salário tem natureza de caráter alimentar, e com isso sofreu críticas por diversos autores, por violar alguns princípios constitucionais, tais como o princípio da isonomia, pois, além disso, deve-se tratar todos os credores de maneira igualitária, por existir o princípio da par conditio creditorum. Este dispositivo despertou uma divisão entre a jurisprudência e a doutrina, tendo sido ainda ajuizadas Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIN) no STF. Contudo segundo Bárbara Oliveira de Almeida, o novo diploma trouxe maior agilidade, nunca antes conferida, beneficiando o mercado em geral, com uma maior produção de riquezas. A intenção do novo diploma falimentar foi de entre outros, coibir supostas fraudes, na qual o sócio se coloca na ordem de preferência como credor trabalhista, somente para ter o privilégio de terem preferência no recebimento dos créditos. O que se observa, é que os credores trabalhistas durante a história, conquistaram uma absoluta preferência no que tange aos demais credores do empregador. Ademais, é importante destacar, que há uma desigualdade fundamental dentro da classe trabalhista, por conta de salários diferenciados, o qual já se contrariaria ao princípio da isonomia.

Palavras-chave: *Ações Trabalhistas, Falência, Credores*

O PROCESSO DE SINISTRO NO CONTRATO DE SEGURO EMPRESARIAL E SEUS ASPECTOS JURÍDICOS NAS CONDIÇÕES GERAIS PARTICULARES

FRANCIS CANDIANI SANTOS, fcandiani@hotmail.com

MARCO AURELIO PIERI ZEFERINO, marcozeferino@libertas.edu.br

Libertas – Faculdades Integradas

RESUMO

O processo de sinistro aberto junto à Seguradora quando o Segurado sofre o dano e busca a indenização para ressarcir os danos sofridos é bastante padronizado, o que se pode definir como a 1ª fase do processo de sinistro. A Seguradora aciona uma Empresa terceirizada, denominada Reguladora de Sinistros, que solicita a documentação padrão ao Segurado para compor o processo e posterior envio à Seguradora. O grande problema é a terceirização realizada pela Seguradora à Reguladora que pode não cumprir com suas tarefas e atrasar todo o processo sem que a Seguradora verifique se esta cumpre com o contratado, ficando o Segurado prejudicado na morosidade do processo de indenização. Pode ocorrer vários problemas como o desvio de informação ou solicitação incabível, onde a Reguladora pode solicitar documentos desnecessários ou que não são inerentes a aquele tipo de evento ocasionado no sinistro, deixando o processo paralisado por documentação imprópria. Essa questão é extremamente difícil de ser resolvida devido a dificuldade da Seguradora em admitir a falha em sua terceirização e pelo motivo que é objeto desta pesquisa, o cálculo da judicialização dos processos administrativos das Seguradoras e sua compensação financeira, em que o bem jurídico está abaixo do lucro superestimado pelas Companhias Seguradoras. Após o envio da documentação para a Reguladora, esta confere a documentação e envia para o Analista de Sinistro da Seguradora ir analisar o evento e os documentos recebidos. Após esta análise, o profissional aciona um perito especializado que é funcionário da Seguradora para poder detalhar melhor o evento e verificar sua veracidade “in loco”, que é a 2ª fase. Nesta etapa, o perito faz o levantamento correto do evento ocorrido, colhendo as informações e documentos necessários para que o Analista possa verificar de uma forma mais clara a solicitação de indenização e com isto poder finalizar o processo de sinistro indenizando ou não o Segurado.

Palavras-chave: SINISTRO, TERCEIRIZAÇÃO, SEGURO

A CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIREITO CIVIL E A PROPRIEDADE PRIVADA

RENATO OLIVEIRA SÍMARO NOVAES, renatonovaes@live.com

LUIS ALBERTO TEIXEIRA, luisalbertoteixeira@yahoo.com.br

Libertas – Faculdades Integradas

RESUMO

O Código Civil de 1916, em razão de seu momento histórico, buscava proteger os direitos e liberdades do indivíduo de maneira plena e absoluta, sob o princípio do liberalismo econômico e contra as ingerências do Estado na propriedade privada. O interesse dos Códigos Civis pelo mundo sempre adveio da égide em regular a atuação dos sujeitos de direito em todas as suas proposituras, as vantagens do contratante, os proprietários, os cônjuges e demais interessados. O direito evolui conforme a sociedade que o regula também se desenvolve. E a Constitucionalização do Código Civil de 2002 significa uma visão holística a respeito do Direito Civil sob a influência da Constituição Federal de 1988 – CF88 e congruente aos demais Códigos e normas do sistema jurídico atual. Seu conceito partiu de uma releitura da Constituição Federal como supremacia na hierarquia das fontes do direito sob pena de reconhecer a inconstitucionalidade de tudo aquilo que não estiver sob obediência de seu texto e princípios. A Constituição não mais se restringe apenas a cuidar da organização política e administrativa do Estado, uma vez que passou a vigorar a cidadania como elemento propulsor a qualquer atividade, inclusive nas relações privadas. Para Luís Roberto Barroso é como se tivesse descoberto o óbvio após uma longa procura. (BARROSO, 2009. p. 10) O Direito Civil alterou a interpretação de seus institutos jurídicos como o direito da propriedade e o contrato. Passou a prevalecer uma forma dinâmica para se pactuar acordos, de forma que aplicando-se o Direito Civil nas relações, elas deverão estar em consonância com a CF88 e com as demais normas vigentes, modificando se preciso for sua abrangência e consequências, tendo como elemento fundamental o respeito a Dignidade da Pessoa Humana, estampado na CF88 em seu artigo 1º, inciso III. Na celebração de contrato de compra e venda, por exemplo, as partes que celebrarem acordos que extrapolem limites subjetivos, deverão, a partir deste conceito da Constitucionalização do Direito Civil, retratarem as cláusulas abusivas pelo princípio da boa-fé objetiva. A Constitucionalização do Direito Civil diz ainda que só existe propriedade privada, quando ela exercer a sua função social, e para o civilista Aldemiro Rezende Dantas Junior: “a função social não é apenas um limite ao direito de propriedade, mas integra o próprio conteúdo desse direito”. (DANTAS JUNIOR, 2007. p. 46)

Palavras-chave: *Direito Civil, Constitucionalização, Dignidade da Pessoa Humana*

APLICAÇÃO DA LEI Nº 12.318 DE 26 DE AGOSTO DE 2010 NO JUDICIÁRIO BRASILEIRO

CRISTIANE RODRIGUES CAIXETA, crisrodriguesc@hotmail.com

FERNANDA FRANCISCO PETRONILHO, fernandapetronilho@outlook.com

FLÁVIO AUGUSTO MARETTI SGRILLI SIQUEIRA, flavioaugustos@yahoo.com.br

Libertas – Faculdades Integradas

RESUMO

A família é o primeiro e mais importante núcleo social do indivíduo, sendo ela a responsável pelos cuidados e ensinamentos elementares, de modo que, deve ser harmonizada da melhor maneira possível para o bom desenvolvimento dos filhos. Todavia, existe um fenômeno conhecido por alienação parental, situação em que este cuidado e responsabilidade para com o menor não é respeitado, momento em que cabe ao Estado intervir para garantir que os direitos sejam garantidos. Observando-se a relevância do assunto, bem como as discussões existentes acerca do mesmo, buscou-se, abordar o contexto histórico de família, bem como apresentar a Lei da Alienação Parental. Diante do exposto e do atual cenário do Judiciário, que cada vez mais é procurado para resolver questões familiares, temos a lei 12.318 de 26 de agosto de 2010 que dispõe sobre o fenômeno da alienação parental, buscando proteger o interesse dos menores vulneráveis a possível desejo de vingança de seus genitores para com o outro. A alienação parental trata-se, em suma, da manipulação de um menor, por parte de seu responsável, a fim de romper os laços com o outro genitor, prejudicando a convivência familiar e bem-estar de todos. Um dos genitores busca através dos filhos proteger sua autoestima, em sua maioria, movidos pelo sentimento de vingança, afastando-os do outro de qualquer maneira. Conclui-se que a prevalência da lei é importante uma vez que, tutela e garante o bem-estar do menor e sua família, pois além de elencar os possíveis meios de alienação, dispõe sobre eventuais maneiras de reversão, tratamento e cuidado da família como um todo. Cumpre aos profissionais cada vez mais se aperfeiçoarem e pesquisarem sobre o tema, para que seja possível detectar a síndrome com maior facilidade e perfeição. A lei desperta sensação de segurança ao genitor alienado e consequentemente ao menor violentado, ao passo que, os problemas em sua aplicação devem ser resolvidos na prática, como mencionado, com melhor preparação dos profissionais envolvidos no procedimento de identificação e combate da alienação, bem como, com enfoque e dedicação à real solução do problema de modo a não afetar ou buscar reverter a situação da família atingida, preservando os direitos fundamentais.

Palavras-chave: *Alienação parental, Aplicabilidade, Efetividade*

A ASCENSÃO DA MULHER NOS QUADROS DA POLÍCIA CIVIL BRASILEIRA

SARA ALVES MEDEIROS, saratiptop@outlook.com

BRUNA BORGES HEBLING, bruna.hebling2@hotmail.com

MICHELE CIA, michelecia@libertas.edu.br

Libertas – Faculdades Integradas

RESUMO

Introdução:

A mulher durante muito tempo nasceu designada a exercer seu papel de esposa, mãe e doméstica. Com a chegada da modernidade, da luta feminista e principalmente da ascensão do matriarcado elas conquistaram seu espaço. Mesmo trabalhando em um universo hegemônico machista, elas têm quebrado barreiras culturais na classe do seu ofício e fazem valer suas escolhas profissionais. As mulheres já fazem parte dos quadros policiais há cerca de 64 anos, mas de pouco tempo pra cá que seu espaço tem sido respeitado. Antes, contratadas apenas para exercer cargos administrativos, foram ganhando as ruas e principalmente o respeito dentro das corporações. Com sua melhor capacidade de comunicação, e suas técnicas de convencimento, conseguem se relacionar de forma mais humana com a população. Em muitos estados ainda vemos legislações que limitam o ingresso de mulheres nas organizações policiais, mas quando focamos na Polícia Civil/MG onde as vagas são livres notamos que o número de mulheres vem crescendo muito. Concursos para o cargo de Investigador: Ano 2008 – 964 convocados, entre eles 114 mulheres. Ano 2014 – 2.327 convocados, entre eles 1.058 mulheres. A restrição já vivida pelas mulheres na carreira policial lhes despertou para lutar por igualdade e maior participação dentro das corporações. Temos a plena convicção de que a luta é árdua, e o número de homens integrando os cargos dessa profissão ainda são muito superiores, porém a ascensão da mulher em áreas antes dominadas exclusivamente por homens é extremamente importante para que tenhamos a certeza de que a união das mulheres para construir seu espaço não foi e jamais será em vão. Conclusão: Para que uma mudança maior aconteça devemos desconstruir praticas que diferenciem papéis femininos de masculinos, pois essa diferenciação causa dificuldades na ascensão da mulher em todas as áreas. Metodologia: A pesquisa é exploratória e bibliográfica, e a abordagem do problema é qualitativa. No desenvolvimento foi usado o método dialético, para analisar a realidade da mulher dentro das forças policiais, com o objetivo de explorar um tema pouco conhecido.

Referências:

- FONTENELE-MOURÃO, T. M. (2006). Mulheres no Topo de Carreira: flexibilidade e persistência. Brasília, DF, Brasil: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.
- CAMBOTA, J. N.; PONTES, P. A. (2006). Discriminação por gênero Intra-Ocupações no Brasil, Em 2004. XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambu - MG - Brasil.

Palavras-chave: *Direito Constitucional, Polícia Civil, Ascensão da Mulher*

A VISITA ÍNTIMA NA PENITENCIÁRIA FEMININA

LAURA MENOSSI DE SOUZA, lauramenossi@hotmail.com

ANA CAROLINA DE MORAIS COLOMBAROLI, c.colombaroli@gmail.com

Libertas – Faculdades Integradas

RESUMO

O sistema carcerário brasileiro é reputado não só pela sua superlotação, como também pela deficiência em relação à ressocialização dos detentos e a saúde dos presos. Na prática e na realidade os sistemas prisionais ferem gravemente os direitos prescritos na Constituição Federal, as condições carcerárias proferidas pela ONU, entre outros. A população carcerária feminina no Brasil é uma das maiores do mundo. De acordo com um estudo realizado, a Diretoria de Análise de Políticas Públicas da Fundação Getúlio Vargas (Dapp/FGV), apurou-se que entre 2000 e 2016 a população carcerária feminina aumentou 567%. A visita íntima foi regulamentada para as mulheres brasileiras encarceradas em 1999, enquanto que para os homens é permitida há quase um século. Sendo que, de modo geral, em algumas penitenciárias femininas a visita íntima ainda não é concedida, e quando aderida, segue uma série de trâmites e restrições, dificultando-a. O que se discute é o que levam as mulheres a se submeterem a essa situação, tendo em vista a precariedade das visitas íntimas em comparação com as visitas nas penitenciárias masculinas. Além disso, a realidade nua e crua dessas visitas, como são procedidas e como ficam os direitos das mulheres em relação à sexualidade, aos direitos fundamentais das mulheres e ao princípio da igualdade entre os sexos. Em 2005, a Sra. Maria da Penha Risola Dias, 62, funcionária há alguns anos da Penitenciária Feminina da Capital, informou ao Jornal Folha de São Paulo que “O primeiro motivo pelo qual a íntima no presídio feminino não "pegou" confirma um (pré)conceito de gênero: "Maridos não são solidários, como mulheres. Eles as abandonam muito mais facilmente. A maior parte que vem visitar as presas são mães, irmãs, filhos".” Portanto, verifica-se a relação da mulher com o cárcere, os direitos fundamentais das mulheres, o direito à sexualidade e à visita íntima, o princípio da igualdade entre os sexos e em quais condições são ocorridas as visitas íntimas dentro das penitenciárias femininas e quais são as maiores diferenças entre os presídios masculinos e femininos diante dessa situação.

Palavras-chave: *penitenciária feminina, visita íntima, direito das mulheres*

O INGRESSO DE MULHERES NO TRÁFICO DE DROGAS

ELISA TEÓFILO GONÇALVES, elisateofilio@hotmail.com

ANA CAROLINA DE MORAIS COLOMBAROLI, c.colombaroli@gmail.com

Libertas – Faculdades Integradas

RESUMO

Ao desenvolver a presente pesquisa buscamos analisar e abordar acerca do ingresso das mulheres no tráfico de drogas. Nossa abordagem se dá acerca dos aspectos e motivos que levam tantas mulheres a recorrer ao crime do tráfico de drogas, seja em busca de renda ou sustento de seus familiares, seja em “fidelidade” ao seu parceiro, ou até mesmo, buscando-se “status” no mundo do crime. Quando pensamos no tráfico de drogas e nos ocupantes desta cadeia, em primeiro momento temos a imagem masculina em mente, pois são aqueles que atualmente dominam este meio. Porém, com o grande aumento da criminalidade e da inserção das drogas nos dias atuais, é possível se ver que, o papel ou posto que antes eram ocupados apenas por homens, vem sendo agora ocupado também por mulheres. Desta forma, muitas das que ingressam neste meio são esposas, filhas, e segundo os dados do INFOPEN de 2017 de mulheres presas “a maior parte delas, 28,9% possuem um filho, acompanhado de 28,7% com dois filhos e 21,7% com três filhos”, ou seja, qual o motivo deste ingresso no crime, e em especial no crime de tráfico de drogas. As estatísticas do INFOPEN de junho de 2017 também trazem dados que “ao compararmos a distribuição entre homens e mulheres, destaca-se a maior frequência de crimes ligados ao tráfico de drogas entre as mulheres”, e gráficos onde mostram que das mulheres privadas de liberdade, 0,06% são por receptação qualificada, 0,11% por violência doméstica, 0,98% por porte ilegal de arma, 1,67% por receptação, 1,87% por latrocínio, 1,69% por quadrilha ou bando, 4,96% por furto, 8,47% por homicídio, 15,72% por roubo e por último, com a maior porcentagem e que é o objeto de estudo vem as mulheres presas pelo tráfico de drogas que assumem 64,48%, segundo dados de dois anos atrás, o que nos leva a pensar que está porcentagem possa ter crescido consideravelmente. Portanto, pode-se ver que, as mulheres têm tomado posições que antes eram de grande repúdio, assim como, crime que antes eram tidos como “delitos femininos” dentre eles infanticídio, aborto, homicídio passional, hoje já não mais se encaixam, sendo nítida a considerável predominância de mulheres envolvidas na tipificação do tráfico de drogas frente a outros crimes, e na luta pela “sobrevivência” do mundo atual acabam tendo atitudes que ameaçam sua liberdade, seja pela família ou até mesmo por si própria.

Palavras-chave: *Mulheres, Trafico de drogas, Penitenciárias*

A POLÊMICA DO RESSARCIMENTO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO CONCEDIDO EM CARÁTER DE TUTELA PROVISÓRIA

IZABELA ANDRÉ DOS SANTOS, izabela_star@hotmail.com

MARCO CESAR DE CARVALHO, marcocesar_cdo@hotmail.com

Libertas – Faculdades Integradas

RESUMO

O presente trabalho visa a analisar o ressarcimento de benefício previdenciário, podemos afirmar a plena possibilidade de sua revogação em decorrência de alterações no que tange à saúde dos respectivos beneficiários ou erro administrativo, sendo discutível a viabilidade jurídica de restituição dos valores recebidos. Em determinadas situações em que o recebimento decorre de decisão judicial posteriormente reformada em grau recursal, prevalece o entendimento da viabilidade da restituição, enquanto que se houver confirmação em grau recursal, porém ainda se discute a problemática em sede de ação rescisória cuja decisão irrecorrível reverta a concessão do benefício, não haverá viabilidade de restituição frente à incorporação patrimonial do beneficiário. Entretanto, polêmica a situação em que os benefícios previdenciários concedidos em sede de tutela provisória deixam de existir em havendo decisão final e impossibilidade material de restituição afigurado seu caráter alimentar, uma vez presente o requisito da boa-fé. Entretanto há decisões que entendem ser devida a restituição desses valores, por se tratar de tutela provisória, a qual tem caráter de reversibilidade sendo este o critério para sua concessão, não sendo possível de alegação de boa-fé tendo por premissa a natureza precária da medida concessiva. O Supremo Tribunal de Justiça entende ser devida a restituição desses valores, por se tratar de tutela provisória, a qual tem caráter de reversibilidade sendo este o critério para sua concessão. Não há possibilidade de alegação de boa-fé tendo por premissa a natureza precária da medida concessiva, nesse contexto a primeira seção do STJ argumentou que a administração em nenhum momento agiu de má-fé para gerar falsa expectativa de ser definitiva o direito pleiteado, utilizando-se de entendimento diverso contrariaria os princípios da tutela antecipatória exatamente por ter como requisito não conter perigo de irreversibilidade. Ainda não se tem uma decisão pacificada do assunto, o STJ determinou a suspensão da questão de ordem para revisão do entendimento firmado no tema repetitivo 692/STJ e, por unanimidade, em virtude de decisão judicial precária, que venha a ser posteriormente revogada.

Palavras-chave: *benefícios previdenciários, tutela provisória, revogação*

ACORDO DE COLABORACAO E LAWFER

MARNIELI MARIA DUARTE PIMENTA, marnieliduarte@yahoo.com

FLÁVIO AUGUSTO MARETTI SGRILLI SIQUEIRA, flavioaugustos@yahoo.com.br

Libertas – Faculdades Integradas

RESUMO

A corrupção no Brasil não é algo exclusivo dos tempos atuais como pode parecer pela evidência dada pelos diversos meios de comunicação e mídia diariamente. O que na verdade ocorre é que os meios corruptivos já são adotados desde a colonização portuguesa, em que uma corte oferecia vantagens em troca de nobres para povoar as novas terras descobertas. Seguindo o que se tornou costume dentro das fronteiras brasileiras, com o intuito de exterminar tais práticas corruptivas, entra em jogo a ditadura. Foi uma época de fraudes terríveis, em que se forjava mortes naturais, mas que na verdade ocorreram em detrimento de torturas e atos de extrema crueldade. Estes atos que por vezes não parecem ter a devida dimensão, por mais que tenham sido averiguados, incentivaram, de certa forma, a conduta de vários outros delitos, que foram cada vez se tornando maiores, mais frequentes e vistos como métodos de espertalhões e se caracterizando como o jeitinho brasileiro tão comentado cotidianamente. Dessa forma, a corrupção foi se institucionalizando de tal forma como vemos hoje. Nesse diapasão, temos que a colaboração premiada é um dos temas inovadores recentes e muito discutido por sua falta de constitucionalidade ou inconstitucionalidade, e com isso temos a crescente imposição pela acusação de forçar acordos, tornando cada vez mais ilegítimo. Desse cenário surge a Lawfare, uma guerra na lei, onde torna muito mais fácil para a acusação prender o delatado, para forçar uma delação sobre um delito cometido ou tenha conhecimento, não se sabendo até qual ponto é verdade. Concluimos que a delação premiada consiste em revelar, entregar, incriminar outrem e ser bonificado por tal atitude, podendo ser entendida como uma vantagem a um corréu no processo criminal, podendo com sua colaboração obter redução de pena ou até mesmo a isenção. Porém a busca pelo aperfeiçoamento do processo legislativo é algo de fato, louvável, desde que respeitada a Constituição e os princípios legais que norteiam a nação, e a delação premiada esta muito longe de ser um aperfeiçoamento, tão pouco respeita os direitos, princípios de garantias constitucionais, se comportando aparentemente, como um instrumento de legitimação de um Estado eminentemente policial. Mas de qualquer forma, o instituto da delação premiada não deve ser banalizado, porém, devem ser respeitados os limites restritos de aplicação, limites que precisam de regramento específico, definindo-se as competências e o alcance do instituto.

Palavras-chave: *acordo de colaboração, lawfer, corrupção*

O BITCOIN E SEU ESTUDO JURÍDICO.

BRUNO MELO BORGES, brunombborgess@gmail.com

LUIS ALBERTO TEIXEIRA, luisalbertoteixeira@yahoo.com.br

Libertas – Faculdades Integradas

RESUMO

Desde os primórdios do homem, sempre ocorreram transformações e descobertas, todas sob a ação humana. Tais descobertas ocorreram para revolucionar a história da humanidade. Hoje a moeda pode ser física, como no caso do papel moeda, pode ser eletrônica, no caso dos cartões magnéticos e virtual, que é o caso do Bitcoin. Segundo Urilchi: “Bitcoin é uma forma de dinheiro, assim como o real, o dólar ou euro, com a diferença de ser puramente digital e não ser emitido por nenhum governo”. A moeda Bitcoin é um programa de código aberto que forma uma rede peer-to-peer (ponto a ponto). A tecnologia Blockchain, que está por trás da criptomoeda Bitcoin, veio para resolver o problema de necessitar de um terceiro para que haja as transações financeiras, estes terceiros são instituições financeiras que registram essas negociações, evitando que a mesma operação ocorra duas vezes, o Bitcoin não necessita de um terceiro, então ele acaba com o gasto duplo. A definição jurídica de moeda eletrônica está prevista na Lei 12.865 de 2013. Consiste nos “recursos armazenados em dispositivo ou sistema eletrônico que permitem ao usuário final efetuar transação de pagamento”, como dispõe o art. 6º, item VI da referida lei. Bitcoin é um bem móvel incorpóreo que é utilizado na troca de bens e serviços. Não deve ser considerado como um título de crédito eletrônico, pois não possui os seus requisitos de criação e circulação. Muito menos como moeda, pois a moeda, em cada jurisdição, é definida por força de lei, sendo prerrogativa exclusiva da união. O Bitcoin se enquadra também como um contrato de troca ou permuta.

Palavras-chave: *Bitcoin, Jurídico, Estudo*

A INCONSTITUCIONALIDADE DO ESTATUTO DO DESARMAMENTO

FERNANDO JOSÉ GEREMIAS, fernandogeremias40@hotmail.com

MESSIAS MARTINS ALVES, messiasmartins79@gmail.com

MICHELE CIA, michelecia@libertas.edu.br

Libertas – Faculdades Integradas

RESUMO

O tema arma de fogo sempre foi objeto de lei especial no direito brasileiro, visto que nunca houve a previsão de delitos envolvendo armas de fogo no Código Penal. Em um primeiro momento, o tema foi regulado pela lei 9.437/97, a antiga lei de armas, que trazia um rol de infrações penais e requisitos para a obtenção de porte para arma de fogo. Posteriormente, essa lei foi revogada pela lei 10.826/03, que é o popular Estatuto do Desarmamento. O Estatuto do Desarmamento nasceu dotado de inconstitucionalidade formal, uma vez que foi elaborado por autoridade incompetente, e material, isto, diante da inobservância e ausência de preenchimento dos princípios e normas constitucionais. Não obstante, em 2007, através da ADI 3.112-1, o STF declarou a inconstitucionalidade dos artigos 21 e dos parágrafos únicos dos artigos 14 e 15 do Estatuto do Desarmamento, acolhendo o entendimento do Ministério Público Federal, que alegou que estes delitos constituem crimes de mera conduta e por mais que diminuam o índice de segurança coletiva não podem ser equiparados com crimes hediondos por não fomentarem ameaça ou lesão a vida e ao patrimônio. Estes últimos foram declarados inconstitucionais ao argumento de que todas as hipóteses de inafiançabilidade da legislação penal brasileira estão previstas no art. 5º da Constituição Federal, e como o Estatuto do Desarmamento está contemplado na Carta Magna, há uma restrição da esfera de direitos do acusado em descompasso com o texto constitucional, logo, não é possível aumentar as hipóteses de inafiançabilidade sem que haja codificação constitucional, sendo que, se a lei ultrapassar esses limites, ela o faz de modo inconstitucional. Já o art. 21, que veda a liberdade provisória nos crimes de porte ilegal de arma de uso restrito, comércio e tráfico internacional de armas, teve sua inconstitucionalidade declarada pois, pela maioria dos votos, foi considerado que o dispositivo vai de encontro aos princípios da presunção de inocência, devido processo legal, ampla defesa e contraditório. Assim, temos que diante do aumento da criminalidade e do crime organizado, a garantia da segurança pública passou a constituir uma das atribuições prioritárias do Estado e, embora a interdição à liberdade provisória tenha sido estabelecida para crimes de suma gravidade, com elevado potencial de risco para a sociedade, o texto constitucional não autoriza a prisão ex lege automática, em face do princípio da presunção de inocência. A prisão obrigatória, de resto, fere os princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório.

Palavras-chave: *inconstitucionalidade, estatuto do desarmamento, princípios*

A DITADURA DA BELEZA IMPOSTA ÀS MULHERES COMO FORMA DE VIOLAÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS

CAMILA MARIANA SOUSA, camilambsousa@outlook.com

MARIA VITORIA FERREIRA, Mariavferreirassp2017@yahoo.com

ANDRE DE PAIVA BONILLO FERNANDES, andrefernandes@libertas.edu.br

MICHELE CIA, michelecia@libertas.edu.br

Libertas – Faculdades Integradas

RESUMO

CONTEXTUALIZAÇÃO: Refletir sobre a beleza ou sobre o que é belo gera fortes discussões. Essa valorização surge e acontece desde os primórdios, durante o século XIX, por exemplo, as mulheres curvilíneas eram associadas ao ideal máximo de beleza, pois vinculavam esses adjetivos à saúde e fertilidade, contudo, com o tempo esses moldes foram alterados, e assim até hoje, conforme as diferentes tendências surgem, criam-se também novos padrões e estes são estabelecidos. A grande questão está além da satisfação em se enquadrar nas imposições, mas os malefícios causados as mulheres que não se adequam a este, e por isso, sofrem danos psicológicos, além de desencadear diversos transtornos, pela apreensão em não pertencer ao estereótipo, o que se trata de uma grave violação aos Tratados de Direitos Humanos. **PROBLEMA DA PESQUISA:** Consoante ao art. 1º da Convenção Interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher (Convenção do Belém do Pará) de 1994 entendem-se como forma de violência contra a mulher "qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher", valendo-se considerar essas situações como um ato violento, pois representam uma forma de violência degradante e subordinatória. Entre os direitos elencados por tal convenção, no art. 6º, b, consta o "direito da mulher a ser valorizada e educada livre de padrões estereotipados de comportamento e costumes sociais e culturais baseados em conceito de inferioridade ou subordinação", portanto torna-se clara tal violação. **METODOLOGIA:** Para o desenvolvimento deste trabalho foi utilizado o método dialético bem como pesquisas bibliográficas sobre o assunto, levantamento de livros, Leis e Tratados com intuito de haver a devida apropriação do tema. Além disso, a pesquisa tem caráter qualitativo e explicativo, pois procura compreender livre de quantidades como resultado, o comportamento da sociedade para com a temática levantada. **RESULTADO:** Têm-se clara a forma com que a imposição de um ideal estético tem papel prejudicial a integridade feminina, portanto, depreende-se que, é necessária a fomentação de políticas públicas que tutelem devidamente a figura destas, além do incentivo a valorização da singularidade, com intuito de zelar pela saúde física e psicológica das mulheres, consoante a uma melhor coerção da Legislação já vigente que não produz os efeitos que prescreve.

Palavras-chave: *Direitos Humanos, Violência de gênero, Feminismo*

MÉTODOS NÃO ADVERSARIAIS E A PROTELAÇÃO RECURSAL COMO DESESTIMULO A CONCILIAÇÃO.

LUANA DE MATTOS FORTE, luanaforte_@hotmail.com

RENATO MARINZECK DA SILVA, marinzeck2006@hotmail.com

Libertas – Faculdades Integradas

RESUMO

Introdução: Após a entrada em vigor, em março de 2016, do novo Código Processual Cível, normatizou necessária a audiência de conciliação e mediação antes mesmo da apresentação da defesa da parte ré, para honrar com princípios como o da celeridade, razoabilidade e economia processual, e também pela eficácia para com o desafogamento no poder judiciário, principalmente nos Juizados Especiais Cíveis. Ainda, temos como dificuldade nos tribunais, a impetração recursal, utilizada de forma protelatória, que atinge e desvaloriza a conciliação em primeira instância e, conseqüentemente, fere o princípio da celeridade processual. **Objetivos:** Este trabalho apresenta como objetivo, apontar, que é de extrema importância nos Juizados Especiais Cíveis, a etapa conciliatória, justamente, como medida de celeridade, ou para extinção de litígios com menor potencial prejuízo a sociedade. **Metodologia:** A respeito dos princípios narrados no trabalho em questão foi utilizado livros de direito constitucional de Paulo Bonavides, José Joaquim Gomes e Gilmar Mendes. Para os métodos alternativos de solução de conflitos foi utilizado o artigo de Roberto Antônio Darós Malaquias, para caracterizar e dar sentido aos conceitos de arbitragem, conciliação e mediação no Novo Código de Processo Civil. **Resultados:** Como resultado da pesquisa, teremos como objetivo, comprovar e explicar que o tema em questão é primordial para a solução de conflitos e determinar que a protelação recursal atinge direta e indiretamente os acordos e conseqüentemente as audiências de conciliação, ou até mesmo desvaloriza sentença proferida pelo juiz de direito em primeira instância. **Conclusões:** Desta forma, e com toda essa análise e desenvolvimento, poderia ter como conclusão que os métodos não adversariais são importantes para a solução de conflitos e que a impetração recursal atinge e protela a solução do conflito proposta legalmente na conciliação em primeira instância.

Palavras-chave: *Solução de conflitos, Recurso, Juizado Especial*

COMPLIANCE AMBIENTAL E SUA IMPORTÂNCIA NAS ORGANIZAÇÕES CORPORATIVAS

FERNANDO JOSÉ GEREMIAS, fernandogeremias40@gmail.com

MESSIAS MARTINS ALVES, messiasmartins79@gmail.com

MARCO AURÉLIO PIERI ZEFERINO, marcoadv8@hotmail.com

Libertas – Faculdades Integradas

RESUMO

Desde o advento da crise global do capitalismo, em 2008, a atividade econômica tem sido exposta, e, a partir desse momento, restou claro os riscos que ela suporta devido a sua desregulamentação. Os impactos somente puderam ser coibidos através da intervenção do Estado, por meio da inserção do erário público na economia privada. Nesse contexto, surge a dúvida quanto ao papel do Estado sobre a economia, uma vez que, em se tratando da sociedade capitalista atual, não raras vezes há total separação entre os interesses dos proprietários das empresas e os seus gestores, o que não é apropriado, visto que se mostra totalmente necessária a transparência entre os agentes da estrutura empresarial como um todo. Nesse cenário, surge o compliance, que objetiva assegurar as boas práticas de governança corporativa através de um conjunto de regras e procedimentos éticos e legais, orientando o comportamento da instituição no mercado em que atua, bem como a atitude dos seus funcionários. Com a sua implantação e funcionamento de forma efetiva, a empresa tende a obter mais confiança dos investidores e maior credibilidade no mercado. O compliance pode ser entendido como uma espécie de autorregulação regulada, considerando que o Estado supera sua postura repressora, e passa a impor obrigações organizacionais, que precisam ser implementadas e cumpridas fielmente, visando a prevenção de condutas criminosas ou antiéticas. Todavia, apesar do comando imperativo, prevalece a crença de que o custo de cumprir padrões elevados de gestão de riscos é altamente elevado, fazendo com que muitos gestores prefiram pagar as multas do que fazer investimentos em segurança e sustentabilidade adequados. Temos que apesar das multas serem limitadas pela legislação em vigor, os custos gerados por eventuais tragédias ambientais não se limitam às multas, pois a legislação brasileira impõe aos responsáveis o dever de reparar os danos causados independentemente do pagamento de multas e de outras sanções administrativas. Importante ressaltar que o valor dessas indenizações pode ser muito superior ao ativo da empresa, o que pode ensejar a responsabilização civil de agentes que participaram da cadeia logística em questão e que lucraram de alguma forma com essa atividade. Por todo o exposto, é impossível visualizar qualquer tipo de organização sem regulamentação, visto que um compliance ambiental e regulatório realmente efetivo é essencial à continuidade dos negócios, visto que atua de forma preventiva.

Palavras-chave: *compliance, organização corporativa, regulamentação*

O TRÁFICO DE ÓRGÃOS NO BRASIL: EXPECTATIVA X REALIDADE

TEREZA CRISTIANE DE JESUS, terezacristiane1@bol.com.br

FLÁVIO AUGUSTO MARETTI SGRILLI SIQUEIRA, flavioaugustos@yahoo.com.br

Libertas – Faculdades Integradas

RESUMO

O tráfico de órgãos no Brasil é uma realidade desde que a tecnologia de transplantes se tornou uma possibilidade. Se de um lado há uma demanda crescente de pacientes de outro existe a escassez de órgãos, fato que alimenta silenciosamente este crime invisível. A comercialização de órgãos no Brasil é crime previsto pela Lei 9434/97. Ao tratar da disponibilidade de partes do corpo humano diante do direito à vida, o constitucionalista José Afonso da Silva assim se expressou: “É que a vida, além de ser um direito fundamental do indivíduo, é também um interesse que, não só ao Estado, mas à própria Humanidade, em função de sua conservação, cabe preservar. Do mesmo modo que a ninguém é legítimo alienar outros direitos fundamentais, como a liberdade, por exemplo, também não se lhe admite alienar a própria vida, em nenhuma de suas dimensões.”(DA SILVA, 2004, p.199) Neste sentido, o transplante de órgãos humanos no Brasil é permitido pelo princípio da solidariedade humana, de forma gratuita e em conformidade com a Lei cujo objetivo não é a remuneração tampouco a comercialização de partes humanas e sim a priorização da necessidade da doação solidária assegurada os seus direitos fundamentais. É importante que metas sejam traçadas a visar a proteção dos transplantes de órgãos no Brasil e que haja estímulo das autoridades públicas objetivando a criação de mecanismos eficientes para combater o tráfico de órgãos, bem como divulgação ampla de informações à sociedade, cumprimento dos direitos humanos e o combate à violação da integridade física de populações vulneráveis à má condição de vida educacional e social.

Palavras-chave: *Tráfico de órgãos, Lei 9434/97, doação de órgãos.*

COMMERCIAL PAPERS: ALTERNATIVA À EXPANSÃO NO MERCADO DE CAPITAIS

CAMILA DE OLIVEIRA LOPES, camilalopesjacui@yahoo.com

JÉSSICA MARIAN BARBOSA, marian.jessica03@gmail.com

MARCO AURÉLIO PIERI ZEFERINO, marcoadv8@hotmail.com

Libertas – Faculdades Integradas

RESUMO

O mercado de capitais no Brasil passa por inúmeras transformações e devido à crescente globalização da economia, que alcança variados setores da atividade humana, faz-se necessário o implemento de medidas que acarretem maior facilidade nas aplicações, investimentos de capital e captação de recursos, tendo em vista as demandas políticas e sociais. Verifica-se que as alternativas de operação de empréstimo envolvendo sociedades empresárias tornam-se extremamente onerosas, em razão da intermediação financeira bancária, que aplica juros exorbitantes. Destarte, destaca-se o título de crédito intitulado Commercial Paper, cuja expansão se deu com base no livre mercado e possibilita a transmissão mais célere de informações e a realização direta das operações. Contudo, referida medida encontra emperecimento por não possuir garantia real, sendo uma relação de mera confiança, além disso, desenvolveu-se um estereótipo no qual as operações de participação, cujo leque restringe-se a determinadas instituições financeiras e sociedades empresárias devidamente registradas na Comissão de Valores Mobiliários, estariam concorrendo com empréstimos convencionais. Pela observação dos aspectos analisados e considerando a facilidade de acesso a recursos de custos inferiores, a flexibilidade e independência nas negociações, bem como o desafogo e agilidade nas transações, torna-se mister a execução de modificações jurídicas e operacionais para que ocorra sua consolidação, de modo a incluir um maior número de investidores, visando, principalmente, suprir capitais a curto prazo.

Palavras-chave: *commercial paper, sociedades empresárias, mercado de capitais*

AS CONSEQUÊNCIAS CÍVEIS DA ALIENAÇÃO PARENTAL E O IMPACTO PSICOLÓGICO CAUSADO NAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES.

JÚLIA OLIVEIRA FIGUEIREDO, juliaofigueiredo@outlook.com

MARCELO AUGUSTO SOARES CAMARGO DE OLIVEIRA,
marcelo_ascoliveira@hotmail.com

LUIZ FERNANDO PIMENTA GIL, fernandopgil@uol.com.br

MICHELA CIA, michelecia@libertas.edu.br

Libertas – Faculdades Integradas

RESUMO

Richard Gardner foi o 1º psiquiatra a definir a SAP (síndrome da alienação parental) como um distúrbio infantil que se manifesta por meio de uma campanha de difamação em que um dos genitores incentiva a criança, somada à colaboração desta, a difamar e rejeitar o outro responsável, sem justificativa. Alguns dos sintomas são: campanha de difamação, presença de argumentos emprestados e racionalizações pouco consistentes. Surgem juntos, especialmente em menores de idade cujos pais estão em litígio conjugal. A lei de alienação parental nº 12.318 surgiu em 2010. O 1º caso chegou ao STJ em 2008. É essencial ressaltar que o alienador não fica restrito à figura dos genitores, incluem - se avós e aqueles que tenham o menor sob a sua autoridade, guarda ou vigilância. Essa alienação causa sérias consequências na criança e no adolescente, como: a extinção da relação com o genitor alienado e distúrbios psiquiátricos futuros, levando a depressão, ansiedade e até mesmo ao suicídio. A lei é de extrema importância para protegê-los, mas atualmente cogita-se sua revogação, PLS nº 498/2018, em razão de uso de má fé, despreparo técnico dos profissionais da área, por colocar em questão a proteção do menor alienado e por dúvidas quanto ao resultado final. Para obter resultados confiáveis é preciso melhorar a perícia psicológica, biopsicossocial e do corpo da vítima e capacitação de profissionais da área. É fundamental que os psicólogos aos quais são encaminhados os pedidos de avaliação de alienação parental examinem de forma crítica, buscando compreender o contexto social e histórico em que elas se inserem. OBJETIVO: Evidenciar a importância da lei de alienação parental nº 12.318/10 para proteger crianças e adolescentes, principalmente de futuros transtornos psicológicos que poderão levar ao suicídio. Rebater argumentos impostos para a revogação da lei, utilizando de métodos que comprovem a necessidade da existência desta para proteger psicologicamente crianças e adolescentes. METODOLOGIA: A metodologia utilizada no seguinte trabalho é bibliográfica, com intuito de levantar dados de crianças e adolescentes que sofrem direta ou indiretamente com a alienação parental. Rebater o argumento de revogação da lei, provando-a necessária através de pesquisa quali-quantitativa realizada com menores por um ano, mediante análise de banco de questões e provando que há número significativo de pessoas que sofrem ou sofreram a alienação e possuem distúrbio psiquiátrico.

Palavras-chave: *Direitos humanos., Direito Civil., Alienação Parental*

DO CABIMENTO DE PERÍCIAS COMPLEXAS NO ÂMBITO DO JUIZADO ESPECIAL

JESSICA CAMILA GEREMIAS, jessica_geremias@hotmail.com

RENATO MARINZECK DA SILVA, marinzeck.silva@hotmail.com

Libertas – Faculdades Integradas

RESUMO

Em meados de 1995, com a carência de uma lei que regulamentasse crimes de menor potencial ofensivo e de menor complexidade, tendo em vista a celeridade na resolução desses conflitos, foi criada a Lei 9.099, no qual passou a integrar na Constituição Federal em seu art. 98, no qual prevê a possibilidade da criação de Juizados Especiais para julgamento de pequenas causas, dispondo que, seria de competência da União, Distrito Federal, Territórios e Estados, o qual seria feito mediante procedimento oral e sumaríssimo. Com o decorrer do tempo, passou a ser objeto de discussão o cabimento de perícias complexas no âmbito do Juizado Especial, competência essa que seria, em regra, da própria vara cível, tendo em vista seu grau de complexidade, o que diverge diretamente com a competência dos Juizados Especiais, no qual tem como princípios a simplicidade, celeridade e dentre outros, assim dispondo o próprio artigo 3º da Lei 9.099, no qual diz que o Juizado Especial Cível tem competência para o julgamento das causas cíveis de menor complexidade. A jurisprudência brasileira, ainda não trouxe um conceito exato do que seria ou não uma causa complexa, o que faz as discussões sobre esse cabimento ou não só aumentarem. O FONAJE, publicou em seu enunciado 12, a possibilidade de perícia informal na hipótese do art. 35 da Lei 9.099/95. Assim, chega-se a conclusão de que, para o FONAJE, as perícias formais seriam as próprias perícias complexas, o que não seria de competência no Juizado Especial, mas trouxe consigo também uma lacuna, se omitindo quanto ao conceito objetivo do que viria a ser perícia “informal”. O TJ de Minas Gerais, decidiu em um julgamento recente de um IRDR, a impossibilidade de perícias complexas no Juizado Especial da Fazenda Pública, por se tratar de causa de maior complexidade, o que se influi na definição da competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública e é portanto, incompatível com os princípios inerentes ao Juizado Especial. Desta forma, vemos que há a necessidade de um julgamento unificado sobre a questão, na qual venha a conceituar e preencher as lacunas existentes sobre o cabimento das perícias complexas no Juizado Especial, pois, apesar da decisão do Tribunal de Justiça de Minas Gerais decidir sobre a impossibilidade, esse assunto é de grande repercussão e deveria ser julgado no próprio STF por se tratar de matéria prevista na própria Constituição. Contudo, o presente trabalho tem como principais objetivos, explorar quanto os Juizados Especiais e perícias complexas, trazendo consigo, diferentes entendimentos quanto ao cabimento ou não de perícias complexas e se essa aplicação não desnaturaria o próprio Juizado Especial, que já está sobrecarregado em decorrência da enorme demanda de ações existentes, o que já tem prejudicado a própria celeridade pertinente aos Juizados.

Palavras-chave: *Juizado Especial, Perícias complexas, Julgamento unificado*

USO DA FITOTERAPIA NO TRATAMENTO DA OBESIDADE

HAYANE EDUARDA OLIVEIRA DA SILVA, hayaneo@outlook.com

RENATA AP. DE PAULA GONÇALVES SOUZA, renatinhajacui@hotmail.com

ANA PAULA SANTOS HORTA, hortadana@yahoo.com.br

Libertas – Faculdades Integradas

RESUMO

A obesidade, enquanto patologia, pode ser considerada um problema de saúde pública que tem crescido muito nos últimos anos, atingindo crianças, adultos e idosos. Seu tratamento é complexo e multidisciplinar, tendo há muitos anos a fitoterapia como aliada. Entende-se que a fitoterapia é uma prática popular de tratamento, cura e prevenção de doenças que utiliza ervas medicinais como coadjuvante. A sociedade tem a percepção de que todo produto natural é seguro e desprovido de efeitos colaterais mas, é importante lembrar que a fitoterapia como qualquer substância química, por mais inofensiva que seja, poderá apresentar algum grau de toxicidade. Objetiva-se com esse trabalho evidenciar o uso da fitoterapia como um tratamento alternativo, natural, seguro e eficaz das plantas medicinais no controle da obesidade associando às práticas alimentares e a uma vida saudável. Para tanto, a metodologia utilizada foi o referencial bibliográfico que visou fazer um levantamento de alguns textos sobre fitoterapia no tratamento da obesidade.

Palavras-chave: *Fitoterapia, Obesidade, Tratamento Fitoterápico*

PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DA SÍFILIS CONGÊNITA EM UM MUNICÍPIO MINEIRO DE PEQUENO PORTE

DAIANE CRISTINA MAIA LUCIO, daianecristina1234@outlook.com

NATÁSSIA CARMO LOPES QUEIROZ FERREIRA, natassiaferreira@libertas.edu.br

VIVIANE VIEIRA CARVALHO, Vivianecarvalho@libertas.edu.br

Libertas – Faculdades Integradas

RESUMO

INTRODUÇÃO: A sífilis é uma Infecção Sexualmente Transmissível (IST), causada pela bactéria *Treponema pallidum*, que pode ser transmitida ao feto durante a gestação, levando à Sífilis Congênita (SC). Todo diagnóstico de SC deve ser comunicado ao serviço de Vigilância em Saúde, o qual é responsável por realizar o acompanhamento dos casos, mediante a notificação da doença no SINAN – Sistema de Informação de Agravos de Notificação, além de recomendar e adotar medidas de prevenção e controle dos agravos. **OBJETIVO:** identificar o perfil epidemiológico da SC de um município mineiro de pequeno porte. **MÉTODO:** Pesquisa documental, de abordagem quantitativa, desenvolvida por meio da análise das fichas de notificação do SINAN, no período de 2008 a 2018. A coleta foi realizada dentro do serviço de Vigilância em Saúde do município, seguindo um roteiro com intuito de nortear o levantamento epidemiológico. Foram excluídas as fichas não preenchidas ou que continham rasuras, e aquelas notificações fora do município em estudo. Os dados foram submetidos a planilha de Excel com dupla digitação e posteriormente analisados por meio de estatística descritiva simples, por meio de tabelas. **RESULTADOS:** O município em estudo contemplou 33 casos de SC nos últimos 10 anos, tendo aumento expressivo em 2015 e posteriormente uma redução em 2018. Com relação ao Recém-Nascido, todos foram notificados com menos de três dias de vida, prevalência do sexo masculino (46%), raça branca (46%), residência na zona urbana (97%), 70% realizaram diagnóstico por meio de teste não treponêmico, tratamento predominantemente com Penicilina Cristalina (51%), e 91% evoluíram com vida após o tratamento. Com relação à puérpera, prevalência na faixa etária de 20 a 29 anos (52%), raça branca (48%), Ensino médio incompleto (36%), 97% realizaram o pré-natal, momento em que foram diagnosticadas (76%), entretanto 36% receberam tratamento inadequado. **CONCLUSÃO:** A Vigilância em Saúde é fundamental no acompanhamento dos casos, uma vez que, por meio dela é possível identificar necessidade de ações de prevenção à SC, além de fortalecer a importância da conscientização dos profissionais da saúde para o adequado preenchimento das fichas de notificação.

Palavras-chave: *Sífilis Congênita, Sistema de Notificação de Agravos de Notificação, Vigilância em Saúde*

TRANSTORNO ESPECTRO AUTISTA E CUIDADOS DE ENFERMAGEM

VALÉRIA VERONICA TEODORO, valeriateodoro2018@gmail.com

SABRINA TEIXEIRA GOMES, sabrigomes1110@gmail.com

ANA PAULA SANTOS HORTA, hortadana@yahoo.com.br

DENIZE ALVES ALMEIDA, denizealmeida1@gmail.com

Libertas – Faculdades Integradas

RESUMO

O transtorno do espectro autista (TEA) é um distúrbio do desenvolvimento que se manifesta nos três primeiros anos de vida e é definido por déficits persistentes. Cabe ao enfermeiro estimular a autonomia do portador de TEA, bem como observar e assistir o mesmo durante seu desenvolvimento. O portador do TEA tem direito ao acompanhamento adequado e tratamento de multiprofissionais diante das muitas dificuldades e necessidades sentidas pela família, sendo de fundamental importância a equipe de enfermagem ter conhecimentos suficientes para identificar os sinais e sintomas do autismo infantil. Cabe ao enfermeiro disponibilizar apoio emocional à família e ao portador, estabelecendo um vínculo de confiança e cuidados. Desse modo, objetiva-se com esse trabalho apontar estratégias que minimizem o impacto de perturbação para a criança autista na vida familiar, para que não seja considerada um grave sofrimento mental. A metodologia empregada revisão bibliográfica por meio de leituras de artigos conseguimos identificar que o papel do enfermeiro é dar apoio a família e ao portador orientando que o TEA não é uma patologia e sim um distúrbio tratável que poderá proporcionar ao portador vida social e familiar.

Palavras-chave: *Autismo infantil, Apoio aos familiares de crianças com TEA, Cuidados de enfermagem para TEA*

ASPECTOS SOCIODEMOGRÁFICOS DOS PACIENTES SUBMETIDOS À CIRURGIA CARDÍACA

CARLA MARIANA DE PAULA, carlamarianadepaula_@hotmail.com

WALISETE ALMEIDA GODINHO ROSA, walisete@terra.com.br

IÁCARA SANTOS BARBOSA OLIVEIRA, iacara.oliveira@yahoo.com.br

MARIANA GONDIN MARIUTTI ZEFERINO, mgmariutti@yahoo.com.br

Libertas – Faculdades Integradas

RESUMO

Introdução: As doenças cardiovasculares (DCV) no Brasil são consideradas as principais causas de morte em mulheres e homens. “São responsáveis por cerca de 20% da mortalidade em indivíduos acima de 30 anos. Sendo assim, a presente pesquisa justifica-se pela importância de conhecer as características e o perfil epidemiológico dos pacientes submetidos à cirurgia cardíaca, os fatores relacionados à DCV que levam à realização de cirurgia cardíaca. **Objetivo:** Identificar os aspectos sociodemográficos dos pacientes submetidos à cirurgia cardíaca. **Metodologia:** Trata-se uma pesquisa de campo descritiva, exploratória, do tipo documental, de abordagem quantitativa, realizada em um Hospital Geral. A amostra consistiu através de prontuários dos pacientes submetidos à cirurgia cardíaca, no período de agosto a dezembro de 2018, foi obtido aprovação comitê de ética e pesquisa. **Resultados e discussões:** Foram analisados 89 prontuários dos pacientes submetidos à cirurgia cardíaca, 52% eram do sexo feminino e 37%, masculino. Em relação à faixa etária, predominou a idade entre 54-65 anos, com 38 pacientes. Já considerando o estado civil, dos 89 prontuários, 15% eram solteiros, 53% casados, três (%) divorciados e dois (%) separados. E, por último, quanto à profissão, 12 exerciam atividades de serviços gerais, 25% eram aposentados, três (%) são do lar e 49 (%) realizavam outros serviços. Com o presente estudo pôde-se constatar que o perfil dos pacientes atendidos e submetidos à cirurgia cardíaca foi bem definido e, independente das particularidades de cada usuário, da complexidade clínica e incidência de doenças crônicas, foram evidenciadas características clínicas semelhantes. **Conclusão:** Os aspectos segundo sexo, idade, estado civil e profissão possibilitaram uma visão geral do perfil dos pacientes, levando em consideração que, em relação ao público atendido, a maior parte foi do sexo feminino, com idade mais avançada; a maioria composta de casados e aposentados. O estudo levanta subsídios para o atendimento desses pacientes com uma visão ampla para que a atenção primária à saúde possa atuar de forma sistemática com maior foco para essa faixa etária, intervindo assim, precocemente, em cuidados de prevenção e promoção à saúde.

Palavras-chave: *Cirurgia Cardíaca, Perfil, Enfermagem*

AÇÕES DE PROMOÇÃO À SAÚDE DO HOMEM DIRECIONADA AOS ALUNOS DE GRADUAÇÃO DE UMA FACULDADE NO INTERIOR DE MINAS GERAIS

DIEYZON VALÉRIO PEREIRA, dieyzon@gmail.com

MARIELLY FERNANDA DOS SANTOS ALVES, mariellyalves17@gmail.com

NATÁSSIA CARMO LOPES QUEIROZ FERREIRA, natassiaferreira@libertas.edu.br

MARIANA GONDIN MARIUTTI ZEFERINO, marianazeferino@libertas.edu.br

Libertas – Faculdades Integradas

RESUMO

INTRODUÇÃO: A população masculina vive menos que as mulheres e adoecem, muitas vezes, por causas preveníveis. Os homens apresentam tendência de procurarem os serviços de saúde, à nível hospitalar, já com doenças pré-instaladas. A Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem visa promover a melhoria das condições de saúde da população masculina, mediante a facilitação ao acesso às ações e aos serviços de saúde, com fortalecimento na Atenção Primária à Saúde, mediante ações de promoção e prevenção de doenças. Nesse sentido, objetivou-se fornecer, aos alunos dos cursos de graduação da Libertas Faculdades Integradas, ações de promoção à saúde do homem. **MÉTODO:** Trata-se de um estudo do tipo relato de experiência de um Evento de Promoção à Saúde do Homem, promovido pelos alunos do 7º período de graduação em Enfermagem, elaborado a partir da disciplina voltada para esta temática. A divulgação aconteceu antecipadamente com impresso personalizado, convidando para participação voluntária do acadêmico. Realizado na instituição em estudo, no dia 16/05/19, das 19 às 21:30 h. Foram convidados todos os acadêmicos do sexo masculino da faculdade, com garantia de horas extracurriculares. O evento consistiu na orientação, de uma vida saudável e alerta para possíveis fatores de risco, além de aferição de Pressão Arterial (PA), verificação de glicemia capilar, Peso, Altura e Índice de Massa Corporal (IMC). Os dados foram coletados e analisados por meio da estatística descritiva simples. **RESULTADOS:** Dos 219 homens estudantes na Libertas Faculdades Integradas, apenas 96 (44%) participaram do evento. Os cursos de Direito, Administração e Ciências Contábeis tiveram menos de 50% de adesão. Entretanto, os cursos Sistemas de Informação, Engenharia Civil, Enfermagem e Pedagogia tiveram mais de 50% de seus alunos participantes. Num panorama geral, a idade prevalente entre os alunos foi entre 18 e 28 anos (72%), 54 (57%) estavam dentro do IMC adequado, 80 (83%) normotensos e 89 (93%) com glicemia adequada. **CONCLUSÃO:** Nota-se baixa adesão da população masculina às ações voltadas para promoção da saúde e prevenção da doença. É necessário fortalecer a conscientização dos homens para busca de sua saúde, de forma preventiva e não apenas para o tratamento da doença já instalada. Importante também que os profissionais de saúde estejam capacitados para trabalhar com essa população, garantindo um olhar diferenciado para as vulnerabilidades existentes.

Palavras-chave: *Saúde do Homem, Promoção da Saúde, Enfermagem*

CIRURGIA SEGURA E USO DO CHECKLIST: PERCEPÇÃO DE ENFERMEIROS

ALESSANDRA GUIMARÃES MELLO, lealessandranguimaraes@gmail.com

SANDRO DONIZETE CAETANO DA SILVA, sandrosilva@libertas.edu.br

MARIANA GONDIM MARIUTTI ZEFERINO, marianazeferino@libertas.edu.br

NATÁSSIA LOPES QUEIROZ FERREIRA, natassiaferreira@libertas.edu.br

Libertas – Faculdades Integradas

RESUMO

Introdução: O Centro Cirúrgico (CC) é uma unidade hospitalar com o objetivo de realizar cirurgias com intuito de tratar patologias ou realizar diagnósticos, um local de grande circulação da equipe multidisciplinar, tornando o ambiente vulnerável a ocorrência de incidentes, um local de alto risco e susceptíveis a erros, sendo que a maior parte desses erros podem ser evitáveis. A Organização Mundial da Saúde (OMS) preconizou assim o protocolo Cirurgia Segura salvam vidas, com 10 objetivos, os quais podem diminuir os Eventos Adversos (E.A.) em uma cirurgia. Para alcançar os objetivos designados pela Organização Mundial de Saúde foi recomendado a todas as instituições de saúde, o uso de checklist, sendo desenvolvido o protocolo de cirurgia segura, determinando medidas para reduzir a ocorrência de incidentes, no intuito de aumentar a segurança na realização dos procedimentos através do uso da Lista de Verificação de Cirurgia Segura, conhecida como checklist. **Objetivo:** conhecer a percepção sobre cirurgia segura e a utilização do checklist, a partir de enfermeiros que atuam em um centro cirúrgico de um hospital do interior de Minas Gerais; entender o que é cirurgia segura na concepção do enfermeiro; identificar as ações do enfermeiro na cirurgia segura e no uso do checklist e identificar as dificuldades encontradas pelos enfermeiros na abordagem à cirurgia segura e no uso do checklist. **Metodologia:** Trata-se de um estudo de abordagem descritiva, qualitativa, em que para coleta de dados foi utilizado um roteiro de entrevista semi-estruturada e ao derradeiro realizamos interpretação qualitativa do tipo temática dos dados sintetizados. O projeto foi aprovado pelo Comitê de ética atendendo a resolução 466/2012 e todos os participantes assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. **Resultados e discussão:** da análise de dados emergiram 4 categorias: Percepção do uso de checklist de cirurgia segura; Conceito de cirurgia segura; Ações na aplicação de checklist de cirurgia segura; Dificuldades na aplicação de checklist de cirurgia segura. Os resultados demonstraram que a percepção de enfermeiros no uso de checklist pela equipe é considerada um documento de respaldo pela instituição, podendo reduzir os riscos aos pacientes que passam por cirurgia. O conceito de cirurgia segura é visto como uma medida que deve ser seguida para que minimizem os riscos dos eventos adversos. As ações acontecem desde a recepção até a saída do paciente operado de acordo com suas necessidades e especificidades. As dificuldades na aplicação de checklist foram a falta de comunicação da equipe, resistência no preenchimento, passando dados importantes despercebidos, podendo aumentar os incidentes. **Considerações finais:** Este estudo serve para investigações científicas, para a compreensão dos erros e dos eventos adversos, para que medidas corretivas sejam tomadas, podendo subsidiar uma boa prática e auxiliando no

desenvolvimento de estratégias que garantam uma qualidade na assistência e segurança das pessoas.

Palavras-chave: *Cirurgia Segura, Assistência de Enfermagem, Centro-Cirúrgico.*

ALCOOLISMO FEMININO: HISTÓRIA DE VIDA DE MULHERES ATENDIDAS EM UM CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL ÁLCOOL E DROGAS

KETLEIN ANDRADE DOS SANTOS, ketleinandrade@gmail.com

IÁCARA SANTOS BARBOSA OLIVEIRA, iacara.oliveira@yahoo.com.br

WALISETE DE ALMEIDA GODINHO ROSA, walisete@terra.com.br

ANA PAULA SANTOS HORTA, ana.horta@unesp.br

Libertas – Faculdades Integradas

RESUMO

O crescimento do consumo, abuso e dependência do álcool, em particular pelas mulheres, representam um problema que requer atenção e traz a necessidade de se conquistar mais compreensão sobre a subjetividade feminina. Partindo dessas considerações, o presente estudo teve por objetivo compreender o desenvolvimento do uso nocivo do álcool na história de vida de mulheres atendidas em um Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPSad) localizado em um município do interior de Minas Gerais. Trata-se de uma pesquisa de campo, do tipo estudo de caso, descritiva exploratória de abordagem qualitativa realizada, a partir da história de vida de mulheres atendidas em um Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas. O presente estudo foi submetido ao parecer do Comitê de Ética da Universidade do Estado de Minas Gerais – Unidade de Passos e aprovado sob o parecer nº. 3.020.910. Fizeram parte da pesquisa duas mulheres que estavam em acompanhamento regular no CAPSad do município do estudo, tendo como único critério de seleção a concordância em participar do estudo. Para a coleta de dados utilizamos a entrevista semi estruturada e para a análise dos dados a análise de conteúdo na modalidade análise temática. Emergiram das entrevistas três temáticas: História de vida, Motivação para o uso do álcool e A busca por tratamento. Os resultados revelaram que o uso de álcool está relacionado a recursos psicossociais para encarar e ao mesmo tempo lidar com situações de violência, dificuldades socioeconômicas e afetivas que marcaram as histórias de vida analisadas. Os relatos também revelaram, que a procura por tratamento ainda é revestida por situações de preconceito, cabendo aos profissionais de saúde especialmente o enfermeiro, realizar acolhimento adequado para identificar as necessidades dessas mulheres, no sentido de viabilizar possibilidades de recuperação.

Palavras-chave: *Alcoolismo, mulheres, história de vida*

TECNOLOGIA NA EDUCAÇÃO: QUAIS FERRAMENTAS METODOLÓGICAS PARA ATENDER A GERAÇÃO ALPHA?

LETICIA PEIXOTO MACEDO, leetlet@hotmail.com

HAROLDO DANIEL SOUZA MARTINS FILHO,

DALVA KELLEN DIZARÓ, dalvadizaro@libertas.edu.br

Libertas – Faculdades Integradas

RESUMO

A palavra geração se refere a um grupo de pessoas que viveram na mesma época e compartilham da mesma idade. E por ter compartilhado os valores, crenças e culturas daquela época, elas possuem muitas características em comum. Foram divididas em 5 gerações: As Baby Boomers que são as pessoas que possuem entre 59 e 79 anos, a geração X que possuem entre 39 e 58 anos, a geração Y que possuem entre 24 e 39 anos, a geração Z que possuem entre 9 e 23 anos, e a geração alpha. A geração alpha, são as crianças nascidas a partir de 2010 e tem até 9 anos de idade, são crianças mais independentes e inteligentes que as gerações anteriores e tem sua forma natural de agir. Elas conseguem se adaptar facilmente com as situações do seu cotidiano e tem acesso as tecnologias atuais desde o seu nascimento através dos seus pais, além de serem instigadas pelos estímulos visuais, como, imagens coloridas, vídeos e etc. No ambiente escolar, deve-se respeitar a limitação de cada aluno, porque cada um aprenderá no seu tempo. A criança não deve ser apenas receptora de conteúdo, ela deve participar e interagir também, pode ser usado objetos e situações do cotidiano em sala de aula, pois elas podem achar cansativo apenas o ensino tradicional com lápis e papel. A proposta do trabalho é mostrar estratégias educativas entre uma geração e outra. Como uma geração antiga poderá se adaptar com suas metodologias para atender à geração alpha. Elas têm acesso a tecnologia desde o nascimento. A presente pesquisa utiliza-se do método analítico dedutivo, consolidado com revisão bibliográfica permitindo o levantamento de dados para solidificação do tema. Para a efetividade do trabalho do pedagogo com esta geração, demanda o desenvolvimento de novas tecnologias envolvendo metodologias que permitam a interação do professor e aluno e que haja eficiência e eficácia no professor de ensino e aprendizagem.

Palavras-chave: *criança-geração alpha, tecnologia, pedagogia*

DESENVOLVIMENTO DE UM JOGO DIGITAL EDUCATIVO PARA O AUXILIAR O APRENDIZADO DE MATEMÁTICA

HUGO CAUDURO OLIVEIRA, hugo.lucario@hotmail.com

FERNANDO ROBERTO PROENÇA, fernandoproenca@libertas.edu.br

Libertas – Faculdades Integradas

RESUMO

Este artigo trata meios de inovação tecnológica que se adapta com os novos meios de mídia e entretenimento. Cerca de 89% dos alunos chegam às séries finais sem dominar o necessário da disciplina, a matemática é considerada uma das matérias com os piores índices de aprendizagem no Brasil, tanto no Ensino Fundamental como no Médio aponta pesquisa pela pesquisa realizada pelo(INEP). Utilizando a escolha de jogos eletrônicos para isso facilita uma aproximação com o público almejado neste Trabalho de Curso (TC), que seria o público com a faixa etária de 6 a 15 anos do fundamental, buscando elementos essenciais para chamar o interesse dos alunos. O objetivo deste TC é o desenvolvimento de um jogo arcade plataforma para que seu jogador interaja com cálculos e desafios dinamicamente, será feito com arte pixelada em 2D para computadores, onde será distribuído gratuitamente para o público. As ferramentas que serão utilizadas para a realização deste projeto serão a game engine Unity que possui bibliotecas avançadas para o desenvolvimento de jogos 3D, 2D e 2.5D e a linguagem de programação javascript e C#. Para criação de sprites e modelagens será usado o Blender um software open source que possui fácil conectividade com Unity.

Palavras-chave: *Tecnologia, Matemática, Jogos Educativos*